

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP

**EDITAL DE LICITAÇÕES DE OFERTA PERMANENTE DE PARTILHA DE PRODUÇÃO**

**OUTORGA DOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO PARA ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**

RIO DE JANEIRO, 17 DE AGOSTO DE 2023

Versão 01.01

PREÂMBULO

Este edital contém as disposições aplicáveis à Oferta Permanente para outorga dos contratos de Partilha de Produção para atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas do pré-sal ou estratégicas.

Este edital de licitações é elaborado em língua portuguesa, sendo esta a única versão oficial. Poderão ser incluídas versões em idioma inglês de alguns anexos apenas para orientação. A ANP poderá disponibilizar, para referência, uma versão em inglês do edital completo.

SUMÁRIO

[SEÇÃO I - INTRODUÇÃO 7](#_Toc143012037)

[SEÇÂO II - OBJETO DA LICITAÇÃO 14](#_Toc143012038)

[SEÇÃO III - APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS 18](#_Toc143012039)

[SEÇÃO IV - PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 24](#_Toc143012040)

[SEÇÃO V - PARTICIPAÇÃO DA PETROBRAS 58](#_Toc143012041)

[SEÇÃO VI - PACOTE DE DADOS TÉCNICOS 60](#_Toc143012042)

[SEÇÃO VII - GARANTIA DE OFERTA 65](#_Toc143012043)

[SEÇÂO VIII - APRESENTAÇÃO DE OFERTAS 71](#_Toc143012044)

[SEÇÃO IX - ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO 77](#_Toc143012045)

[SEÇÃO X - ASSINATURA DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO 78](#_Toc143012046)

[SEÇÃO XI - DAS PENALIDADES 95](#_Toc143012047)

[SEÇÃO XII - ESCLARECIMENTOS, INFORMAÇÕES E IMPUGNAÇÂO 98](#_Toc143012048)

[SEÇÃO XIII - RECURSOS ADMINISTRATIVOS 100](#_Toc143012049)

[SEÇÃO XIV - DIREITOS E PRERROGATIVAS DA ANP, FORO E CASOS OMISSOS 101](#_Toc143012050)

[14.2. Revisão de prazos e procedimentos 101](#_Toc143012051)

[14.3. Foro 101](#_Toc143012052)

[14.4. Casos omissos 101](#_Toc143012053)

[anexo i - DETALHAMENTO DOS BLOCOS EM OFERTA 102](#_Toc143012054)

[ANexo ii – Requerimento PARA APROVEITAMENTO dE qualificação anterior ou PAra APROVEITAMENTO DE documentos 122](#_Toc143012055)

[anexo iii – AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A LICITANTE 125](#_Toc143012056)

[anexo iv – PAGAMENTO DAS TAXAS DE ACESSO AO PACOTE DE DADOS 127](#_Toc143012057)

[ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATUALIDADE DOS ATOS SOCIETÁRIOS 129](#_Toc143012058)

[ANEXO VI – PROCURAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES CREDENCIADOS 131](#_Toc143012059)

[anexo vii – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE 133](#_Toc143012060)

[ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA A ASSINATURA DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO 135](#_Toc143012061)

[ANEXO IX – DECLARAÇÃO SOBRE PENDÊNCIAS LEGAIS OU JUDICIAIS RELEVANTES 136](#_Toc143012062)

[ANEXO X – TERMO DE COMPROMISSO DE ADEQUAÇÃO DO OBJETO SOCIAL 137](#_Toc143012063)

[ANEXO XI – TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE pessoa jurídica SEGUNDO AS LEIS BRASILEIRAS OU de INDICAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA BRASILEIRA CONTROLADA JÁ CONSTITUÍDA PARA ASSINATURA DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO 138](#_Toc143012064)

[anexo xII – sumário técnico 01: QUALIFICAÇÃO técnica POR EXPERIÊNCIA DA LICITANTE ou do seu grupo societário 139](#_Toc143012065)

[anexo xIII – sumário técnico 02: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA COMO NÃO OPERADORA 147](#_Toc143012066)

[anexo xIV – sumário técnico 03: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA LICITANTE que JÁ atua no Brasil 148](#_Toc143012067)

[ANEXO XV – DECLARAÇÕES DE OBRIGAÇÕES RELEVANTES E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 151](#_Toc143012068)

[ANEXO XVI – RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 153](#_Toc143012069)

[Anexo XVII – MODELO DE CARTA DE CRÉDITO PARA garantia de oferta 156](#_Toc143012070)

[PARTE 1 – MODELO DE CARTA DE CRÉDITO NACIONAL PARA GARANTIA DE OFERTA 156](#_Toc143012071)

[ANEXO XVII – MODELO DE CARTA DE CRÉDITO PARA GARANTIA DE OFERTA 168](#_Toc143012072)

[PART 2 – FORM OF STANDBY LETTER OF CREDIT TO SECURE THE BID 168](#_Toc143012073)

[ANEXO XVIII - MODELO DE SEGURO GARANTIA PARA GARANTIA DE OFERTA 176](#_Toc143012074)

[ANEXO XIX – DECLARAÇÃO DOS BLOCOS DE INTERESSE 202](#_Toc143012075)

[anexo Xx – Percentual de excedente em óleo para a União em função da oferta, produtividade e preço do petróleo 203](#_Toc143012076)

[ANEXO XXI – INFORMAÇÕES DA SIGNATÁRIA 212](#_Toc143012077)

[Anexo XXII – MODELO DE CARTA DE CRÉDITO PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO 214](#_Toc143012078)

[PART 2 – FORM OF STANDBY LETTER OF CREDIT FOR COMPLIANCE WITH THE MINIMUM EXPLORATION PROGRAM (PEM) 226](#_Toc143012079)

[ANEXO xXIII – MODELO DE SEGURO GARANTIA PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA Exploratório Mínimo 235](#_Toc143012080)

[ANEXO XXIV – MODELO DE CONTRATO DE PENHOR 265](#_Toc143012081)

[PARTE 1 – MODELO DE CONTRATO DE PENHOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL (BOE) E OUTRAS AVENÇAS 265](#_Toc143012082)

[PARTE 2 – MODELO DE CONTRATO DE PENHOR DE GÁS NATURAL E OUTRAS AVENÇAS PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO 283](#_Toc143012083)

[ANEXO XXV – DECLARAÇÃO DA CONTRATADa consorciada sobre as garantias financeiras do programa exploratório mínimo 301](#_Toc143012084)

[ANEXO XXVI – MODELO DE GARANTIA DE PERFORMANCE 302](#_Toc143012085)

[ANEXO XXVII – Termo de Compromisso de Adesão ao Acordo de Individualização da Produção 306](#_Toc143012086)

[ANEXO XXviii – TERMO ADITIVO No [•] AO Acordo DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA JAZIDA COMPARTILHADA ENTRE 307](#_Toc143012087)

[ANEXO XXix - MINUTAS DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO 312](#_Toc143012088)

SEÇÃO I - INTRODUÇÃO

* 1. **Aspectos legais**
     1. A Lei n.º 9.478/1997 dispõe sobre a política energética nacional e implementa outras medidas, em consonância com a Emenda Constitucional n.º 9/1995, que flexibiliza a forma de execução do monopólio da União para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.
     2. A lei criou o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) com a atribuição de formular políticas e diretrizes de energia destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, em conformidade com o disposto na legislação aplicável e tendo como princípios a preservação do interesse nacional, a promoção do desenvolvimento sustentado, a ampliação do mercado de trabalho, a valorização dos recursos energéticos, a proteção do meio ambiente, a promoção da conservação de energia, o incremento da utilização do gás natural, a promoção da livre concorrência, a atração de investimento na produção de energia e a ampliação da competitividade do País no mercado internacional.
     3. A Lei n.º 9.478/1997 também instituiu a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) como ente responsável pela regulação, contratação e fiscalização das atividades econômicas da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, cabendo-lhe, entre outras atribuições, a elaboração de editais e contratos e a realização de licitações para concessão dos direitos de exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, celebrando os contratos de concessão delas decorrentes e fiscalizando a sua execução.
     4. A Lei n.º 12.351/2010 dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo e gás natural em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, que serão contratadas pela União sob o regime de partilha de produção.
     5. A Lei n.º 12.351/2010 delegou à ANP, entre outras atribuições, elaborar e submeter à aprovação do Ministério de Minas e Energia (MME) as minutas de editais e contratos, e promover as licitações para a contratação das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção.
     6. A Lei n.º 12.351/2010, nos termos do artigo 8º, delegou ao MME, representando a União, celebrar os contratos de partilha de produção, conforme disposições dos artigos 19, 20 e 21 da referida Lei.
     7. A Lei n.º 12.351/2010, nos termos dos artigos 8º e 45 e do artigo 2º da Lei n.º 12.304/2010, definiu que a Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA, representará os interesses da União, tendo por objeto a gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo MME e a gestão dos contratos para comercialização de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União.
     8. Em 29 de novembro de 2016, a Lei n.º 13.365 introduziu alterações na Lei n.º 12.351/2010, facultando à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras manifestar-se sobre o direito de preferência para atuar como operadora dos blocos a serem contratados sob o regime de partilha de produção, cabendo ao CNPE, após tal manifestação, propor à Presidência da República os blocos que deverão ser operados pela Petrobras e indicar sua participação mínima no consórcio, que não poderá ser inferior a 30%.
     9. Em 3 de maio de 2017, o Decreto n.º 9.041 regulamentou a Lei n.º 12.351/2010, dispondo sobre o direito de preferência da Petrobras.
     10. O CNPE autorizou a ANP, por meio da Resolução n.º 26/2021, publicada no Diário Oficial da União em 05 de janeiro de 2022, a licitar os blocos de Esmeralda, Ágata, Cruzeiro do Sul, Turmalina, Jade e Tupinambá no Sistema de Oferta Permanente, sob o regime de partilha de produção.
     11. A ANP, no exercício da atribuição que lhe foi outorgada pelo art. 36 da Lei n.º 9.478/1997, editou a Resolução ANP n.º 24/2013, que estabelece os procedimentos para a realização das licitações de blocos destinadas às contratações das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção.
     12. Este edital define as normas que deverão ser obedecidas por todas as interessadas em participar da Oferta Permanente de Partilha de Produção e foi elaborado de acordo com as disposições pertinentes da legislação aplicável, dentre as quais a Lei n.º 9.478/1997, a Lei n.º 12.351/2010, a Lei n.º 13.365/2016, a Resolução ANP n.º 24/2013, o Decreto n.º 9.041/2017, a Resolução CNPE n.º 26/2021 e a Resolução CNPE n.º 01/2022.
     13. Após a publicação deste edital, será constituída uma Comissão Especial de Licitação (CEL), composta por representantes da ANP e da sociedade civil, devidamente designada pela Diretoria Colegiada da ANP por meio de Portaria.
  2. **Procedimento da Oferta Permanente de Partilha de Produção**
     1. A Oferta Permanente de Partilha de Produção compreende a oferta contínua de blocos localizados no polígono do pré-sal ou de áreas definidas como estratégicas, para fins de outorga de contratos de partilha de produção. Os blocos em oferta são detalhados no Quadro 11A do ANEXO I do edital.
     2. A interessada em participar da Oferta Permanente de Partilha de Produção deve efetuar sua solicitação de inscrição.
     3. Para solicitar a inscrição, a interessada deverá apresentar individualmente os documentos de inscrição e efetuar pagamento da taxa de participação, para que tenha acesso à amostra de dados técnicos.
     4. Após análise da documentação, a inscrição da licitante será julgada pela CEL.
     5. A licitante com inscrição aprovada, que pretenda apresentar oferta em uma sessão pública de apresentação de ofertas, deverá apresentar declaração dos blocos de interesse acompanhada de garantia de oferta e documentos de qualificação que serão submetidos à avaliação da CEL.
     6. Somente a licitante habilitada terá sua declaração dos blocos de interesse acompanhada de garantia de oferta avaliada pela CEL.
     7. Um ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção será iniciado com a aprovação de uma declaração dos blocos de interesse acompanhada de garantia de oferta em valor igual ou superior ao mínimo indicado no ANEXO I por cada bloco de interesse.
     8. Cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção terá cronograma específico estabelecido pela CEL, e divulgado no sítio eletrônico da ANP. Um novo ciclo só poderá ser iniciado após a adjudicação do objeto e homologação do resultado da sessão pública de apresentação de ofertas do ciclo anterior.
     9. Este edital poderá sofrer alterações referentes a inclusões, exclusões e adequações dos blocos detalhados no ANEXO I, assim como aprimoramentos das regras relacionadas ao procedimento da Oferta Permanente de Partilha de Produção que se façam necessárias.
     10. As alterações referidas no item 1.2.9, não ensejarão a republicação do edital, devendo a ANP dar ampla e prévia divulgação dos ajustes processados na página da oferta permanente, disponível no sítio eletrônico https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp, constituindo obrigação das licitantes interessadas acompanhar a evolução de cada ciclo nos canais eletrônicos da ANP.
  3. **Ciclos da Oferta Permanente de Partilha de Produção** 
     1. Cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção é composto por todas as atividades necessárias para a realização da sessão pública de apresentação de ofertas para os blocos que forem objeto de declaração de interesse acompanhada de garantia de oferta, e também compreende a homologação da licitação e assinatura dos contratos de partilha de produção, conforme as regras estabelecidas no edital.
     2. O cronograma a ser estabelecido pela CEL para cada ciclo observará o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias entre a aprovação da declaração dos blocos de interesse acompanhada de garantia de oferta e a data de realização da sessão pública de apresentação de ofertas. Os cronogramas estabelecidos pela CEL apontarão as seguintes datas:

1. data de abertura do ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção;
2. data-limite para que todas as licitantes inscritas possam apresentar novas declarações dos blocos de interesse acompanhadas de garantia de oferta para os blocos constantes do ANEXO I;
3. data-limite para apresentação dos documentos de qualificação;
4. data-limite para divulgação dos blocos em oferta no ciclo;
5. data-limite para que as licitantes habilitadas apresentem garantias de oferta acompanhada de declaração dos blocos de interesse para os blocos que estarão em oferta na sessão pública, correspondente ao ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção;
6. data de realização da sessão pública de apresentação de ofertas correspondente ao ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção;
7. data-limite para adjudicação do objeto e homologação do resultado da licitação correspondente ao ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção;
8. data-limite para encaminhamento dos documentos de assinatura dos contratos de partilha de produção;
9. data-limite para o pagamento do bônus de assinatura e envio do comprovante de pagamento;
10. data-limite para assinatura dos contratos de partilha de produção.
    * 1. Somente a licitante com inscrição aprovada poderá participar de um ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção iniciado.
      2. A critério da CEL, o cronograma poderá fixar data-limite para que as demais interessadas em participar do ciclo divulgado, mas, ainda não inscritas na Oferta Permanente, realizem as respectivas inscrições.
      3. As licitantes inscritas podem, a qualquer tempo, apresentar declaração dos blocos de interesse acompanhada de garantia de oferta para quaisquer blocos disponíveis no ANEXO I deste edital.
      4. Caso pretendam apresentar ofertas, as interessadas apresentam individualmente documentos para qualificação.
      5. A qualificação compreende a análise de documentação para comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, capacidade econômico-financeira e capacidade técnica das interessadas em participar da licitação.
      6. Após análise da documentação de qualificação, a habilitação das licitantes é julgada pela CEL.
      7. As licitantes com habilitação aprovada pela CEL podem apresentar ofertas na licitação, desde que aportem garantias de oferta no valor, modalidade e prazo definidos no edital.
      8. Para participar da sessão pública de apresentação de ofertas de um ciclo iniciado, as licitantes habilitadas devem observar as datas-limites e condições previstas nas alíneas (b) e (e) do cronograma do respectivo ciclo. Declarações dos blocos de interesse acompanhadas de garantias de oferta recebidas após as datas-limites supramencionadas somente serão apreciadas pela CEL após a adjudicação do objeto e homologação do resultado da licitação do ciclo em andamento.
      9. Na sessão pública de apresentação de ofertas de um ciclo, as licitantes previamente habilitadas apresentam ofertas para os blocos em licitação, que são julgadas e classificadas pela CEL. O excedente em óleo para a União é o único critério para definir a licitante vencedora da sessão pública de apresentação de ofertas.
      10. As ofertas são classificadas segundo a ordem decrescente do excedente em óleo para a União, sendo declarada vencedora da sessão pública de apresentação de ofertas a licitante que ofertar o maior percentual para a União.
      11. Para os blocos em que a Petrobras exerceu seu direito de preferência em atuar como operadora e o excedente em óleo para a União da oferta vencedora for superior ao mínimo estabelecido no edital, a Petrobras deverá, na sessão pública de apresentação de ofertas, manifestar seu interesse em compor o consórcio que assinará o contrato. O disposto neste parágrafo não se aplica caso a Petrobras seja a licitante vencedora, isoladamente ou em consórcio.
      12. Caso a Petrobras decida não integrar o consórcio, a licitante vencedora, individualmente ou em consórcio, assumirá 100% (cem por cento) da participação no bloco licitado, devendo indicar a operadora e os novos percentuais de participação.
      13. A condição de vencedora da sessão pública de apresentação de ofertas não garante o direito à licitante de assinar o contrato de partilha de produção.
      14. A Diretoria Colegiada da ANP adjudica o objeto às licitantes vencedoras do ciclo, homologa o resultado do ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção e convoca-as para assinarem os contratos de partilha de produção.
      15. Caso a licitante vencedora não assine o contrato, são executadas as garantias de oferta, quando cabível, aplicadas as penalidades previstas no edital e convocadas as demais licitantes classificadas para manifestarem seu interesse em honrar a oferta apresentada pela licitante vencedora, seguindo a ordem de classificação como critério de preferência para assinatura do contrato.
      16. As licitantes vencedoras do ciclo entregam documentos, garantias e comprovantes previstos no edital e a assinatura dos contratos de partilha de produção encerra o respectivo ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção.
      17. A CEL se reserva o direito de modificar ou suspender o cronograma dos ciclos, dando a devida publicidade e preservando os prazos e os direitos das licitantes.
    1. **Desclassificação de licitantes**
11. Será desclassificada a licitante que:
12. após apresentar a declaração dos blocos de interesse acompanhada de garantia de oferta, não apresentar proposta válida para o bloco para o qual foi apresentada declaração dos blocos de interesse;
13. após a abertura dos envelopes, desistir de sua proposta;
14. não mantiver as condições de qualificação até a assinatura do contrato de partilha de produção;
15. não assinar o contrato de partilha de produção;
16. não renovar garantias quando exigido;
17. incorrer, no âmbito desta licitação, em ato que demonstre dolo ou má-fé; e
18. incorrer nas hipóteses previstas no art. 36 da Resolução ANP n.º 24/2013.
19. No caso previsto na alínea (a), o efeito da desclassificação se restringe ao bloco para o qual a licitante tenha deixado de apresentar oferta.
20. No caso previsto na alínea (b), o efeito da desclassificação se restringe ao bloco em que tenha ocorrido a desistência.
21. Nos casos previstos na alínea (c), o efeito da desclassificação se restringe ao bloco para os qual a licitante não atingir ou não mantiver o nível de qualificação exigido.
22. No caso previsto na alínea (d), o efeito da desclassificação se restringe ao objeto do contrato de partilha de produção não assinado pela licitante.
23. No caso previsto na alínea (e), o efeito da desclassificação se restringe ao bloco coberto pela garantia não renovada.
24. Nos casos previstos nas alíneas (a) a (e), o efeito da desclassificação se restringe ao ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção em que ocorreu a hipótese prevista, podendo a licitante apresentar oferta para o mesmo bloco em ciclos posteriores.
    * 1. Nos casos previstos nas alíneas (f) e (g), o efeito da desclassificação abrange todos os ciclos da Oferta Permanente regidos por este edital.

SEÇÂO II - OBJETO DA LICITAÇÃO

* 1. **Descrição do objeto**
     1. A Oferta Permanente de Partilha de Produção tem por objeto a outorga de contratos de partilha de produção para exercício das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural nos blocos previstos no ANEXO I.
     2. O ANEXO I apresenta o detalhamento de informações e parâmetros relativos aos blocos na Oferta Permanente de Partilha de Produção, tais como a duração da fase de exploração, se aplicável, a qualificação mínima requerida para a operadora em cada bloco, os valores dos bônus de assinatura e do programa exploratório mínimo (PEM) e o percentual mínimo de excedente em óleo para a União.
     3. A ANP poderá incluir novos blocos na Oferta Permanente de Partilha de Produção até a data de realização da audiência pública, desde que autorizada pelo CNPE, e retirar blocos da licitação por determinação judicial ou, de forma fundamentada, por motivos técnicos ou de interesse público, bem como os que já tenham sido adjudicados no âmbito da Oferta Permanente de Partilha de Produção.
     4. Para o exercício das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural nos blocos objeto da Oferta Permanente de Partilha de Produção, as licitantes vencedoras ou afiliadas por elas indicadas deverão assinar contratos de partilha de produção, cujas minutas constam do ANEXO XXIX.
     5. Entre as obrigações contratuais, a contratada estará sujeita ao pagamento de tributos incidentes sobre a atividade, na forma da legislação aplicável, e de receitas governamentais, na forma prevista no contrato de partilha de produção.
  2. **Modelo exploratório**
  3. Este edital contempla o seguinte modelo exploratório:

1. blocos em bacia de elevado potencial de descobertas para petróleo e gás natural: com o objetivo de recompor e ampliar as reservas nacionais e a produção brasileira de petróleo e gás natural e atendimento da crescente demanda interna.
   1. **Particularidades dos blocos em oferta**
      1. Os blocos que contiverem reservatórios que se estendem para áreas que se encontram sob contrato de concessão, de partilha da produção ou áreas não contratadas, indicados no Quadro 11A do ANEXO I, conforme o caso, deverão adotar procedimentos de individualização da produção (unitização) de petróleo e gás natural, nos termos da legislação aplicável, especialmente a Resolução ANP n.º 867/2022, a Resolução CNPE n.º 08/2016, e a minuta do contrato de partilha de produção anexa a este edital.
      2. A individualização da produção repercute sob variados aspectos no exercício das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural nesses blocos: celebração de acordo de individualização de produção, obrigações contratuais referentes a conteúdo local, gastos eventualmente incorridos por concessionárias da área adjacente caso executem atividades de exploração e produção na jazida compartilhada antes da celebração do contrato de partilha de produção e eventual produção apropriada, entre outros.
      3. As interessadas deverão apresentar à ANP o Termo de Compromisso de Adesão ao Acordo de Individualização da Produção, nos termos do Acordo de Individualização da Produção vigente, conforme modelo do ANEXO XXVII.
      4. As licitantes vencedoras signatárias dos contratos de partilha de produção nestes blocos devem sujeitar-se aos termos dos Acordos de Individualização da Produção, caso estes estejam aprovados pela ANP.
      5. Nesse sentido, deverão assinar e enviar à ANP o Termo Aditivo ao Acordo de Individualização da Produção vigente, conforme modelo constante do ANEXO XXVIII, no mesmo dia da assinatura do contrato de partilha de produção, respeitando-se os prazos estabelecidos pela CEL nos cronogramas dos ciclos.
      6. Por sua vez, nos termos da Resolução CNPE n.º 01/2022, a Petrobras manifestou interesse em ser operadora dos blocos indicados no Quadro 11B do ANEXO I.
      7. O Quadro 11B do ANEXO I consolida as informações sobre o direito de preferência da Petrobras, bem como seu percentual de participação como operadora e a participação a ser ofertada para os blocos da Oferta Permanente de Partilha de Produção.
   2. **Consórcio para assinatura do contrato**
      1. As licitantes vencedoras dos certames referentes aos blocos em que a Petrobras não tenha manifestado interesse em atuar como operadora, indicados no Quadro 11B do ANEXO I, deverão constituir consórcio com a PPSA para a assinatura dos respectivos contratos.
      2. As licitantes vencedoras dos certames referentes aos blocos em que a Petrobras manifestou interesse em atuar como operadora, indicados no Quadro 11B do ANEXO I, deverão, para a assinatura dos contratos, constituir consórcio com:
2. a PPSA; e
3. a Petrobras, caso esta, em função dos termos do item 5.5, deva compor tal consórcio ou decida compô-lo[[1]](#footnote-1).
   * 1. A PPSA representará os interesses da União na gestão dos contratos de partilha de produção outorgados na Oferta Permanente de Partilha de Produção.
   1. **Bônus de assinatura** 
      1. O bônus de assinatura corresponde ao montante, em reais (R$), a ser pago pela licitante vencedora, em parcela única, no prazo estabelecido pela ANP, como condição para assinatura do contrato de partilha de produção do bloco objeto da oferta.
      2. O bônus de assinatura não integrará o custo em óleo e corresponde ao valor fixo devido à União pela contratada, sendo vedado, em qualquer hipótese, seu ressarcimento.
      3. O bônus de assinatura deverá ser igual ao valor estabelecido para o bloco em oferta, conforme relacionado no Quadro 11A do ANEXO I.
      4. A parcela do bônus de assinatura destinada à PPSA será proporcional ao valor do bônus de assinatura de cada bloco arrematado, considerando-se o valor total máximo de R$ 53.800.000,00 (cinquenta e três milhões e oitocentos mil reais) caso arrematados todos os blocos.
   2. **Programa exploratório mínimo (PEM)**
      1. O programa exploratório mínimo corresponde ao conjunto de atividades exploratórias a ser executado pela contratada. O programa exploratório mínimo deverá ser obrigatoriamente cumprido durante a fase de exploração.
      2. As atividades do programa exploratório mínimo, com seus respectivos valores da garantia financeira, encontram-se no Quadro 11A do ANEXO I e estão definidas no contrato de partilha de produção.
   3. **Compromisso de conteúdo local**
      1. O contrato de partilha de produção conterá as condições para o cumprimento do conteúdo local de cada bloco em oferta.
      2. Os percentuais mínimos de conteúdo local global e dos macrogrupos a serem cumpridos na fase de exploração e na etapa de desenvolvimento da produção encontram-se sintetizados na Quadro 11C do ANEXO I e no contrato de partilha de produção.

SEÇÃO III - APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

* 1. **Forma de apresentação**
     1. Os documentos solicitados neste edital deverão ser digitalizados individualmente e encaminhados à ANP em formato “.pdf”, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), devendo para tanto observar as instruções contidas nos documentos “Manual do Usuário externo do SEI” e “Manual para Peticionamento de Documentos no SEI para as Rodadas de Licitações da ANP”, disponíveis no sítio eletrônico https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp, respeitando os prazos estabelecidos pela CEL nos cronogramas dos ciclos.
     2. O peticionamento dos documentos exigidos no âmbito da oferta permanente deverá ocorrer, obrigatoriamente, no processo em que a licitante requereu a inscrição no certame, exceto os documentos exigidos na assinatura dos contratos, que deverão ser peticionados em processo específico, conforme disposto no item 10.1.3.
     3. Sem prejuízo do encaminhamento do arquivo digital por meio do SEI, as garantias financeiras do programa exploratório mínimo e as garantias de performance, previstas nos itens 10.2.4 e 10.2.7 deste edital, respectivamente, deverão ter seus originais remetidos ao Escritório Central da ANP ou entregues no serviço de protocolo do mesmo, aos cuidados da Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), respeitando-se os prazos estabelecidos pela CEL nos cronogramas dos ciclos.
     4. As garantias de oferta deverão ser exclusivamente remetidas ao Escritório Central da ANP ou entregues no serviço de protocolo do mesmo, aos cuidados da Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), respeitando-se os prazos estabelecidos pela CEL nos cronogramas dos ciclos.
     5. Os documentos produzidos pela interessada devem ser redigidos em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, borrões ou acréscimos e trechos apagados com qualquer método corretivo, e identificados por título em sua primeira página,
     6. Serão aceitos os anexos deste edital produzidos:

1. em duas colunas impressas na mesma folha, desde que uma dessas colunas reproduza integralmente o texto do respectivo anexo em língua portuguesa e, na outra coluna, o texto em idioma estrangeiro; ou
2. em idioma estrangeiro, acompanhado de tradução juramentada cuja transcrição corresponda integralmente ao texto previsto no respectivo anexo, obedecendo às formalidades previstas desta seção.
   * 1. Em caso de divergência entre a versão em língua portuguesa e a versão em idioma estrangeiro, prevalecerá a versão em língua portuguesa.
     2. Todos os documentos produzidos pela interessada, à exceção das procurações, deverão estar datados e assinados pelo representante credenciado, na última folha, com o nome legível do signatário. As procurações devem ser datadas e assinadas por representante(s) legal(is) da interessada com poderes para tanto.
     3. Apenas os representantes credenciados da licitante, nomeados por meio de procuração nos termos do item 4.2.3.6 deste edital, poderão peticionar no SEI os documentos solicitados neste edital.
     4. Somente serão aceitos documentos expedidos até 90 (noventa) dias corridos antes de encaminhamento à ANP. Tal disposição não se aplica a documentos societários, às demonstrações financeiras, ao parecer de auditor independente e àqueles que possuam data de validade expressa.
     5. É vedada a apresentação de documentos exigidos no edital após os prazos estabelecidos pela CEL nos cronogramas dos ciclos, exceto nos casos mencionados no parágrafo seguinte.
     6. A ANP poderá solicitar qualquer informação ou documento adicional que confira suporte à análise da documentação das licitantes e promover diligências que considere necessárias para esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive a apresentação do original do documento digitalizado. A ANP poderá, ainda, solicitar o saneamento de não conformidades de caráter formal, que não afetem o conteúdo do documento, e de erros materiais.
     7. O não atendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação da licitante, a compreensão do conteúdo de sua proposta ou o cronograma do ciclo, não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.
     8. Nenhuma documentação submetida à ANP será devolvida, com exceção das garantias de oferta exoneradas, segundo as condições descritas no item 7.7.
     9. Cabe observar, para fins deste edital, que:
3. notarização: trata-se do reconhecimento de firma, para documentos originais, ou a autenticação de cópias, realizadas em cartório;
4. legalização:
5. trata-se do apostilamento, no caso de o documento ter sido emitido em país signatário da Convenção da Apostila de Haia; ou
6. trata-se da consularização no caso de o documento ter sido emitido em país que não seja signatário da Convenção da Apostila de Haia;
7. tradução juramentada: trata-se da tradução de determinado documento redigido em idioma estrangeiro por tradutor público. A tradução juramentada deve abranger todo o texto escrito em idioma estrangeiro, inclusive eventuais inscrições lançadas no documento por notário local.
8. os documentos digitalizados encaminhados pela interessada terão valor de cópia simples.
   * 1. Na impossibilidade do envio dos documentos solicitados neste edital por meio digital, a ANP facultará que a interessada os remeta ao Escritório Central da ANP, ou entregue no serviço de protocolo do mesmo, aos cuidados da Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), respeitando-se, também, os prazos definidos no cronograma de cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção.
     2. Neste caso, os documentos deverão ser entregues em envelope contendo o nome da interessada e o endereço de sua sede.
     3. Estes documentos devem ser impressos em papel A4, sem emendas, rasuras, borrões ou acréscimos e trechos apagados com corretivo, livres de espirais, identificados por título em sua primeira página, com todas as folhas do conjunto numeradas, contendo em cada uma delas o número sequencial e o total de páginas do conjunto.
     4. Os documentos serão recebidos de segunda à sexta-feira, das 9h às 18h, horário de Brasília/DF, no seguinte endereço:

|  |
| --- |
| Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  Escritório Central  A/C: Superintendência de Promoção de Licitações – SPL  Avenida Rio Branco, nº 65, Térreo, Centro  Rio de Janeiro - RJ, Brasil  CEP: 20090-004 |

* + 1. É vedada a apresentação de documentos nos demais escritórios da ANP.
  1. **Documentos expedidos no exterior** 
     1. Os documentos expedidos no exterior, para terem efeito no Brasil, deverão ser notarizados e depois legalizados, e devidamente registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos (RTD), conforme determinam o art. 129, 6º e o art. 148 da Lei n.º 6.015/1973.
     2. Documentos redigidos em idioma estrangeiro deverão ser traduzidos para o português por tradutor juramentado. A tradução deverá ser feita no Brasil e registrada no RTD.
     3. Caso o Brasil possua acordo de cooperação com outros países ou seja parte de tratado em que haja previsão de dispensa de legalização de alguns ou de todos os documentos aqui previstos neste edital, a interessada poderá solicitá-la, fundamentando a solicitação na legislação aplicável.
     4. **Pessoas jurídicas estrangeiras**
        1. Pessoas jurídicas estrangeiras poderão participar da Oferta Permanente de Partilha de Produção, devendo, para tanto, cumprir os requisitos dispostos neste edital.
        2. Caso não seja possível a apresentação de determinado documento exigido neste edital por questões legais do país em que a interessada estrangeira esteja constituída, ou por não ser o documento aplicável a tal interessada, esta deve cumprir o requisito editalício correspondente por meio da apresentação dos seguintes documentos:

1. documento assinado por representante credenciado constando
2. descrição dos motivos que impedem o cumprimento do requisito previsto no edital;
3. requerimento de que a ANP aceite, como atendimento a tal requisito, documento encaminhado em lugar daquele previsto no instrumento editalício; e
4. menção ao encaminhamento dos documentos previstos em (b) e (c), abaixo;
5. documentos equivalentes visando a atender ao requisito previsto no edital, a serem apresentados em lugar daquele indicado no instrumento editalício;
6. caso aplicável, cópia do dispositivo legal que impede o cumprimento do requisito previsto no edital.
   * + 1. Na hipótese da inexistência de documento equivalente ao documento previsto neste edital e/ou de órgão no país de origem que o autentique, a interessada deverá, em lugar da exigência prevista na alínea (b), acima, apresentar declaração a esse respeito, acompanhada dos documentos previstos nas alíneas (a) e (c), acima.
     1. **Pessoas jurídicas sediadas em países específicos**
        1. A CEL poderá solicitar documentos e informações adicionais, não listadas neste edital, de interessadas sediadas em países classificados como paraísos fiscais pela Receita Federal do Brasil, bem como de interessadas sediadas em países classificados como não-cooperantes pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda.
        2. Com base em pareceres técnicos e/ou jurídicos fundamentados, poderá ser indeferida a habilitação de interessadas provenientes desses países quando a documentação submetida não for suficiente para identificação dos reais controladores, observado o disposto no item 4.5.12, e a garantia dos interesses da União como titular dos direitos sobre a exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil.
   1. **Aproveitamento de documentos** 
      1. Os documentos que tenham sido submetidos à ANP para fins de inscrição, qualificação e assinaturas de contratos na Oferta Permanente, nas rodadas de licitações e procedimentos de cessão de contratos poderão ser aproveitados para a Oferta Permanente de Partilha de Produção. Para tanto, a interessada deverá enviar requerimento conforme regras e modelo do ANEXO II.
      2. Somente poderão ser aproveitados os documentos relacionados no modelo do ANEXO II, e que estiverem dentro do prazo de validade. Os documentos cuja data de validade não esteja expressa somente serão aproveitados se tiverem sido submetidos à ANP até 1 (um) ano antes do requerimento de aproveitamento. Este prazo não se aplica aos atos societários, que poderão ser aproveitados enquanto vigentes, e à documentação para qualificação econômico-financeira.
      3. A interessada deverá listar, no ANEXO II, os documentos para os quais requer aproveitamento e informar, para cada um destes, seu número SEI, para qual rodada de licitações, ciclo da Oferta Permanente ou procedimento de cessão de contratos foi apresentado, devendo, neste último caso, informar o nome e número do contrato relativo à cessão para a qual o documento foi apresentado.
      4. O aproveitamento de documentos não implica a aprovação da qualificação da interessada, podendo a ANP solicitar esclarecimentos e/ou documentos adicionais.
      5. Uma qualificação obtida anteriormente não constitui garantia de obtenção de qualificação para a Oferta Permanente de Partilha de Produção.
      6. **Aproveitamento de documentos expedidos no exterior**
      7. Os documentos expedidos no exterior que tenham sido submetidos à ANP para fins de inscrição, qualificação e assinatura de contratos nas rodadas de licitações, Oferta Permanente e procedimentos de cessão de contratos poderão ser aproveitados, desde que estejam dentro do prazo de validade.
      8. Os documentos cuja data de validade não esteja expressa somente serão aproveitados se tiverem sido submetidos à ANP até 1 (um) ano antes do requerimento. Este prazo não se aplica aos atos societários, que poderão ser aproveitados enquanto vigentes, e à documentação para qualificação econômico-financeira.
      9. Para tanto, a interessada deverá enviar requerimento conforme regras e modelo do ANEXO II, listando os documentos para os quais requer aproveitamento e informando, para cada um destes, a Rodada de Licitações ou o número do contrato relativo à cessão para a qual o documento foi apresentado. Somente poderão ser aproveitados os documentos relacionados no modelo do ANEXO II.
   2. **Divulgação de informações e sigilo por parte da ANP**
      1. Os documentos referentes à licitação são públicos, à exceção dos classificados como sigilosos, nos termos da legislação aplicável. Será vedado o acesso a documentos que contenham informações de caráter pessoal e relativas à atividade empresarial cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.
      2. A interessada que tiver alguma objeção à publicidade das informações deverá manifestar-se através de pedido fundamentado à ANP, que decidirá sobre o acolhimento.
      3. A interessada poderá solicitar a divulgação de seus contatos no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/>, conforme modelo do ANEXO III, indicando seu interesse na Oferta Permanente de Partilha de Produção.

SEÇÃO IV - PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

* 1. Condições
     1. Poderão participar da Oferta Permanente de Partilha de Produção, desde que sejam habilitadas e satisfaçam plenamente todas as disposições do edital e da legislação aplicável:

1. Pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras que exerçam atividade empresarial, isoladamente ou reunidas em consórcio; e
2. Fundos de Investimento em Participações (FIPs), na condição de não operadora, somente podendo apresentar ofertas em consórcio.
   * 1. A habilitação é obrigatória e individual para cada interessada, mesmo para aquelas que pretendam apresentar oferta em consórcio.
     2. Para habilitar-se na licitação a interessada deverá, até a data definida no cronograma de cada ciclo:
3. atender aos requisitos de inscrição do item 4.2;
4. apresentar os documentos para as qualificações técnica, econômico-financeira, jurídica e de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do item 4.5.
   * 1. A participação da licitante implica o conhecimento e a aceitação das normas e das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.
     2. A licitante que tenha obtido qualificação anterior em prazo de até um ano antes do requerimento ou que tenha contrato para exploração e produção de petróleo e gás natural em vigência, poderá submeter-se a processo de qualificação simplificado no âmbito da Oferta Permanente de Partilha de Produção, nos termos do item 4.5.11.
   1. Inscrição

* + 1. Para solicitar inscrição na Oferta Permanente de Partilha de Produção a interessada deverá:

1. preencher o formulário eletrônico de solicitação de inscrição, conforme item 4.2.2;
2. apresentar os documentos de inscrição, conforme item 4.2; e
3. apresentar o comprovante de pagamento da taxa de participação, nos termos do item 4.3.
   * 1. **Preenchimento do formulário eletrônico de solicitação de inscrição**
        1. As interessadas em participar da licitação deverão, individualmente preencher o formulário eletrônico disponibilizado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp>.
        2. O representante credenciado principal indicado receberá mensagem por correio eletrônico de confirmação de solicitação de inscrição, contendo todos os dados informados no formulário. A partir desta mensagem eletrônica, deverá ser gerado arquivo digital, em formato pdf, para encaminhamento por meio do SEI.
        3. No formulário eletrônico, as licitantes deverão informar endereço, grupo societário, o representante credenciado principal perante a ANP, o sócio controlador, bem como todos os membros do quadro de administradores (administradores, diretores e membros do Conselho de Administração).
        4. Além do representante credenciado principal, os demais representantes credenciados deverão ser nomeados por procuração, nos termos do item 4.2.3.6.
        5. Caso, no curso da Oferta Permanente de Partilha de Produção e até a assinatura do contrato de partilha de produção, haja qualquer alteração nas informações prestadas no formulário de inscrição, a interessada deverá informar imediatamente à ANP as alterações pertinentes. Caso haja divergência entre as informações preenchidas no formulário eletrônico de solicitação de inscrição e aquelas que constarem dos documentos previstos nas seções 4.2.3 e 4.5.12.1, alínea (d), prevalecerão as informações destes documentos.
        6. Ao preencher e submeter o formulário à ANP, a licitante declara:
4. conhecer e aceitar as normas e condições estabelecidas neste edital e em seus anexos e
5. conhecer, sob as penas previstas na legislação aplicável, o conjunto de normas brasileiras que veda e pune condutas lesivas à concorrência, comprometendo-se a não empreender tais condutas.
   * 1. **Relação dos documentos de inscrição**
        1. Os documentos descritos a seguir deverão ser apresentados no período definido no cronograma de cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, respeitando-se as formalidades previstas na seção III.
        2. No caso específico de FIPs, deve ser observado o disposto no item 4.2.3.9.
        3. **Documentos societários**
6. A interessada deverá apresentar:
7. atos constitutivos (estatuto ou contrato social) e suas alterações, ou a consolidação dos atos constitutivos após eventuais alterações, contendo as disposições mais atuais e em plena vigência, todos arquivados no registro de comércio competente;
8. documentos referentes à comprovação dos poderes e dos nomes dos representantes legais, bem como os mais recentes atos relacionados à eleição/nomeação de tais representantes, caso aplicável;
9. documentos que comprovem o atendimento de eventuais condições para o exercício dos poderes dos representantes na forma prevista nos atos constitutivos, caso aplicável (assinaturas conjuntas de diretores, autorização expressa dos sócios ou do conselho de administração para a prática de determinados atos, inclusive a assinatura de contratos, entre outras);
10. declaração, nos termos do modelo do ANEXO V, de:
11. apresentação de cópia da versão mais atual de seu contrato ou estatuto social com as disposições vigentes;
12. comprovação dos poderes e dos nomes de seus representantes legais;
13. atendimento a eventuais condições ao exercício dos poderes dos representantes, na forma prevista nos atos constitutivos, caso aplicável.
    * + 1. Os documentos mencionados na alínea (b) acima, não serão exigidos caso os poderes e os nomes dos representantes legais possam ser comprovados nos atos constitutivos (estatuto ou contrato social).
        2. Qualquer alteração nos documentos societários mencionados nas alíneas (a), (b) e (c) acima, incluindo reestruturação societária, alteração ou transferência do controle societário, no curso da Oferta Permanente de Partilha de Produção, deverá ser comunicada à ANP imediatamente após a implementação do ato, acompanhadada da documentação correspondente.
        3. **Nomeação de representantes credenciados**
           1. A interessada deverá nomear um ou mais representantes credenciados perante a ANP, por meio de procuração, nos termos do ANEXO VI, assinada por seus representantes legais com poderes para constituírem procuradores.
           2. Caso a interessada pretenda que quaisquer de seus representantes legais atuem no procedimento licitatório e/ou assinem o respectivo contrato, estes também deverão ser nomeados como representantes credenciados por meio da mencionada procuração (ANEXO VI), ainda que tais representantes possuam poderes outorgados por meio dos documentos societários da licitante.
           3. O representante credenciado será o representante da licitante em todas as fases da licitação, inclusive na assinatura do respectivo contrato. Caso a licitante nomeie mais de um representante credenciado, quaisquer destes, individualmente, representará a licitante em quaisquer atos relacionados à Oferta Permanente de Partilha de Produção.
           4. As licitantes que nomearem mais de um representante credenciado deverão indicar, entre eles, o principal, para o qual será enviada toda e qualquer correspondência oficial da ANP relativa à Oferta Permanente de Partilha de Produção.
           5. As licitantes deverão indicar pelo menos um representante credenciado com domicílio no Brasil.
           6. Cada representante credenciado somente poderá representar uma única licitante, excetuando-se representação de licitante pertencente ao mesmo grupo societário.
           7. Caso mais de uma licitante indique um mesmo representante credenciado, somente será considerada a indicação da primeira, respeitando a ordem de apresentação do documento à ANP.
           8. Caso a licitante pretenda alterar a relação de representantes credenciados ou seus dados, deverá comunicar à ANP, nos termos da seção III, e apresentar nova procuração (ANEXO VI), a qual revogará a procuração previamente apresentada.
           9. Não será admitida alteração de representantes credenciados nos 10 (dez) dias úteis que antecedam à sessão pública de apresentação das ofertas e à assinatura dos contratos de partilha de produção, conforme cronograma de cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, salvo em situações excepcionais e mediante solicitação fundamentada à ANP.
        4. **Documentação para inscrição de FIPs**

4.2.3.7.1 Os FIPs deverão apresentar todos os documentos listados no item 4.2.3, excetuados os documentos listados no item 4.2.3.3.

4.2.3.7.2 Adicionalmente, deverão apresentar os seguintes documentos:

1. ato constitutivo com última alteração arquivada perante o órgão competente;
2. comprovante de registro de funcionamento na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Se estrangeiro, deverá apresentar documento análogo ao registro no órgão regulador do país de origem;
3. regulamento consolidado com suas posteriores alterações, se houver;
4. comprovante de registro do regulamento perante o competente Registro de Títulos e Documentos;
5. comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
6. ata da Assembleia Geral que nomeou o administrador e o gestor;
7. comprovação de que o FIP se encontra autorizado a participar da Oferta Permanente de Partilha de Produção, através de ata da Assembleia Geral ou outro documento equivalente;
8. termo de compromisso de constituição de pessoa jurídica empresária, segundo as leis brasileiras, ou de indicação de controlada já constituída, com sede e administração no Brasil, para assinatura do contrato de partilha de produção, caso vencedora da licitação, conforme modelo do ANEXO XI.
   1. Pagamento da taxa de participação e acesso à amostra de dados técnicos
      1. A licitante deverá efetuar pagamento da taxa de participação para inscrição na Oferta Permanente de Partilha de Produção no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais).**
      2. O pagamento de taxa de participação é obrigatório e individual para cada licitante, mesmo para aquelas que pretendam apresentar ofertas em consórcio.
      3. A taxa de participação deverá ser paga por meio de boleto bancário, gerado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/> . As licitantes deverão apresentar cópia do comprovante de pagamento, nos termos da seção III deste edital.
      4. O pagamento da taxa de participação por meio de boleto bancário pode ser efetuado por licitantes nacionais e estrangeiras.
      5. Para licitante estrangeira, o boleto bancário deverá ser preenchido em nome da interessada que efetivamente irá se inscrever e participar do certame. O campo “CPF/CNPJ” do boleto poderá ser preenchido com o CPF de um representante credenciado com domicílio no Brasil.
      6. O pagamento da taxa de participação dará acesso à amostra de dados técnicos dos blocos em Oferta Permanente, desde que a licitante tenha preenchido o formulário eletrônico de solicitação de inscrição, conforme previsto no item 4.2.2.
      7. A amostra de dados técnicos corresponde a um conjunto reduzido de dados de poços exploratórios e linhas sísmicas para cada um dos blocos em Oferta Permanente de Partilha de Produção.
      8. O acesso à amostra de dados técnicos será realizado exclusivamente por meio de sistema remoto (*e-bid*) disponível no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/>. A senha de acesso ao sistema *e-bid*, será enviada pela ANP por meio de mensagem eletrônica ao representante credenciado principal da licitante.
      9. A amostra de dados técnicos não deve ser confundida com o pacote de dados técnicos, previsto na seção VI deste edital.
      10. **Pagamentos efetuados no exterior**
          1. O pagamento da taxa de participação em moeda estrangeira deverá ser feito por transferência bancária em dólar norte-americano. O valor da taxa de participação deverá ser convertido para dólar norte-americano utilizando-se obrigatoriamente a taxa de câmbio oficial (BACEN/PTAX compra) do dia útil imediatamente anterior ao pagamento, publicada pelo Banco Central do Brasil.
          2. A licitante deverá verificar junto à instituição financeira responsável pela operação a incidência de taxas sobre a transferência bancária, de forma a garantir que o valor exato da taxa de participação esteja efetivamente disponível para a ANP após a conversão para Real (R$).
          3. As licitantes deverão apresentar cópia do comprovante da transferência bancária, nos termos da seção III deste edital.
          4. Os seguintes dados deverão ser observados para a transferência bancária:

|  |
| --- |
| Código SWIFT: BRASBRRJBHE  Código IBAN: BR9300000000022340003330087C1  Favorecido: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  CNPJ do Favorecido: 02.313.673/0002-08  Banco: Banco do Brasil  Endereço: Rua Professor Lélio Gama, 105 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20031-201  N.º da Agência: 2234-9  N.º da Conta Corrente: 333008-7 |

* + 1. **Devolução das taxas de participação**
       1. A taxa de participação não será devolvida, exceto nos casos de revogação e anulação da licitação, previstos no item 14.1.
  1. Aprovação da inscrição
     1. As licitantes que atenderem a todos os requisitos de inscrição estabelecidos nesta seção terão sua solicitação de inscrição julgada pela CEL.
     2. Será considerada inscrita a licitante que tiver sua solicitação de inscrição aprovada pela CEL.
     3. O resultado das inscrições julgadas pela CEL será informado às licitantes, individualmente, por meio de mensagem eletrônica.
     4. Os Quadros 7A e 7B consolidam a documentação de inscrição e as formalidades de apresentação previstas neste edital, respectivamente, para licitantes nacionais e estrangeiras, e FIPs.
     5. As licitantes inscritas para participarem dos ciclos da Oferta Permanente de Partilha de Produção deverão ser habilitadas. Para se habilitar as licitantes deverão apresentar os documentos de qualificação de acordo com o item 4.5.
  2. Qualificação
     1. A qualificação compreende a análise de documentação para comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, da capacidade econômico-financeira e da capacidade técnica das licitantes.
     2. As licitantes serão qualificadas como operadoras ou não operadoras, conforme os critérios estabelecidos nesta seção, e serão classificadas nos seguintes níveis:

1. **operadora A+** – qualificada para operar em blocos situados em áreas localizadas dentro do polígono do pré-sal e áreas estratégicas, assim definidas pelo CNPE, para contratos firmados sob o regime de partilha de produção;
2. **não operadora** – qualificada para atuar em consórcio, observado o disposto no item 8.3.2.
   * 1. A ANP fará o enquadramento das licitantes no maior nível de qualificação possível, de acordo com a análise da documentação apresentada.
     2. Caso a licitante obtenha nível de qualificação técnica diferente do nível de qualificação econômico-financeira, será considerada a qualificação de menor nível.
     3. As licitantes devem entregar os documentos para qualificação listados nesta seção no prazo estabelecido no cronograma de cada ciclo, conforme as formalidades previstas na seção III.
     4. Para os blocos em que a Petrobras não tenha manifestado interesse em atuar como operadora, indicados no Quadro 11B do ANEXO I, as licitantes indicadas como operadoras dos consórcios ofertantes devem ter sido qualificadas na categoria de operadora A+.
     5. Para os blocos em que a Petrobras manifestou interesse previamente em atuar como operadora, indicados no Quadro 11B do ANEXO I, pelo menos uma integrante do consórcio ofertante deve ter sido qualificada na categoria de operadora A+.
     6. A ANP poderá solicitar quaisquer informações e documentos adicionais para subsidiar a qualificação.
     7. As informações prestadas pelas licitantes para fins de qualificação poderão ser verificadas pela ANP por meio de vistorias previamente agendadas.
     8. As licitantes deverão manter as condições de qualificação até a assinatura do contrato de partilha de produção sob pena de desclassificação da licitação.
     9. **Procedimento de Qualificação Simplificado**
        1. A licitante que tenha obtido qualificação em rodada de licitação ou em processo de cessão de contratos e tenha interesse em participar da Oferta Permanente de Partilha de Produção poderá optar pelo procedimento de qualificação simplificado, para tanto deverá apresentar requerimento conforme regras e modelo do ANEXO II.
           1. A qualificação anterior em rodada de licitação ou em processo de cessão de contratos deverá ter sido obtida no prazo de até 1 (um) ano antes do requerimento.
           2. O prazo estipulado acima não se aplica à documentação para qualificação econômico-financeira que deverá ser atualizada.
        2. A licitante que tenha contrato de exploração e produção de petróleo e gás natural, vigente, também poderá optar pelo procedimento de qualificação simplificado, requerendo-o conforme as regras e modelo do ANEXO II, não se aplicando, nesta hipótese, o prazo previsto no subitem 4.5.11.1.1
        3. Caso a licitante tenha obtido a qualificação econômico-financeira anterior com patrimônio líquido inferior ao exigido neste edital para o nível de qualificação pretendido, deverá submeter documentação atualizada para comprovar o patrimônio líquido exigido, nos termos do item 4.5.14.
     10. **Qualificação jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**
         1. Para obtenção da qualificação jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, além dos documentos já apresentados para inscrição previstos no item 4.2, as licitantes deverão apresentar os documentos listados a seguir, que serão avaliados segundo os critérios definidos neste edital (no caso específico de FIPs, deve ser observado o disposto do item 4.2.3.9):
3. documentos societários mencionados no item 4.2.3.3 que tenham sofrido qualquer alteração, desde sua mais recente apresentação à ANP;
4. declaração de ausência de impedimentos para assinatura do contrato de partilha de produção, nos termos do ANEXO VIII, atestando não haver fato que impeça a assinatura ou a execução do contrato de partilha de produção;
5. declaração sobre pendências legais ou judiciais relevantes, nos termos do ANEXO IX, atestando a existência ou inexistência de pendências legais ou judiciais relevantes, incluindo aquelas que poderão acarretar insolvência, recuperação judicial, falência, ou qualquer outro evento que possam afetar a idoneidade financeira da licitante (caso haja pendências relevantes, estas devem ser discriminadas);
6. organograma com o título **“ORGANOGRAMA DO GRUPO SOCIETÁRIO”** detalhando toda a cadeia de controle do grupo societário, assinado por representante credenciado, devendo constar o respectivo percentual das quotas ou ações com direito a voto de cada uma das pessoas jurídicas integrantes do referido grupo, bem como de cada uma das pessoas naturais que controlem cada uma de tais pessoas jurídicas.
7. Para efeito desta licitação, entende-se por grupo societário o conjunto das pessoas jurídicas:
8. integrantes de um grupo formal;
9. vinculadas por relação de controle comum, direto ou indireto.
10. O organograma deverá apresentar as participações diretas e indiretas, até seu último nível, indicando os respectivos controladores. Participações minoritárias também devem ser informadas quando os acionistas minoritários fizerem parte do Grupo de Controle por meio de Acordo de Acionistas.
11. Não será admitida a participação de licitantes:
12. controladas por ações ao portador, sem identificação explícita de controle; ou
13. cuja própria constituição ou de pessoa jurídica integrante de seu grupo societário impeça ou dificulte a identificação dos controladores com exceção, neste caso, das entidades fechadas de previdência complementar, para os quais não se faz necessária a identificação dos controladores, e dos quotistas dos Fundos de Investimento e dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs), conforme legislação aplicável.
14. Para efeito desta licitação, o ORGANOGRAMA DO GRUPO SOCIETÁRIO terá caráter declaratório, sujeitando a licitante, em caso de omissão de informações, às penalidades previstas na seção XI deste edital.
15. Em se tratando de sociedade empresária que não seja controlada ou controle qualquer outra pessoa jurídica, e se nenhum de seus sócios controle qualquer pessoa jurídica, a licitante poderá encaminhar uma declaração formal nesse sentido, firmada pelo representante credenciado junto a ANP, com vistas a substituir a apresentação de estrutura gráfica do organograma.
16. Não será admitida, sob qualquer justificativa, a alegação de aplicação da lei do país de origem da licitante visando a manter sigilo sobre seu controle acionário;
17. caso o objeto social da licitante não esteja adequado ao objeto da licitação, será necessária a apresentação de termo de compromisso de adequação do objeto social às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, para a assinatura do contrato de partilha de produção, caso vencedora, conforme modelo do ANEXO X;
18. Termo de Compromisso de Adesão ao Acordo de Individualização da Produção, conforme modelo do ANEXO XXVII.

f.1) Por meio desse Termo de Compromisso, a interessada, caso seja vencedora da licitação e signatária de contrato de partilha de produção que se enquadre no disposto no item 2.3, sujeitar-se-á ao respectivo Acordo de Individualização da Produção da Produção aprovado pela ANP.

* + - 1. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada por meio da análise dos seguintes documentos, a serem obtidos pela ANP mediante acesso às bases de dados dos órgãos públicos responsáveis por sua emissão[[2]](#footnote-2):

1. prova de inscrição no CNPJ;
2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a cargo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN;
3. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou positiva com efeito de negativa a cargo da Justiça do Trabalho.
   * + 1. As licitantes deverão reapresentar o organograma previsto na alínea (d) do item 4.5.12.1, caso tenha havido alteração na cadeia de controle do grupo societário no curso desta Rodada de Licitações e até a assinatura do contrato de partilha de produção.
       2. As licitantes que apresentarem registro cadastral e situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) serão dispensadas da análise dos documentos listados nas alíneas (a) a (d) do item 4.5.12.2, para fins de comprovação da regularidade fiscal.
       3. A existência de registro da licitante como devedora constitui fato impeditivo da qualificação, salvo se a registrada comprovar que tenha ajuizado demanda com objetivo de discutir a natureza da obrigação, ou do seu valor, e oferecido garantia suficiente ao juízo, na forma da lei; ou esteja suspensa a exigibilidade do crédito objeto do registro.
       4. As licitantes estrangeiras serão dispensadas da análise dos documentos relativos à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.
       5. **Documentação adicional para qualificação jurídica de licitante estrangeira**
5. As licitantes estrangeiras devem apresentar, além dos documentos listados nas alíneas (a) a (e) do item 4.5.12.1, os seguintes documentos:
6. comprovação de que se encontra organizada e em funcionamento regular, conforme as leis do seu país, mediante a apresentação de documento expedido por órgão oficial de registro de sociedades do país de origem, emitido no período de 1 (um) ano anterior à data de seu protocolo na ANP; e
7. termo de compromisso de constituição de pessoa jurídica empresária segundo as leis brasileiras ou de indicação de pessoa jurídica empresária brasileira controlada já constituída, com sede e administração no Brasil, para assinatura do contrato de partilha de produção, caso vencedora da licitação, conforme modelo do ANEXO XI.
   * + 1. **Documentação para qualificação jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista de FIPs**
8. Para obtenção da qualificação jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, além dos documentos já apresentados para inscrição previstos no item 4.2, os FIPs devem apresentar os seguintes documentos:
9. documentos exigidos no item 4.5.12.1, alíneas (c) e (d), os quais serão apresentados em nome do administrador do FIP;
10. termo de compromisso de constituição de pessoa jurídica empresária, segundo as leis brasileiras, ou de indicação de controlada já constituída, com sede e administração no Brasil, para assinatura do contrato de partilha de produção, caso vencedora da licitação, conforme modelo do ANEXO XI; e
11. documentos listados no item 4.2.3.9 alíneas (c) e (f) deverão ser reapresentados em caso de alteração.
    * + 1. A regularidade fiscal e trabalhista da afiliada será comprovada por meio da análise dos documentos listados no item 4.5.12.2, alíneas (a), (b), (c) e (d) os quais serão obtidos pela ANP mediante acesso às bases de dados dos órgãos públicos responsáveis por sua emissão[[3]](#footnote-3).
      1. **Qualificação técnica**
         1. A licitante será qualificada tecnicamente como operadora A+ ou não operadora.
12. As informações técnicas devem ser prestadas de acordo com um dos seguintes modelos de sumários técnicos, alternativamente:
13. qualificação técnica por experiência da licitante ou do seu grupo societário: sumário técnico 01 (ANEXO XII);
14. qualificação técnica como não operadora: sumário técnico 02 (ANEXO XIII);
15. qualificação técnica para licitante que já atua no Brasil: sumário técnico 03 (ANEXO XIV).
    * + 1. **Qualificação técnica como operadora A+**
16. A qualificação técnica como operadora poderá ser obtida a partir da experiência da licitante ou do seu grupo societário (item 4.5.13.2.1) no Brasil e/ou no exterior.
17. A qualificação pela experiência da licitante ou do seu grupo societário será baseada em:
18. experiência em atividades de E&P (item 4.5.13.2.1.1);
19. tempo de experiência em atividades de E&P (item 4.5.13.2.1.2.);
20. volume de produção dos últimos 5 (cinco) anos (item 4.5.13.2.1.3);
21. montante de investimentos realizados em exploração nos últimos 5 (cinco) anos (item 4.5.13.2.1.4); e
22. aspectos relacionados à Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) (item 4.5.13.2.1.5).
23. Para qualificação técnica como operadora A+, a licitante deverá obter pontuação igual ou superior a 81 pontos.
24. Será atribuída pontuação para cada atividade desenvolvida. No entanto, caso a licitante esteja desenvolvendo cumulativamente, no mesmo ambiente, atividades como operadora, não operadora ou prestadora de serviço, prevalecerá somente a maior pontuação.
25. A operadora A+ deverá, obrigatoriamente, possuir experiência em atividades de exploração e/ou produção em águas rasas, profundas ou ultraprofundas na condição de operadora, independentemente da pontuação alcançada
    * + - 1. **Qualificação pela experiência da licitante ou do seu grupo societário**
26. A experiência da licitante ou do seu grupo societário no Brasil e/ou no exterior deverá ser informada, conforme modelo de sumário técnico 01, do ANEXO XII.

**Pontuação pela experiência em atividades de E&P**

1. As atividades de E&P em desenvolvimento pela licitante serão pontuadas conforme detalhado a seguir.
2. **Experiência em atividades de E&P em terra:**
3. Serão computados os seguintes pontos para as licitantes que estejam desenvolvendo atividades de E&P em terra, seguindo as melhores práticas da indústria do petróleo:
4. **Atividades de exploração:**
5. **10 (dez) pontos** na condição de operadora; ou
6. **5 (cinco) pontos** na condição de não operadora; ou
7. **5 (cinco) pontos** na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo.
8. **Atividades de produção:**
9. **10 (dez) pontos** na condição de operadora; ou
10. **5 (cinco) pontos** na condição de não operadora; ou
11. **5 (cinco) pontos** na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo.
12. **Experiência em atividades de E&P em águas rasas:**
13. Serão computados os seguintes pontos para as licitantes que estejam desenvolvendo atividades de E&P em águas rasas (lâminas d’água até 400 metros de profundidade), seguindo as melhores práticas da indústria do petróleo:
14. **Atividades de exploração:**
15. **10 (dez) pontos** na condição de operadora; ou
16. **5 (cinco) pontos** na condição de não operadora; ou
17. **5 (cinco) pontos** na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo.
18. **Atividades de produção:**
19. **10 (dez) pontos** na condição de operadora; ou
20. **5 (cinco) pontos** na condição de não operadora; ou
21. **5 (cinco) pontos** na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo.
22. **Experiência em atividades de E&P em águas profundas ou ultraprofundas:**
23. Serão computados os seguintes pontos para as licitantes que estejam desenvolvendo atividades de E&P em águas profundas ou ultraprofundas (lâminas d’água superiores a 400 metros de profundidade), seguindo as melhores práticas da indústria do petróleo:
24. **Atividades de exploração:**
25. **10 (dez) pontos** na condição de **operadora**; ou
26. **5 (cinco) pontos** na condição de não operadora; ou
27. **5 (cinco) pontos** na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo.
28. **Atividades de produção:**
29. **10 (dez) pontos** na condição de operadora; ou
30. **5 (cinco) pontos** na condição de não operadora; ou
31. **5 (cinco) pontos** na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo.
32. **Experiência em atividades de E&P em ambientes adversos:**
33. Serão computados os seguintes pontos para as licitantes que estejam desenvolvendo atividades de E&P em ambientes adversos, seguindo as melhores práticas da indústria do petróleo:
34. **10 (dez) pontos** na condição de operadora; ou
35. **5 (cinco) pontos** na condição de não operadora; ou
36. **5 (cinco) pontos** na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo.
37. Para este critério serão consideradas atividades de E&P em ambientes adversos onde ocorram uma ou mais das seguintes características: fortes correntes marinhas, perfuração em condições de alta pressão e alta temperatura (poço cujo gradiente de pressão de poros é superior a 2,62 psi/m ou à pressão esperada no B.O.P – “Blow Out Preventer” – é superior a 10.000 psi e a temperatura estática no fundo do poço é superior a 150º C), atividades de produção em áreas remotas (entende-se como áreas remotas aquelas que impõem restrições de acesso, dificultando as atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos) e produção de óleos pesados (de 10º API a 22º API) e/ou extra pesado (abaixo de 10º API) e elevada presença de contaminantes como CO2 (dióxido de carbono) e H2S (sulfeto de hidrogênio), que possam causar riscos operacionais.
38. **Experiência em atividades de E&P em áreas ambientalmente sensíveis:**
39. Serão computados os seguintes pontos para as licitantes que estejam desenvolvendo atividades de E&P em áreas ambientalmente sensíveis, seguindo as melhores práticas da indústria do petróleo:
40. **10 (dez) pontos** na condição de operadora; ou
41. **5 (cinco) pontos** na condição de não operadora; ou
42. **5 (cinco) pontos** na condição de prestadora de serviços técnicos para companhias de petróleo.
43. Para este critério serão consideradas atividades de E&P em áreas de influência onde ocorram uma ou mais das seguintes características: espécies raras, endêmicas ou ameaçadas; agregação de espécies (rotas migratórias, reprodução, crescimento, alimentação); áreas definidas como prioritárias para a conservação da biodiversidade; recursos naturais de importância socioeconômica para comunidades locais e/ou pescadores artesanais; unidades de conservação; comunidades indígenas e/ou tradicionais; presença de sítios arqueológicos ou patrimônio espeleológico.

**Quadro 1 - Pontuação por atividades de E&P em desenvolvimento**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Ambiente operacional | Condição de operação | | | |
| Operadora | | Não operadora/ Prestadora de serviços técnicos | |
| Exploração | Produção | Exploração | Produção |
| Terra | 10 | 10 | 5 | 5 |
| Águas Rasas | 10 | 10 | 5 | 5 |
| Águas Profundas ou Ultraprofundas | 10 | 10 | 5 | 5 |
| Ambientes Adversos | 10 | | 5 | |
| Áreas Ambientalmente Sensíveis | 10 | | 5 | |

**Pontuação por tempo de experiência em atividades de E&P**

1. A licitante que informar experiência na condição de operadora em atividades de E&P receberá, em função do tempo de experiência e do ambiente operacional (terra, águas rasas ou águas profundas/ultraprofundas), a pontuação estabelecida no Quadro 2.

Quadro 2 - Pontuação por tempo de experiência em atividades de E&P na condição de operadora

| Ambiente operacional | Tempo de experiência – T (em anos) | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 2 ≤ T < 5 | 5 ≤ T < 10 | 10 ≤ T < 15 | T ≥ 15 |
| Terra | 5 | 10 | 15 | 20 |
| Águas rasas | 10 | 15 | 20 | 25 |
| Águas profundas/ultraprofundas | 15 | 20 | 25 | 30 |

1. Para a licitante que, alternativamente, informar experiência em prestação de serviços técnicos para companhias de petróleo ou que tenha experiência como não operadora será computada a metade dos pontos atribuídos àquela que possua experiência como operadora, conforme estabelecido na Quadro 3.

Quadro 3 - Pontuação por tempo de experiência em atividades de E&P na condição de não operadora ou prestadora de serviços técnicos

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Ambiente operacional | Tempo de experiência – T (em anos) | | | |
| 2 ≤ T < 5 | 5 ≤ T < 10 | 10 ≤ T < 15 | T ≥ 15 |
| Terra | 2,5 | 5 | 7,5 | 10 |
| Águas rasas | 5 | 7,5 | 10 | 12,5 |
| Águas profundas/ultraprofundas | 7,5 | 10 | 12,5 | 15 |

**Pontuação pelo volume de produção de óleo equivalente**

1. Será computado **1 (um) ponto** para cada 1 (um) mil barris/dia de óleo equivalente produzido até o **máximo de 15 (quinze) pontos**. Os volumes informados devem fazer referência à participação da licitante na condição de operadora. Será considerada a média aritmética dos volumes da produção anual dos últimos 5 (cinco) anos.

**Pontuação pelo montante de investimentos em atividades exploratórias**

1. A licitante que informar a realização de investimentos em atividades de exploração, na condição de operadora, receberá pontuação em função do montante de investimentos e do ambiente operacional, de acordo com o estabelecido no Quadro 4.
2. Será considerado o montante de investimentos dos últimos 5 (cinco) anos referente à participação da licitante na condição de operadora. Caso o valor do investimento esteja referenciado em dólar americano (US$), deverá ser utilizada para conversão a taxa média de câmbio oficial (BACEN/PTAX venda) do ano em que foi realizado. Todos os investimentos realizados devem ser trazidos a valor presente pelo IGP-M acumulado até o mês anterior ao da realização da sessão pública de apresentação de ofertas do ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção.

Quadro 4 - Pontuação em função do montante de investimentos em atividades exploratórias

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Ambiente operacional | Montante de investimentos – I (em milhões de reais) | | |
| 15 ≤ I < 30 | 30 ≤ I < 60 | I ≥ 60 |
| Terra | 2 | 3 | 4 |
| Águas rasas | 3 | 4 | 5 |
| Águas profundas/ultraprofundas | 4 | 5 | 6 |

**Pontuação em função dos aspectos relacionados à SMS**

1. Serão computados **2 (dois) pontos** para a licitante que apresentar cópia de sua política de SMS ou procedimento corporativo similar que explicite o compromisso na aquisição de bens e serviços de terceiros que adotem boas práticas de SMS.
2. Serão computados **2 (dois) pontos** para a licitante que apresentar certificação de um Sistema Integrado de Gestão de SMS. A licitante deverá apresentar cópia dos certificados emitidos por entidade independente, que com ela não possua qualquer vínculo, atestando a implantação de um Sistema Integrado de Gestão de SMS em operações de E&P.
   * + - 1. **Qualificação técnica como não operadora**
       1. Para obtenção da qualificação técnica como não operadora, a licitante deverá apresentar descrição de sua atividade principal, bem como o seu relacionamento com sua matriz ou controladora, quando aplicável, conforme modelo de sumário técnico 02, do ANEXO XIII.
          1. **Qualificação técnica para licitante que já atua no Brasil**
          2. A licitante que possua contratos de concessão ou de partilha de produção vigentes no Brasil para exploração e produção de petróleo e gás natural, para obter qualificação no mesmo nível em que já atua, deverá apresentar relação dos números dos referidos contratos e suas respectivas áreas de atuação, conforme modelo de sumário técnico 03, do ANEXO XIV.
          3. A licitante também poderá utilizar os contratos vigentes assinados por integrantes do seu grupo societário.
          4. Para qualificação técnica em nível superior ao que já atua, a licitante deverá atender os requisitos do item 4.5.13.2, conforme aplicável.
     1. **Qualificação econômico-financeira**
        1. Para fins de qualificação econômico-financeira, as pessoas jurídicas que exerçam atividade empresarial deverão apresentar os seguintes documentos referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais:
3. Demonstrações Financeiras:
4. Balanço Patrimonial;
5. Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, podendo ser incluído na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
6. Demonstração do Resultado do Exercício;
7. Demonstração do Fluxo de Caixa;
8. Notas Explicativas; e
9. Demonstração do Valor Adicionado, se companhia aberta.
10. Parecer de auditor independente;
11. Formulário do ANEXO XV – Declarações de Obrigações Relevantes e Planejamento Estratégico;
12. Formulário do ANEXO XVI - Resumo das Demonstrações Financeiras, somente para as licitantes estrangeiras.
    * + 1. Em substituição aos documentos listados acima, os FIPs deverão apresentar as Demonstrações Contábeis completas dos 3 (três) últimos exercícios, na forma exigida pela legislação aplicável, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.
        2. As Demonstrações Financeiras deverão ser apresentadas na forma da Lei n.º 6.404/1976, vedada sua substituição por balancetes provisórios, sem prejuízo da obrigatoriedade de apresentação do parecer de auditor independente.
        3. Caso a licitante seja controladora de grupo societário, deverá apresentar suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, observadas as disposições emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quanto à correlação às normas internacionais de contabilidade (IFRS).
        4. A ANP poderá solicitar apresentação de Informações Trimestrais (ITR), na forma do art. 16, VIII, da Instrução CVM n.º 202/1993, para subsidiar a análise da qualificação.
        5. A licitante constituída há menos de 3 (três) anos deverá apresentar as Demonstrações Financeiras e o parecer do auditor independente para os exercícios sociais já encerrados.
        6. A licitante constituída no mesmo exercício social da licitação deverá apresentar as Demonstrações Financeiras Intermediárias, vedada a sua substituição por balancetes provisórios, e acompanhadas de parecer de auditor independente. Neste caso, para fins de comprovação do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar uma cópia do seu último estatuto social arquivado no órgão de registro de comércio de sua jurisdição.
        7. A licitante que desejar comprovar aumento do patrimônio líquido ocorrido no mesmo exercício social da licitação deverá apresentar as Demonstrações Financeiras Intermediárias, vedada a sua substituição por balancetes provisórios e acompanhadas de parecer de auditor independente. Caso o aumento seja decorrente de alteração no capital social, a licitante deverá apresentar também uma cópia do seu último estatuto social arquivado no órgão de registro de comércio de sua jurisdição.
        8. A licitante estrangeira, além dos documentos exigidos nas alíneas (a), (b) e (c) deverá apresentar, adicionalmente, o documento exigido na alínea (d) (ANEXO XVI) preenchido e assinado pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados no país de origem, observadas as formalidades previstas na seção III. Na hipótese de inexistência dos documentos exigidos nesta seção, a licitante estrangeira deverá observar as disposições do item 3.2.4.
        9. **Critério de enquadramento para qualificação econômico-financeira**
           1. A licitante deverá demonstrar, por meio dos documentos mencionados no item 4.5.14.1, que possui patrimônio líquido igual ou superior ao patrimônio líquido mínimo requerido para classificação nos níveis de qualificação, conforme estabelecido no Quadro 5.
           2. A licitante que desejar atuar como operadora deverá obter nível de qualificação como operadora A+.
           3. A licitante que obtiver nível de qualificação como não operadora somente poderá participar através de consórcio que contenha uma licitante qualificada na categoria de operadora A+.
           4. Para qualificação como Não operadora, a licitante deverá possuir patrimônio líquido igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido mínimo requerido para operadora do bloco, conforme Quadro 5.

**Quadro 5 - Valores mínimos de patrimônio líquido para qualificação econômico-financeira**

| **Nível de qualificação** | **Ambientes operacionais de atuação** | **Patrimônio líquido mínimo (R$)** |
| --- | --- | --- |
| Operadora A+ | áreas localizadas no polígono do pré-sal e áreas estratégicas, assim definidas pelo CNPE, para contratos firmados sob o regime de partilha de produção | 360.000.000,00 |
| Não operadora | qualquer área localizada no polígono do pré-sal e áreas estratégicas, assim definidas pelo CNPE, para contratos firmados sob o regime de partilha de produção 1 | 90.000.000,00 |

Nota:

1 Atuação, exclusivamente, como investidora.

* + 1. **Resumo dos documentos e critérios de qualificação**
       - 1. O Quadro 6 consolida os critérios de enquadramento nos níveis de qualificação previstos neste edital.

**Quadro 6 - Consolidação dos critérios de enquadramento nos níveis de qualificação**

| Qualificação | Qualificação jurídica | Qualificação técnica1 | Qualificação econômico-financeira (PLM) | Ambiente |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Operadora A+ | comprovação da reg. jurídica, fiscal e trabalhista | 81 pontos ou mais2 | 360.000.000,00 | qualificada para operar em bloco situado em área localizada no polígono do pré-sal e áreas estratégicas, assim definidas pelo CNPE, para contratos firmados sob o regime de partilha de produção. |
| Não operadora | comprovação da reg. jurídica, fiscal e trabalhista | resumo de sua atividade principal | 90.000.000,00 | somente poderá apresentar oferta em consórcio com outras licitantes em qualquer área localizada no polígono do pré-sal e áreas estratégicas, assim definidas pelo CNPE, para contratos firmados sob o regime de partilha de produção |

Notas:

1 No caso previsto no item 4.5.13.4, não se aplica o critério de pontuação para fins de qualificação técnica.

2 Para obtenção de qualificação como operadora A+, a licitante deverá obrigatoriamente possuir experiência em atividades de exploração e/ou produção em águas rasas, profundas ou ultraprofundas, na condição de operadora, independentemente da pontuação alcançada.

* + - * 1. O Quadro 7A consolida a documentação de habilitação e as formalidades de apresentação previstas neste edital para licitantes nacionais e estrangeiras.
        2. O Quadro 7B consolida a documentação de habilitação e as formalidades de apresentação previstas neste edital para FIPs.

Quadro 7A – Relação de documentos para habilitação na Oferta Permanente de Partilha de Produção - Licitantes Nacionais e Estrangeiras

| **Natureza** | **Item do edital** | **Documento** | **Obrigatoriedade** | **Modelo** | **SEI**  **(formato do documento)** | **Documentos emitidos no exterior e/ou em idioma estrangeiro** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Notarização1** | **Legalização (para documentos emitidos no exterior)** | **Tradução juramentada (para documentos em idioma estrangeiro)** | **Registro no Cartório de Títulos e Documentos (para documentos emitidos no exterior)** |
| **4.2 Inscrição** | 4.2.2 | Preenchimento do formulário eletrônico de solicitação de inscrição | √ | site | Nato-digital3 | Não aplicável. | Não aplicável. | Não aplicável. | Não aplicável |
| 4.2.3.3 a) | Documentos societários/ Atos constitutivos | √ | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.3 b) | Documentos societários/ Comprovação dos poderes e dos nomes dos representantes legais | Se aplicável | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.3 c) | Documentos societários/ Documentos que comprovem o atendimento de eventuais condições para o exercício dos poderes dos representantes | Se aplicável | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.3 d) | Declaração de atualidade dos atos societários | √ | ANEXO V | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do anexo.\* | √ |
| 4.2.3.6 | Procuração para nomeação de representantes credenciados | √ | ANEXO VI | Digitalizado2 | √ | √ | √ | √ |
| 4.3 | Cópia do comprovante de pagamento da taxa de participação e acesso à amostra de dados | √ | Não | Nato-digital3 ou digitalizado | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |
| **4.5.12** **Qualificação jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista** | 4.2.3.3 a) | Documentos societários/ Atos constitutivos | Quando houver alteração | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.3 b) | Documentos societários/ Comprovação dos poderes e dos nomes dos representantes legais | Quando houver alteração | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.3 c) | Documentos societários/ Documentos que comprovem o atendimento de eventuais condições para o exercício dos poderes dos representantes | Quando houver alteração | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.5.12.1 b) | Declaração de ausência de impedimentos para assinatura do contrato de partilha de produção, | √ | ANEXO VIII | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do anexo. | √ |
| 4.5.12.1 c) | Declaração sobre pendências legais ou judiciais relevantes | √ | ANEXO IX | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do anexo. | √ |
| 4.5.12.1 d) | Organograma detalhado da cadeia de controle | √ | Não | Digitalizado2 | √ | √ | √ | √ |
| 4.5.12.1 e) | Termo de compromisso de adequação do objeto social | Se aplicável | ANEXO X | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do anexo. | √ |
| 4.5.12.1 f) | Termo de Compromisso de Adesão ao Acordo de Individualização da Produção, conforme modelo do | √ | ANEXO XXVII | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do anexo. | √ |
| 4.5.12.2 a) | Prova de inscrição no CNPJ4 | Apenas para as licitantes nacionais | Não | Nato-digital3 | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |
| 4.5.12.2 b) | Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a cargo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)4 | Apenas para as licitantes nacionais | Não | Nato-digital3 | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |
| 4.5.12.2 c) | Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)4 | Apenas para as licitantes nacionais | Não | Nato-digital3 | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |
| 4.5.12.2 d) | Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas4 | Apenas para as licitantes nacionais | Não | Nato-digital3 | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |
| 4.5.12.7 a) | Comprovação de que se encontra organizada e em regular funcionamento, de acordo com as leis do seu país | Apenas para as licitantes estrangeiras | Não | Digitalizado2 | √ | √ | √ | √ |
| 4.5.12.7 b) | Termo de compromisso para constituição de pessoa jurídica segundo as leis brasileiras ou indicação de pessoa jurídica brasileira controlada já constituída para assinar o contrato de partilha de produção em seu lugar, caso vencedora da licitação. | Apenas para as licitantes estrangeiras | ANEXO XI | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do anexo.1 | √ |
| **4.5.13 Qualificação Técnica** | 4.5.13.1 | Sumário técnico | √ | ANEXOS XII, XIII, XIV | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do anexo.1 | √ |
| 4.5.13.2.1.5 I) | Cópia da política de SMS | Se aplicável | Não | Digitalizado2 | √ | √ | √ | √ |
| 4.5.13.2.1.5 II) | Certificados de Sistema Integrado de Gestão de SMS | Se aplicável | Não | Digitalizado2 | √ | √ | √ | √ |
| **4.5.14 Qualificação Econômico-financeira** | 4.5.14.1 a) | Demonstrações Financeiras | √ | Não | Nato-digital ou Digitalizado2 | √ | √ | √ | √ |
| 4.5.14.1 b) | Parecer de auditor independente | √ | Não | Nato-digital ou Digitalizado2 | √ | √ | √ | √ |
| 4.5.14.1 c) | Declarações de Obrigações Relevantes e Planejamento Estratégico | √ | ANEXO XV | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do anexo. 1 | √ |
| 4.5.14.1 d) | Resumo das Demonstrações Financeiras | Apenas para as licitantes estrangeiras | ANEXO XVI | Digitalizado2 | √ | √ | √ | √ |

Nota:

1. Caso a notarização esteja em idioma estrangeiro, é necessário a tradução juramentada e o registro no RTD.
2. Os documentos exigidos deverão ser impressos, datados, assinados pelo representante credenciado ou legal, conforme o caso, e digitalizados para encaminhamento por meio do SEI.
3. Documento nato-digital é o documento criado originariamente em meio eletrônico.
4. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada por meio da análise de documentos, a serem obtidos pela ANP mediante acesso às bases de dados dos órgãos públicos responsáveis por sua emissão.

Quadro 7B – Relação de documentos para habilitação na Oferta Permanente de Partilha de Produção - FIPs

| **Natureza** | **Item do edital** | **Documento** | **Obrigatoriedade** | **Modelo** | **SEI**  **(formato do documento)** | **Documentos emitidos no exterior e/ou em idioma estrangeiro** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Notarização1** | **Legalização (para documentos emitidos no exterior)** | **Tradução juramentada (para documentos em idioma estrangeiro)** | **Registro no Cartório de Títulos e Documentos (para documentos emitidos no exterior)** |
| **4.2 Inscrição** | 4.2.2 | Preenchimento do formulário eletrônico de solicitação de inscrição | √ | site | Nato-digital3 | Não aplicável | Não aplicável. | Não aplicável. | Não aplicável |
| 4.2.3.6 | Procuração para nomeação de representantes credenciados | √ | ANEXO VI | Digitalizado2 | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.7.2 a) | Ato constitutivo com última alteração arquivada perante o órgão competente | √ | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.7.2 b) | Comprovante de registro de funcionamento na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para licitante estrangeira, registro no órgão regulador análogo do país de origem | √ | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.7.2 c) | Regulamento consolidado (inclusive posteriores alterações, se houver) | √ | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.7.2 d) | Comprovante de registro do regulamento perante o competente Registro de Títulos e Documentos | √ | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.7.2 e) | Comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor perante a Comissão de Valores Mobiliários | √ | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.7.2 f) | Ata da Assembleia Geral que nomeou o administrador e o gestor | √ | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.7.2 g) | Comprovação de que o FIP se encontra autorizado a participar da Oferta Permanente de Partilha de Produção, através de ata da Assembleia Geral ou outro documento equivalente | √ | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.3 | Cópia do comprovante de pagamento da taxa de participação e acesso à amostra de dados | √ | Não | Nato-digital3 ou digitalizado | Não aplicável | Não | Não | Não |
| **4.5.12.8** **Qualificação jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista** | 4.5.12.1 c) | Declaração sobre pendências legais ou judiciais relevantes | √ | ANEXO IX | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do anexo. 1 | √ |
| 4.5.12,1 d) | Organograma detalhado da cadeia de controle | √ | Não | Digitalizado2 | √ | √ | √ | √ |
| 4.5.12.1 f) | Termo de Compromisso de Adesão ao Acordo de Individualização da Produção, conforme modelo do | √ | ANEXO XXVII | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do anexo. | √ |
| 4.5.12.1 a) | Prova de inscrição no CNPJ4 | √ | Não | Nato-digital3 | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |
| 4.5.12.1 b) | Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a cargo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)4 | √ | Não | Nato-digital3 | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |
| 4.5.12.1 c) | Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)4 | √ | Não | Nato-digital3 | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |
| 4.5.12.1 d) | Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas4 | √ | Não | Nato-digital3 | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |
| 4.5.12.8 b) | Termo de compromisso de constituição de pessoa jurídica segundo as leis brasileiras ou indicação de pessoa jurídica brasileira controlada já constituída para assinar o contrato de partilha de produção em seu lugar, caso vencedora da licitação. | √ | ANEXO XI | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do anexo. 1 | √ |
| 4.2.3.7.2 (c) | Regulamento consolidado | Quando houver alteração | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.7.2 (f) | Ata da Assembleia Geral que nomeou o administrador e o gestor; | Quando houver alteração | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| **4.5.13 Qualificação Técnica** | 4.5.13.1 | Sumário técnico | √ | ANEXO XIII | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do anexo.1 | √ |
| **4.5.14 Qualificação Econômico-financeira** | 4.5.14.2 | Demonstrações Contábeis acompanhadas de Parecer de auditor independente | √ | Não | Nato-digital ou Digitalizado2 | √ | √ | √ | √ |

Nota:

1. Caso a notarização esteja em idioma estrangeiro, é necessário a tradução juramentada e o registro no RTD.
2. Os documentos exigidos deverão ser impressos, datados, assinados pelo representante credenciado ou legal, conforme o caso, e digitalizados para encaminhamento por meio do SEI.
3. Documento nato-digital é o documento criado originariamente em meio eletrônico.
4. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada por meio da análise de documentos, a serem obtidos pela ANP mediante acesso às bases de dados dos órgãos públicos responsáveis por sua emissão.
   * 1. Aprovação da habilitação
        1. Terão a habilitação aprovada as licitantes que atenderem a todos os requisitos estabelecidos na seção IV.
        2. O resultado da habilitação, julgada pela CEL, será publicado no DOU e no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/>.
        3. O resultado da habilitação será informado às licitantes, individualmente, por meio de mensagem eletrônica.

SEÇÃO V - PARTICIPAÇÃO DA PETROBRAS

* 1. Nos termos da Resolução CNPE n.º 01/2022, a Petrobras manifestou interesse em atuar como operadora dos blocos indicados no Quadro 11B do ANEXO I. Tais manifestações implicam sua adesão às regras deste edital, nos termos do art. 20, § 1º da Lei n.º 12.351/2010.
  2. Caso a Petrobras não pretenda apresentar ofertas, individualmente ou em consórcio, para algum dos blocos licitados, deverá, até a data definida no cronograma de cada ciclo:

1. preencher o formulário eletrônico de solicitação de inscrição, nos termos do item 4.2.2; e
2. apresentar os documentos previstos nos itens 4.2.3.3 e 4.2.3.6.
   1. Caso a Petrobras tenha interesse em apresentar oferta, individualmente ou em consórcio, deverá ter sua habilitação julgada pela CEL, atendendo aos requisitos estabelecidos na seção IV.
   2. Após a habilitação ter sido aprovada pela CEL, a Petrobras poderá apresentar declaração dos blocos de interesse acompanhada de garantia de oferta para participar da sessão pública, nos termos das seções VII e VIII.
   3. **Composição do consórcio com a licitante vencedora**
      1. Nos termos do art. 4º do Decreto n.º 9.041/2017, após a conclusão da fase de julgamento da licitação para os blocos em que a Petrobras manifestou interesse em atuar como operadora, conforme disposto no Quadro 11B do ANEXO I, esta:
3. deverá compor consórcio com a licitante vencedora, caso o percentual do excedente em óleo para a União ofertado para o bloco licitado seja igual ao percentual mínimo definido no Quadro 11A do ANEXO I; ou
4. decidirá sobre compor consórcio com a licitante vencedora, caso o percentual do excedente em óleo para a União ofertado para o bloco licitado seja superior ao percentual mínimo estabelecido no Quadro 11A do ANEXO I, manifestando sua decisão durante a sessão pública de apresentação de ofertas, conforme procedimento estabelecido na seção VIII. Caso a Petrobras decida não integrar o consórcio, a licitante vencedora, individualmente ou em consórcio, assumirá 100% (cem por cento) da participação no bloco licitado, devendo indicar a operadora e os novos percentuais de participação.
   * 1. A Petrobras deverá observar as disposições da seção VIII, caso pretenda apresentar oferta para os blocos indicados no Quadro 11B do ANEXO I em que não tenha manifestado interesse em atuar como operadora.
     2. Os direitos e as obrigações patrimoniais da Petrobras e das demais contratadas serão proporcionais às respectivas participações no consórcio.

SEÇÃO VI - PACOTE DE DADOS TÉCNICOS

* 1. O pacote de dados técnicos é uma coleção de dados técnicos públicos selecionados pela ANP para a Oferta Permanente de Partilha de Produção, composto por um conjunto de dados regionais para cada setor ou grupo de setores.
  2. Para os blocos da Oferta Permanente de Partilha de Produção foram preparados um ou mais pacotes de dados técnicos, conforme relacionado no Quadro 13 do ANEXO IV.
  3. Parte das informações dos pacotes de dados técnicos poderá ser fornecida também no idioma inglês.
  4. Para acesso ao pacote de dados técnicos, a licitante deve atender o disposto no item 6.7.
  5. O conteúdo de cada pacote de dados técnicos obedecerá, parcialmente ou integralmente, à seguinte estrutura:

1. Informações gerais:
2. Sumário Geológico: descrição da geologia, coluna estratigráfica, seções geológicas esquemáticas e outras informações pertinentes.
3. - Parecer conjunto do Órgão Ambiental competente e ANP sobre a sensibilidade ambiental das áreas que serão ofertadas.
4. Dados sísmicos públicos:
5. - Linhas sísmicas 2D, Pós-Stack, em formato SEG-Y padrão; e
6. - Levantamentos sísmicos 3D, Pós-Stack, em formato SEG-Y padrão.
7. Dados de poços públicos:
8. Perfis compostos;
9. Curvas de perfis (formato LAS para dados pré-ANP e formato LIS ou DLIS para dados de poços pós-ANP);
10. Dados de geoquímica de Pirólise Rock-Eval e % COT.
11. Pastas de poços contendo dados e informações geológicas (descrição de amostras de calha, análise de testemunhos, sedimentologia e geoquímica), perfuração (fluidos, revestimento e cimentação) e produção (completação, testes, perfilagem e análise de amostras de fluidos) e outras informações pertinentes.
12. Dados de gravimetria e magnetometria públicos:
13. Dados de gravimetria (x,y e z), formato ASCII;
14. Dados de magnetometria (x,y e z), formato ASCII.
15. Estudos de Geologia e Geofísica contratados pela ANP.
16. Acordo(s) de Individualização da Produção (AIP) aprovado(s).
    1. **Pagamento da taxa de acesso ao pacote de dados técnicos** 
       1. A licitante poderá efetuar o pagamento de taxas de acesso ao pacote de dados técnicos para um setor ou grupo de setores, em conformidade com os valores estabelecidos no ANEXO IV.
       2. O pagamento da taxa de acesso ao pacote de dados técnicos é opcional, não está vinculado à inscrição, nem obriga ou restringe as ofertas da licitante na sessão pública de apresentação de ofertas.
       3. O pagamento deverá ser efetuado por meio de boleto bancário, gerado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/>
       4. O pagamento da taxa de acesso ao pacote de dados por meio de boleto bancário pode ser efetuado por licitantes nacionais e estrangeiras.
       5. Para licitante estrangeira, o boleto bancário deverá ser preenchido em nome da interessada que efetivamente irá se inscrever e participar do certame. O campo “CPF/CNPJ” do boleto poderá ser preenchido com o CPF de um representante credenciado com domicílio no Brasil.
       6. A licitante deverá apresentar cópia do comprovante de pagamento, nos termos da seção III deste edital.
       7. **Pagamentos efetuados no exterior**
          1. O pagamento da taxa de acesso ao pacote de dados técnicos em moeda estrangeira deverá ser feito por transferência bancária em dólar norte-americano. O valor da taxa de acesso ao pacote de dados técnicos deverá ser convertido para dólar norte-americano utilizando-se obrigatoriamente a taxa de câmbio oficial (BACEN/PTAX compra) do dia útil imediatamente anterior ao pagamento, publicada pelo Banco Central do Brasil.
          2. A licitante deverá verificar junto à instituição financeira responsável pela operação a incidência de taxas sobre a transferência bancária, de forma a garantir que o valor exato da taxa de acesso ao pacote de dados técnicos estabelecido no ANEXO IV esteja efetivamente disponível para a ANP após a conversão para Real (R$).
          3. As licitantes deverão apresentar cópia do comprovante da transferência bancária, nos termos da seção III deste edital.
          4. Os seguintes dados deverão ser observados para a transferência bancária:

|  |
| --- |
| Código SWIFT: BRASBRRJBHE  Código IBAN: BR9300000000022340003330087C1  Favorecido: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  CNPJ do Favorecido: 02.313.673/0002-08  Banco: Banco do Brasil  Endereço: Rua Professor Lélio Gama, 105 – Centro/RJ – CEP: 20031-201  N.º da Agência: 2234-9  N.º da Conta Corrente: 333008-7 |

* + 1. **Devolução da taxa de acesso ao pacote de dados técnicos** 
       1. A taxa de acesso ao pacote de dados técnicos somente será devolvida caso a ANP retire a totalidade da área correspondente ao pacote de dados técnicos por determinação judicial, ou por motivos técnicos ou de interesse público fundamentados, ou ainda, nos casos de revogação e anulação da licitação, previstos no item 14.1.
  1. **Acesso e retirada do pacote de dados técnicos**

1. Para ter acesso ao pacote de dados técnicos a licitante deverá:
2. preencher o formulário eletrônico de solicitação de inscrição, nos termos do item 4.2.2;
3. comprovar o pagamento da taxa de acesso ao pacote de dados técnicos correspondente ao setor ou agrupamento dos setores de interesse, nos termos do item 6.6;
4. apresentar documento assinalando os setores para os quais efetuou pagamento de taxa de acesso ao pacote de dados técnicos, conforme modelo do ANEXO IV; e
5. apresentar o termo de confidencialidade referente aos dados contidos nos pacotes de dados técnicos, conforme modelo do ANEXO VII.
6. Para os documentos mencionados nas alíneas (c) e (d) deverão ser comprovados os poderes dos seus signatários. Caso o termo de confidencialidade tenha sido assinado pelo mesmo representante legal da pessoa jurídica que tenha firmado o Termo de Adesão do Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), em consonância com a Resolução ANP n.º 757/2018 ou por norma superveniente, não será necessário comprovar os poderes do signatário para retirada do pacote de dados, desde que:
7. a pessoa jurídica que firmou o Termo de Adesão do BDEP seja a mesma que esteja participando da Oferta Permanente de Partilha de Produção; e
8. o Termo de Adesão esteja devidamente atualizado e em vigor.
   * 1. Após aprovação da documentação mencionada nesta seção, a senha de acesso ao sistema será enviada pela ANP por meio de mensagem eletrônica para o representante credenciado principal da licitante.
     2. **Acesso remoto**
     3. O acesso preferencial ao pacote de dados técnicos será por meio de sistema remoto (*e-bid*) disponível no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/> .
     4. Para acesso ao sistema *e-bid,* deverá ser utilizada a senha encaminhada por meio de mensagem eletrônica ao representante credenciado principal da licitante.
     5. **Retirada presencial do pacote de dados técnicos**
     6. Os pacotes de dados técnicos poderão ser retirados presencialmente na ANP/Urca, Banco de Dados de Exploração e Produção da ANP, localizada no endereço Av. Pasteur, nº 404, bloco A4, Urca, Rio de Janeiro/RJ, mediante agendamento prévio por meio do correio eletrônico [rodadas@anp.gov.br](mailto:rodadas@anp.gov.br) .
     7. Nesse caso, a licitante deverá entregar diretamente na ANP/Urca um disco rígido (HD) externo novo, em embalagem lacrada, com capacidade suficiente para a gravação dos pacotes de dados técnicos.
     8. Os pacotes de dados técnicos poderão ser retirados:
9. por representante credenciado;
10. pelo representante legal da licitante, desde que este também seja o signatário, em nome dessa pessoa jurídica, do Termo de Adesão do BDEP; ou
11. por pessoa autorizada pelo representante credenciado ou pelo representante legal signatário do Termo de Adesão do BDEP. O nome, o documento de identificação e o cargo da pessoa autorizada deverão constar do ANEXO IV.

SEÇÃO VII - GARANTIA DE OFERTA

* 1. **Condições**
     1. Somente a licitante habilitada nos termos do item 4.5.16 terá sua declaração dos blocos de interesse acompanhada de garantia de oferta avaliada pela CEL.
     2. **As garantias de oferta deverão estar acompanhadas de declaração dos blocos de interesse**, por meio da qual a licitante indicará os blocos que pretende apresentar ofertas, conforme modelo do ANEXO XV.
     3. **Não serão aceitas garantias de oferta que não tiverem acompanhadas de declaração dos blocos de interesse.**
     4. Todas as licitantes deverão apresentar declaração dos blocos de interesse acompanhada de garantia de oferta em valor igual ou superior ao mínimo indicado na Nota do Quadro 11A do ANEXO I por cada bloco de interesse.
     5. Para apresentar oferta individualmente na sessão pública de apresentação de ofertas, a licitante deve aportar garantia de oferta para o bloco de interesse, respeitado os valores indicados no Quadro 11A do ANEXO I, até a data estabelecida pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção.
     6. Nas ofertas em consórcio, as garantias de oferta apresentadas para o bloco de interesse poderão estar em nome de uma ou mais licitantes consorciadas, desde que a soma das garantias apresentadas respeite os valores indicados no Quadro 11A do ANEXO I.
     7. No caso de consórcio, cada integrante poderá optar pelas modalidades de garantia indicadas nesta seção, sem prejuízo da escolha das demais consorciadas por modalidade diversa.
     8. A licitante que tenha intenção de apresentar ofertas para mais de um bloco deverá se assegurar de que dispõe de garantias em valor suficiente para cobrir o total de suas ofertas.
     9. Cada oferta considerada válida pela CEL ficará associada a uma garantia de oferta. O valor das garantias associadas a ofertas válidas será deduzido do valor total das garantias apresentadas. As ofertas que excederem o valor total das garantias apresentadas serão invalidadas.
     10. As garantias de oferta que estiverem vinculadas a uma oferta válida permanecerão retidas na ANP até a assinatura do contrato de partilha de produção, após o que, poderão ser retiradas mediante convocação da ANP.
     11. As garantias de oferta deverão ter a ANP como beneficiária e as licitantes como tomadoras e não poderão conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelas tomadoras das garantias relativamente à participação nesta licitação.
     12. Em caso de FIP, a garantia de oferta deverá estar em nome de seu administrador (tomador) e indicar, expressamente, o nome do FIP.
     13. A licitante que apresentar declaração dos blocos de interesse acompanhada de garantia de oferta após as datas-limites estabelecidas no cronograma, somente poderá participar de sessões públicas de apresentação de ofertas de ciclos subsequentes da Oferta Permanente de Partilha de Produção, conforme item 1.3.

* 1. **Valor da garantia de oferta**
     1. As licitantes deverão fornecer à ANP garantia de oferta para os blocos de interesse informados no ANEXO XIX, respeitando o valor mínimo indicado na Nota 3 do Quadro 11A do ANEXO I por cada bloco de interesse e o disposto na seção VII.
     2. No caso específico de carta de crédito emitida no exterior, o valor da garantia de oferta equivalente em dólar norte-americano deverá ser obtido mediante conversão pela taxa de câmbio oficial (BACEN/Ptax compra) do dia útil imediatamente anterior à sua emissão, publicada pelo Banco Central do Brasil.
  2. **Validade das garantias de oferta**
     1. A validade das garantias de oferta apresentadas por meio de carta de crédito e seguro garantia deverá ser de, no mínimo, 360 (trezentos e sessenta) dias.
        1. Uma vez definido o cronograma de um ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, deverá ser considerada como data de início da validade da garantia de oferta, o dia anterior à data prevista para a realização da sessão pública de apresentação de ofertas.
     2. Em caso de prorrogação da data de assinatura dos contratos de partilha de produção, as licitantes com ofertas válidas deverão renovar automaticamente suas garantias de oferta por um prazo mínimo de 60 (sessenta) dias.
  3. **Modalidades das garantias de oferta**
     1. As garantias de oferta poderão ser fornecidas nas seguintes modalidades, observando-se os modelos constantes dos anexos:

1. carta de crédito emitida no Brasil – modelo do ANEXO XVII (Parte 1);
2. carta de crédito emitida no exterior – modelo do ANEXO XVII (Parte 2); e
3. seguro garantia – modelo do ANEXO XVIII.
   * 1. As condições seguintes devem ser observadas, quando aplicável:
4. As instituições emissoras não podem estar inadimplentes com a obrigação de indenizar a ANP por garantias já apresentadas, nem estar sob regime de direção fiscal, intervenção, liquidação extrajudicial e fiscalização especial, ou cumprindo penalidade imposta pelo respectivo órgão regulador. A ANP divulgará no sítio eletrônico https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp, a lista das instituições financeiras inadimplentes com a obrigação de indenizar a ANP e que, portanto, não serão admitidas como garantidoras;
5. O local de execução das garantias deve ser exclusivamente a cidade do Rio de Janeiro. Caso não possua filial nessa cidade, o emissor da garantia deve designar um representante para tal finalidade, cabendo-lhe comunicar imediatamente à ANP eventual alteração do representante;
6. Deverão estar acompanhadas dos documentos comprobatórios da condição de representantes legais do emissor:
7. documentos societários relativos à sociedade empresária que presta a garantia, discriminados no item 4.2.3.3, alíneas (a), (b) e (c);
8. procuração para os representantes legais que assinam as garantias, caso aplicável; e
9. cópias dos documentos de identificação (documento de identidade) dos representantes referidos no item (ii).
10. As garantias eletrônicas assinadas digitalmente, mediante certificado digital ICP-Brasil, estão dispensadas de apresentação dos documentos comprobatórios da condição de representantes legais do emissor desde que seja possível comprovar tal condição no sítio eletrônico da instituição emissora da garantia.
    * 1. A carta de crédito emitida no Brasil deverá ser subscrita por bancos ou instituições financeiras regularmente registrados no Banco Central do Brasil e autorizados a operar.
      2. A carta de crédito emitida no exterior deverá observar o disposto nos itens 3.1 e 3.2; e estar acompanhada dos seguintes documentos:
11. comprovante de inscrição da instituição financeira em órgão competente, atestando seu regular funcionamento;
12. comprovante de classificação de risco igual ou superior a **Aa3** ou **AA-**, nas escalas de *rating* de longo prazo de uma das agências de classificação de risco Fitch Ratings, Standard & Poors ou Moody’s.
    * 1. As apólices de seguro garantia deverão ser emitidas por seguradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e aptas a operar.
      2. As referidas apólices devem ser acompanhadas de declaração contendo o número do contrato de resseguro efetuado por sociedade empresária autorizada pela Susep, ou de declaração de resseguro emitida pela resseguradora.
    1. **Apresentação das garantias de oferta**
       1. As licitantes poderão apresentar garantias de oferta na quantidade, modalidade e valor que desejarem, observado o disposto na seção VII.
       2. Os originais das garantias de oferta deverão ser exclusivamente remetidos ao Escritório Central da ANP, ou entregues no serviço de protocolo do mesmo, aos cuidados da Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), respeitando-se as datas-limites divulgadas pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção e as orientações do Quadro 8.

A garantia de oferta e a declaração de blocos de interesse (ANEXO XIII) deverão ser protocolados no Escritório Central da ANP em envelope lacrado com a seguinte identificação:

|  |
| --- |
| Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP  Escritório Central  A/C: Superintendência de Promoção de Licitações  Oferta Permanente de Partilha de Produção  Avenida Rio Branco, n.º 65, Térreo, Centro  Rio de Janeiro - RJ, Brasil  CEP: 20090-004  DOCUMENTO SIGILOSO |

Quadro 8 – Apresentação das Garantias de Oferta

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Modalidade** | **Modelo** | **Envio do original à ANP** | **Envio de cópia por meio do SEI** |
| Carta de Crédito  emitida no Brasil | ANEXO XVII (Parte 1) | Sim | Não |
| Carta de Crédito  emitida no exterior | ANEXO XVII (Parte 2) | Sim | Não |
| Seguro Garantia | ANEXO XVIII | Sim | Não |

* 1. **Execução das garantias de oferta**
     1. A garantia de oferta será executada no valor correspondente ao bloco objeto da oferta, por determinação expressa da ANP, nas seguintes hipóteses:

1. a licitante que, isoladamente, tenha vencido a licitação, ou uma afiliada por esta indicada, deixar de assinar o contrato de partilha de produção no prazo definido pela ANP;
2. no caso de consórcio ter vencido a licitação, nenhuma das consorciadas, ou suas afiliadas, assinarem o contrato de partilha de produção no prazo definido pela ANP;
3. no caso de não assinatura do contrato de partilha de produção pela vencedora da licitação, a licitante ou consórcio remanescente que, convocado pela ANP, manifestar interesse em honrar a oferta apresentada pela vencedora, deixar de assinar o contrato de partilha de produção no prazo definido pela ANP;
4. nos casos de desclassificação previstos nas alíneas (b), (c), (d) e (e) do item 1.4, exceto nas ofertas em consórcio em que as demais consorciadas assumam as responsabilidades das licitantes desclassificadas.
   * 1. No caso de desclassificação prevista na alínea (a) do item 1.4, por determinação expressa da ANP, a garantia de oferta será executada individualmente no montante correspondente ao valor mínimo indicado na Nota 3 do Quadro 11A do ANEXO I por cada bloco de interesse para o qual foi apresentada declaração dos blocos de interesse e a licitante não tenha apresentado oferta válida.
     2. Alternativamente à execução da garantia de oferta, a licitante poderá efetuar o pagamento correspondente diretamente à União, conforme instruções contidas no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp> .
     3. Em ambos os casos, execução da garantia ou pagamento direto à União, a licitante não estará isenta de eventual aplicação das penalidades previstas na seção XI e na legislação aplicável.
   1. **Exoneração e devolução das garantias de oferta**
      1. A garantia de oferta será exonerada nas seguintes condições:
5. a todas as licitantes, no caso de revogação ou anulação da licitação, em até 15 (quinze) dias após a publicação do ato no DOU;
6. quando não estiver vinculada à oferta válida, em até 15 (quinze) dias após a realização da sessão pública;
7. a todas as licitantes que apresentaram oferta válida, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato de partilha de produção.
   * 1. Após exoneração, as garantias de oferta serão devolvidas mediante agendamento prévio pela SPL.
     2. As garantias de oferta não retiradas serão arquivadas pela ANP até o fim de seu prazo de validade, após o qual poderão ser descartadas.

SEÇÂO VIII - APRESENTAÇÃO DE OFERTAS

* 1. **Programa e local da licitação**
     1. As sessões públicas de apresentação de ofertas serão realizadas em local, data e horários divulgados pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção.
     2. O número de lugares disponíveis na sessão pública estará sujeito à capacidade de lotação do auditório. Serão destinados locais específicos aos representantes credenciados das licitantes, imprensa e público em geral.
  2. **Composição das ofertas**
     1. As ofertas serão compostas exclusivamente com a indicação do percentual de excedente em óleo para a União, respeitado o percentual mínimo para o bloco estabelecido no Quadro 11A do ANEXO I.
     2. O percentual do excedente em óleo para a União, a ser ofertado pelas licitantes, deverá referir-se ao preço de barril de petróleo tipo Brent de US$ 50,00 (cinquenta dólares norte-americanos) e à produção diária média de 10.000 (dez mil) barris de petróleo por poço produtor ativo.
     3. O preço do petróleo será a média mensal dos preços diários do *Brent Dated*, de acordo com a cotação publicada diariamente pela *Platt´s Crude Oil Marketwire*.
     4. O volume de gás natural produzido será partilhado com o mesmo percentual aplicado à partilha do volume de petróleo.
     5. Não serão considerados para cálculo da média os poços com produção de petróleo restringida por questões técnicas e operacionais e que estejam computando perda, a critério da PPSA.
     6. Durante a fase de produção, a contratada, a cada mês, apropriar-se-á da parcela de produção correspondente ao custo em óleo, respeitado o limite de 80% (oitenta por cento) do valor bruto da produção em cada um dos blocos ofertados. Os custos que ultrapassem estes limites serão acumulados para apropriação nos anos subsequentes.
     7. Os prazos, critérios e condições para o cálculo e apropriação pela contratada do custo em óleo e do volume da produção correspondente aos royalties devidos encontram-se estabelecidos nas Cláusulas Quinta e Nona das minutas do contrato de partilha de produção constantes no ANEXO XXIX.
     8. O ANEXO XX apresenta o percentual de excedente em óleo para a União em função da oferta, produtividade e preço do petróleo, para a Oferta Permanente de Partilha de Produção.
  3. **Procedimento de apresentação das ofertas**
     1. O procedimento de apresentação de ofertas e a determinação da oferta vencedora serão públicos, efetuados de maneira transparente e guiado pelas seguintes regras:

1. as ofertas podem ser apresentadas por qualquer licitante habilitada;
2. as licitantes deverão observar os requisitos de qualificação previstos no edital para o bloco objeto da oferta;
3. as licitantes que apresentaram declarações dos blocos de interesse acompanhadas de garantia de oferta aprovadas pela CEL poderão apresentar ofertas somente **como garantidora** para o bloco no qual declarou interesse;
4. cada oferta deverá estar associada a uma garantia de oferta válida. As ofertas que excederem o valor total das garantias apresentadas serão invalidadas;
5. em caso de ausência de oferta e com o fim de possibilitar a execução da garantia de oferta consoante item 7.6, o valor mínimo indicado na Nota 3 do Quadro 11A do ANEXO I será retido por bloco de interesse, considerando-se as declarações de interesse apresentadas individualmente;
6. as ofertas deverão ser elaboradas em programa de informática específico desenvolvido pela ANP, que será disponibilizado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp>;
7. o programa de informática gerará os seguintes formulários:
8. formulário de capa do envelope com a identificação das licitantes e dos blocos de interesse;
9. formulário de oferta, com a indicação do percentual de excedente em óleo ofertado para a União; e;
10. formulário de recomposição do percentual de participação das licitantes e da indicação de nova operadora.
11. o formulário citado na alínea (c) do inciso VII, somente estará disponível para as ofertas destinadas aos blocos em que a Petrobras tenha manifestado interesse em atuar como operadora;
12. os formulários gerados pelo programa de informática deverão constar de envelope lacrado, identificado com capa e assinado pelo representante credenciado da licitante;
13. a oferta lida pelo sistema será homologada com a versão impressa, sendo esta a única versão oficial. Havendo divergência entre a parte escrita e a leitura da oferta realizada pelo sistema, ou problemas técnicos, valerá o documento impresso;
14. as ofertas deverão ser elaboradas por bloco oferecido;
15. as licitantes deverão firmar o compromisso de constituição do consórcio4 com a PPSA e, entre si, caso a oferta seja apresentada por mais de uma licitante, conforme modelo de capa de envelope descrito no inciso VII;
16. para os blocos em que a Petrobras tenha manifestado interesse em atuar como operadora, o compromisso de constituição do consórcio5 mencionado no inciso VII também incluirá a Petrobras;
17. caso a licitante apresente ofertas em consórcios diferentes para blocos distintos, as ofertas deverão ser apresentadas em envelopes separados;
18. nos termos do art. 38, IV, da Lei 9.478/1977, nenhuma licitante poderá fazer mais de uma oferta para um mesmo bloco, seja individualmente ou em consórcio, conforme estabelecido no art. 16, IV, da Lei n.º 12.351/2010. Todas as ofertas para um mesmo [[4]](#footnote-4)bloco que contrariem a presente regra serão invalidadas pela CEL;
19. a limitação apresentada na alínea acima é estendida para licitantes integrantes de um mesmo grupo societário, e para licitantes que tenham membros do quadro de administradores (administradores, diretores, membros do Conselho de Administração), sócios ou representantes credenciados comuns, exceto se demonstrarem que não agem representando interesse societário em comum. As licitantes que porventura se enquadrem nestas situações deverão solicitar fundamentadamente à CEL que decida se poderão fazer ofertas para os mesmos blocos, levando em conta a promoção da competitividade do certame;
20. a licitante ou outras licitantes do mesmo grupo societário poderão participar de outros consórcios para fazer ofertas para blocos diferentes;
21. a apresentação de ofertas para todos os blocos será realizada em um único momento e será estabelecido um prazo-limite para as licitantes se dirigirem à área de ofertas;
22. o processamento das ofertas e divulgação dos resultados serão feitos por bloco conforme sequência definida pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção;
23. os representantes credenciados das licitantes deverão ingressar na área de oferta portando apenas os envelopes de oferta;
24. os envelopes deverão ser apresentados à CEL durante a sessão pública de apresentação de ofertas pelos representantes credenciados das licitantes, com poderes outorgados para tal ato pela procuração, conforme modelo do ANEXO VI, portando documento de identificação oficial com foto;
25. todos os envelopes que ingressarem na área de ofertas deverão estar lacrados e serem apresentados à CEL;
26. a CEL verificará o preenchimento dos envelopes, podendo, a seu exclusivo critério, solicitar correções pertinentes;
27. os envelopes contendo as ofertas serão abertos e analisados pela CEL;
28. para os blocos em que a Petrobras tenha manifestado interesse em atuar como operadora, após a divulgação da oferta vencedora de cada bloco, caso a oferta vencedora tenha sido superior ao mínimo estabelecido no Quadro 11A do ANEXO I, a CEL convocará o representante credenciado da Petrobras a manifestar, no prazo de 30 (trinta) minutos, sua decisão em compor consórcio com a licitante vencedora;
29. o disposto no inciso XXV não se aplica caso a Petrobras seja a licitante vencedora, isoladamente ou em consórcio;
30. caso a Petrobras decida não compor consórcio com a licitante vencedora, a CEL divulgará os novos percentuais de participação das licitantes e a nova operadora contidos no formulário de recomposição previsto na alínea (c), inciso VII;
31. somente serão aceitas as ofertas realizadas exclusivamente segundo as instruções deste edital. Ofertas realizadas em desacordo com as instruções deste edital serão invalidadas pela CEL.
    * 1. **Apresentação de ofertas em consórcio**
      2. Para participar do ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, a licitante terá que se habilitar individualmente.
      3. Será admitida a apresentação de ofertas por licitantes em consórcios que atendam aos seguintes requisitos:
32. a licitante indicada como operadora do consórcio ofertante deverá ter sido qualificada como operadora A+;
33. a licitante que obtiver qualificação como não operadora somente poderá apresentar ofertas em consórcio na condição de não operadora (investidora) definida no item 4.5.14.10;
34. para os blocos em que a Petrobras manifestou previamente interesse em ser operadora, pelo menos uma integrante do consórcio ofertante deverá ter sido qualificada na categoria de operadora A+;
35. a operadora não poderá ter uma participação inferior a 30% (trinta por cento) no consórcio;
36. cada uma das demais consorciadas deverá ter uma participação mínima de 5% (cinco por cento) no consórcio ofertante;
37. as licitantes deverão firmar o compromisso de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas, com a indicação da licitante operadora, responsável pelo consórcio e pela condução das operações, conforme modelo de capa de envelope descrito no item 8.3.
    1. **Critério de apuração das ofertas**
       1. O julgamento das ofertas será feito individualmente para cada bloco licitado.
       2. Serão consideradas até 2 (duas) casas decimais para a oferta do excedente em óleo para a União, desprezando os valores a partir da terceira casa decimal.
       3. As ofertas serão classificadas segundo a ordem decrescente do percentual de excedente em óleo para a União, respeitando o valor mínimo definido no Quadro 11A do ANEXO I.
       4. Será declarada vencedora da sessão pública de apresentação de ofertas a licitante que ofertar o maior percentual de excedente em óleo para a União.
       5. A CEL julgará as ofertas em conformidade com os critérios estabelecidos neste edital e na Lei n.º 12.351/2010, desclassificando as ofertas que não satisfizerem as exigências pré-estabelecidas.
       6. **Regras de desempate**
          1. Quando duas ou mais licitantes ofertarem o mesmo valor de excedente em óleo para a União, para o mesmo bloco, será dado novo prazo para que as licitantes empatadas apresentem novas ofertas. As novas ofertas não poderão ser inferiores às ofertas precedentes.
          2. O horário para a apresentação das novas ofertas será determinado pelo presidente da CEL. Caso essas licitantes não apresentem novas ofertas ou se verifique novo empate, será utilizado o sorteio como critério de desempate, realizado em ato público, na mesma sessão, em hora designada pela CEL.

SEÇÃO IX - ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

* 1. Para cada ciclo da Oferta Permanente, a CEL elaborará relatório circunstanciado do procedimento licitatório, do qual constará o resultado da licitação do ciclo, proposta de adjudicação do objeto da licitação, de acordo com os critérios utilizados no julgamento, bem como a relação das ofertas invalidadas e suas respectivas razões.
  2. A Diretoria Colegiada da ANP analisará o relatório e decidirá sobre a adjudicação do objeto da licitação, cujo resultado será publicado no DOU, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp> e a critério da ANP, em jornais de grande circulação.
  3. A Diretoria Colegiada da ANP homologará a licitação e convocará as licitantes, vencedoras da licitação do ciclo, para a assinatura dos contratos de partilha de produção, nos termos da seção X.

SEÇÃO X - ASSINATURA DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

* 1. **Disposições gerais**
     1. As licitantes vencedoras do ciclo convocadas, nos termos da seção IX, ou as afiliadas por elas indicadas celebrarão contratos de partilha de produção com a ANP para a exploração e produção de petróleo e gás natural.
     2. Para assinatura dos contratos de partilha de produção, as licitantes vencedoras ou as afiliadas por elas indicadas deverão apresentar documentos e garantias, bem como comprovar o pagamento do bônus de assinatura, conforme previsto na seção X, respeitando o cronograma divulgado pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção.
     3. Os números dos contratos de partilha de produção para peticionamento, no âmbito do SEI, dos documentos previstos nesta seção serão enviados pela ANP por meio de mensagem eletrônica para os representantes credenciados das licitantes.
     4. Será celebrado um contrato de partilha de produção para cada bloco arrematado. A ANP publicará os extratos dos contratos assinados no DOU.
     5. Os contratos de partilha de produção poderão ser assinados eletronicamente no SEI, devendo para tanto observar as instruções contidas nos documentos “Manual do Usuário externo do SEI” e “Manual para Peticionamento de Documentos no SEI para as Rodadas de Licitações da ANP”, disponíveis no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp>.
  2. **Documentos para assinatura dos contratos de partilha de produção**
     1. Os documentos para assinatura dos contratos de partilha de produção devem ser apresentados para cada contrato a ser assinado.
     2. O Quadro 10, apresentado ao final desta seção, consolida a relação dos documentos necessários para assinatura dos contratos de partilha de produção.
     3. **Informações da signatária**
        1. A licitante vencedora deverá apresentar as informações da signatária do contrato de partilha de produção, conforme modelo do ANEXO XXI.
        2. Os representantes indicados para assinatura do contrato de partilha de produção deverão ter sido nomeados como representantes credenciados por meio da procuração (ANEXO VI), nos termos do item 4.2.3.6.
        3. Não será admitida alteração de representantes credenciados indicados para assinar o contrato de partilha de produção nos 10 (dez) dias úteis que antecedam à cerimônia de assinatura dos contratos de partilha de produção, conforme data definida pela ANP, salvo em situações excepcionais e mediante solicitação fundamentada à ANP.
     4. **Garantia financeira do programa exploratório mínimo**
        1. **Valor das garantias financeiras do programa exploratório mínimo (PEM)**

1. O valor total das garantias apresentadas para respaldar o cumprimento do PEM corresponderá a 30% (trinta por cento) do valor estimado para a perfuração de 1 (um) poço exploratório, conforme Quadro 11A do ANEXO I.
2. O valor da garantia financeira do PEM será automaticamente corrigido monetariamente em 1º de janeiro de cada ano civil pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, do ano imediatamente anterior, exceto no dia 1º de janeiro imediatamente posterior à publicação do edital de licitações, quando não haverá atualização.
3. No caso específico de carta de crédito emitida no exterior, o valor da garantia financeira equivalente em dólar norte-americano deverá ser obtido mediante conversão pela taxa de câmbio oficial (BACEN/Ptax compra) do dia útil imediatamente anterior à sua emissão, publicada pelo Banco Central do Brasil.
   * + 1. **Validade das garantias financeiras do programa exploratório mínimo**
4. A validade das garantias financeiras do programa exploratório mínimo apresentadas nas modalidades de carta de crédito e seguro garantia deverá observar o cronograma divulgado pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, devendo se iniciar no primeiro dia útil do mês previsto para a assinatura dos contratos de partilha de produção e terminar 180 (cento e oitenta) dias após o último dia da Fase de Exploração.
5. A ANP divulgará, para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, o período de validade das garantias financeiras nestas modalidades no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp>, bem como informará individualmente à cada licitante vencedora convocada ou a afiliada por ela indicada a celebrar o contrato de partilha de produção por meio de mensagem eletrônica ao representante credenciado principal da licitante.
6. Em caso de prorrogação da data de assinatura dos contratos de partilha, novas datas de início e fim da validade das garantias financeiras serão informadas no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp>.
   * + 1. **Modalidades das garantias financeiras do programa exploratório mínimo**
7. A licitante vencedora deverá apresentar garantia financeira para respaldar o cumprimento do Programa Exploratório Mínimo (PEM) em uma das seguintes modalidades, observando-se os modelos constantes dos anexos:
8. carta de crédito emitida no Brasil - modelo do ANEXO XXII (Parte 1);
9. carta de crédito emitida no exterior - modelo do ANEXO XXII (Parte 2);
10. seguro garantia - modelo do ANEXO XXIII;
11. contrato de penhor de óleo e gás natural - modelo do ANEXO XXIV (Parte 1); e
12. contrato de penhor de gás natural - modelo do ANEXO XXIV (Parte 2).
13. As garantias financeiras previstas nas alíneas (**a**), (**b**) e (**c**) deverão atender às disposições do item 7.4 à exceção dos modelos.
14. As garantias financeiras previstas nas alíneas (**d**) e (**e**) estarão sujeitas à aprovação prévia da ANP e devem atender às disposições que seguem:
15. Serão admitidos contratos de penhor de petróleo e gás natural produzidos no território nacional, em campos onde a extração do primeiro óleo tenha ocorrido há pelo menos 2 (dois) anos, a produção se mantenha nesse período e que apresentem reservas provadas que suportem a curva de produção comprometida.
16. Somente serão aceitos, para fins de cálculo do valor total empenhado, campos cujo valor médio da receita operacional líquida ajustada à base de cálculo, por barril, dos quatro trimestres anteriores ao trimestre da data de assinatura do contrato seja positivo.
17. A receita operacional líquida, ajustada à base de cálculo, será apurada conforme disposições e definições previstas para preenchimento do Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE), conforme arts. 25 e 26 do Decreto n.º 2.705/1998, Portaria ANP n.º 58/2001 e Resolução ANP n.º 12/2014.
18. O limite máximo de empenho aceito pela ANP para os contratos de penhor, considerando inclusive os contratos em vigor, será de 50% (cinquenta por cento) da produção anual total de petróleo e gás natural da concessionária ou contratada no Brasil, aferida pela média dos últimos 12 (doze) meses dos valores constantes do Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural publicado pela ANP. Para que seja aceito como garantia ao programa exploratório mínimo, o contrato de penhor de petróleo e gás natural deve ser assinado pelas partes e registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição onde estiverem localizados os campos cujo petróleo e gás natural serão objetos do penhor.
19. O contrato de penhor de gás natural deverá estar associado a gás monetizável mediante contrato de compra e venda previamente firmado entre a contratada e terceiros.
20. A ANP adotará revisão periódica do valor total do penhor ofertado como garantia, na forma prevista no contrato de penhor de petróleo e gás natural e na legislação aplicável.
    * + 1. **Apresentação das garantias financeiras do programa exploratório mínimo**
21. Quando a licitante vencedora for um consórcio, as garantias apresentadas deverão ser acompanhadas de carta subscrita por todas as consorciadas, nos termos do ANEXO XXV, expressando plena ciência da parágrafos 20.2 e 20.2.1 do contrato de partilha de produção e de que as obrigações do programa exploratório mínimo são indivisíveis, cabendo à cada consorciada, solidariamente, a obrigação de ressarcimento em caso de seu descumprimento.
22. Conforme disposto na seção III e no Quadro 9 deste edital, sem prejuízo do encaminhamento do arquivo digital por meio do SEI, os originais das garantias financeiras do PEM deverão ser remetidos ao Escritório Central da ANP, ou entregues no serviço de protocolo do mesmo, aos cuidados da Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), respeitando-se os prazos definidos pela CEL para entrega dos documentos de assinatura dos contratos de partilha de produção de cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção.

Quadro 9 – Apresentação das Garantias Financeiras do Programa Exploratório Mínimo (PEM)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Modalidade** | **Modelo** | **Envio do original à ANP** | **Envio de cópia por meio do SEI** |
| Carta de Crédito emitida no Brasil | ANEXO XXII (Parte 1) | Sim | Sim |
| Carta de Crédito emitida no exterior | ANEXO XXII (Parte 2) | Sim | Sim |
| Seguro Garantia | ANEXO XXIII | Sim | Sim |
| Contrato de Penhor de Petróleo (BOE) | ANEXO XXIV (Parte 1) | Sim | Sim |
| Contrato de Penhor de Gás Natural | ANEXO XXIV (Parte 2) | Sim | Sim |

* + 1. **Bônus de assinatura**
       1. A licitante vencedora deverá apresentar cópia do recibo de pagamento do bônus de assinatura, acompanhada de documento detalhando a identificação do bloco a que se refere o pagamento.
       2. Em caso de consórcio, o pagamento poderá ser subdividido entre as consorciadas ou ser realizado por qualquer integrante em nome do consórcio, devendo ser efetuado um único pagamento por empresa.
       3. Nos casos previstos no item 10.3, o pagamento do bônus de assinatura deverá ser efetuado pela afiliada brasileira designada para assinar o contrato de partilha de produção.
       4. **Pagamento fora do prazo**
          1. O pagamento fora do prazo estabelecido no cronograma divulgado pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção implicará no acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor do bônus de assinatura, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês até a data do efetivo pagamento.
          2. A licitante deverá solicitar o cálculo do valor devido por meio do correio eletrônico rodadas@anp.gov.br informando a data em que pretende efetuar o pagamento. Nesse caso, a licitante vencedora deverá encaminhar, em até 3 (três) dias úteis antes da data estipulada para assinatura dos contratos de partilha de produção, cópia do recibo de pagamento do bônus de assinatura com acréscimo e juros moratórios.
       5. **Instruções de pagamento**

1. O pagamento do bônus de assinatura deverá ocorrer por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) via Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), devendo ser observadas as seguintes instruções:

A instituição financeira detentora da conta da licitante vencedora deverá enviar ao Tesouro Nacional a mensagem do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, denominada TES0034, conforme instruções a seguir:

- Tipo Pessoa: J (pessoa jurídica);

- CNPJ: CNPJ da licitante vencedora, obrigatoriamente com 14 dígitos, com dígitos verificadores consistentes;

- Nome: nome da licitante vencedora;

- Código de Recolhimento TES: 10176 (5 posições);

- Código da Unidade Gestora: 32303132205 (11 posições);

- Número Referência GRU: não preencher;

- Ano Mês Competência: MM/AAAA: informar mês (2 posições) e ano (4 posições) em que ocorrer o pagamento;

- Data de Vencimento: DD/MM/AAAA: informar data definida no cronograma divulgado pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção;

- Valor principal: informar o valor, em reais, com centavos;

- Valor do lançamento: informar o valor a ser pago, em reais, com centavos. O valor do lançamento (pagamento) somente será superior ao valor principal se o pagamento ocorrer fora do prazo, incorrendo em acréscimo de 10% (dez por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Neste caso, o valor do lançamento deve ser a soma do valor principal + acréscimo + juros moratórios.

* + 1. **Contrato de consórcio**
       1. As licitantes vencedoras deverão apresentar instrumento constitutivo do consórcio com a PPSA e, entre si, caso a oferta tenha sido apresentada por mais de uma licitante.
       2. Para os blocos que a Petrobras tenha manifestado interesse em atuar como operadora, indicados no Quadro 11B do ANEXO I, e no exercício do direito de preferência integre o consórcio vencedor, o instrumento constitutivo do consórcio também deverá inclui-la.
       3. O contrato de consórcio deverá ser subscrito pelas consorciadas e arquivado na Junta Comercial competente, contendo a indicação da licitante líder, responsável pelo consórcio e pela condução das operações, sem prejuízo da responsabilidade solidária na forma do disposto no art. 38 da Lei n.º 9.478/1997.
       4. A consorciada na condição de operadora deverá ter participação mínima de 30% (trinta por cento) no consórcio e as demais consorciadas, exceto a PPSA, participação mínima de 5% (cinco por cento), conforme estabelecido no item 8.3.2.
    2. **Garantia de performance**
       1. A garantia de performance é o documento por meio do qual uma pessoa jurídica, controladora (direta ou indireta) ou matriz, garante plenamente as obrigações contratuais assumidas pela signatária integrante de seu grupo societário, nos termos do modelo do ANEXO XXVI.
       2. A garantia de performance será exigida às signatárias dos contratos de partilha de produção, exclusivamente na condição de operadora, quando a licitante vencedora ou a afiliada indicada para assinatura do contrato tenha se qualificado tecnicamente pela experiência do seu grupo societário.
       3. Conforme disposto na seção III deste edital, sem prejuízo do encaminhamento do arquivo digital por meio do SEI, o original da garantia de performance deverá ser remetido ao Escritório Central da ANP, ou entregue no serviço de protocolo do mesmo, aos cuidados da Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), respeitando-se os prazos estabelecidos pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção.
       4. A garantia de performance deverá estar acompanhada de:

1. documentos societários da pessoa jurídica que prestará a garantia, discriminados no item 4.2.3.3, observando-se que o documento da alínea (d) da mencionada seção deve ser assinado por seu representante legal, com poderes para tanto; e
2. organograma explicitando o relacionamento entre a pessoa jurídica que prestará a garantia de performance e a signatária do contrato, nos termos do item 4.5.12.1, alínea (d).
   * 1. **Documentos societários**
        1. A licitante vencedora deverá apresentar os documentos societários mencionados nas alíneas (a), (b) e (c) , inciso I, item 4.2.3.3 que tenham sofrido alteração desde sua mais recente apresentação à ANP.
        2. O objeto social da licitante vencedora, a constar dos atos constitutivos, deve estar adequado ao objeto da licitação.
     2. **Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**
        1. A licitante vencedora deverá manter sua regularidade fiscal e trabalhista, para a assinatura do contrato de partilha.
        2. Para tanto, as certidões previstas no item 4.5.12.2, alíneas (a) a (d), que tenham o prazo de validade expirado, serão obtidas pela ANP para nova análise, mediante acesso às bases de dados dos órgãos públicos responsáveis pela emissão[[5]](#footnote-5)
        3. A existência de registro da licitante como devedora constitui fato impeditivo para assinatura de contrato de partilha de produção, salvo se o registrado comprovar que:
3. tenha ajuizado demanda com objetivo de discutir a natureza da obrigação, ou do seu valor, e oferecido garantia suficiente ao juízo, na forma da lei; ou
4. esteja suspensa a exigibilidade do crédito objeto do registro.

Quadro 10 - Relação dos documentos para assinatura dos contratos de partilha de produção

| Natureza | Item do edital | Documento | Obrigatoriedade | Modelo | SEI  (formato do documento | Documentos emitidos no exterior e/ou em idioma estrangeiro | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Notarização1 | Legalização (para documentos emitidos no exterior) | Tradução juramentada (para documentos em idioma estrangeiro) | Registro no Cartório de Títulos e Documentos (para documentos emitidos no exterior) |
| 10.2 Documentos para assinatura dos contratos de partilha de produção | 10.2.3 | Informações da signatária | √ | ANEXO XXI | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do ANEXO.1 | √ |
| 10.2.4 | Garantia financeira do programa exploratório mínimo | √ | ANEXOS XXII, XXIII, XXIV | Nato-digital ou Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do ANEXO.1 | √ |
| 10.2.4.4 | Declaração da contratada consorciada sobre as garantias financeiras do programa exploratório mínimo | Se aplicável | ANEXO XXV | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do ANEXO.1 | √ |
| 10.2.5 | Comprovante de pagamento do bônus de assinatura | √ | Não | Nato-digital ou Digitalizado2 | √ | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |
| 10.2.6 | Contrato de consórcio | Se aplicável | ANEXO X da Minuta do Contrato de Partilha | Digitalizado2 | √ | Não aplicável | Não aplicável | Não aplicável |
| 10.2.7 | Garantia de performance | Se aplicável | ANEXO XXVI | Digitalizado2 | √ | √ | Não aplicável. Seguir modelo do ANEXO.1 | √ |
| 4.2.3.3 a) | Documentos societários/ Atos constitutivos | Quando houver alteração | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.3 b) | Documentos societários/ Comprovação dos poderes e dos nomes dos representantes legais | Quando houver alteração | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.2.3.3 c) | Documentos societários/ Documentos que comprovem o atendimento de eventuais condições para o exercício dos poderes dos representantes | Quando houver alteração | Não | Digitalizado | √ | √ | √ | √ |
| 4.5.12.2  a), b), c), d) | Comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista4 | Caso o prazo de validade tenha vencido | Não | Nato-digital3 | √ | Não | Não | Não |
| 10.3 Assinatura do contrato de partilha de produção por afiliada | 10.3.5 | Documentos relativos à qualificação, financeira, técnica, jurídica e comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da afiliada | Se aplicável | Seguir a orientação do Quadro 7A – Relação de documentos para habilitação (Licitantes Nacionais e Estrangeiras) | Seguir a orientação do Quadro 7A – Relação de documentos para qualificação (Licitantes Nacionais e Estrangeiras) | Seguir a orientação do Quadro 7A – Relação de documentos para habilitação (Licitantes Nacionais e Estrangeiras) | Seguir a orientação do Quadro 7A – Relação de documentos para habilitação (Licitantes Nacionais e Estrangeiras) | Seguir a orientação do Quadro 7A – Relação de documentos para habilitação (Licitantes Nacionais e Estrangeiras) | Seguir a orientação do Quadro 7A – Relação de documentos para habilitação (Licitantes Nacionais e Estrangeiras) |

Nota:

1. Caso a notarização esteja em idioma estrangeiro, é necessário a tradução juramentada e o registro no RTD.
2. Os documentos exigidos deverão ser impressos, datados, assinados pelo representante credenciado ou legal, conforme o caso, e digitalizados para encaminhamento por meio do SEI.
3. Documento nato-digital é o documento criado originariamente em meio eletrônico.
4. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada por meio da análise de documentos, a serem obtidos pela ANP mediante acesso às bases de dados dos órgãos públicos responsáveis por sua emissão.
   1. Assinatura do contrato de partilha de produção por afiliada
      1. A licitante vencedora poderá delegar a assinatura do contrato de partilha de produção para afiliada que tenha sede e administração no Brasil.
      2. Entende-se por afiliada, para o fim de assinatura do contrato de partilha de produção, pessoa jurídica que exerça atividade empresarial e integra o mesmo grupo formal de empresas que a licitante vencedora ou que a esta esteja vinculada por relação de controle comum, direto ou indireto.
      3. A licitante vencedora estrangeira ou FIP que não possua afiliada estabelecida no Brasil deverá, obrigatoriamente, constituir pessoa jurídica brasileira com sede e administração no País para figurar como contratada.
      4. Em caso de consórcio, a participação da afiliada indicada será idêntica à participação da licitante vencedora que a indicou, definida no envelope padrão de apresentação de ofertas.
      5. A afiliada que receber a delegação deverá apresentar documentos para assinatura do contrato de partilha de produção, previstos nas seções 10..2.4, 10.2.5, 10.2.8 e, caso aplicável, 10.2.6 e 10.2.7, e obter qualificação econômico-financeira, jurídica e técnica, esta última quando necessário, devendo ser observado o nível exigido para assinar o contrato ou superior, além de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista.
      6. **Qualificação de afiliada indicada para assinar o contrato de partilha de produção**
         1. A afiliada indicada para assinar o contrato de partilha de produção deverá apresentar os seguintes documentos para qualificação econômico-financeira e jurídica e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, no prazo estabelecido pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, na forma prevista na seção III:
5. documentos societários da signatária, nos termos do item 4.2.3.3;
6. procuração para nomeação de representantes credenciados, nos termos do item 4.2.3.6;
7. Termo de Compromisso de Adesão ao Acordo de Individualização da Produção, nos termos do item 4.2.3.8;
8. organograma explicitando o relacionamento entre a licitante vencedora e a signatária, nos termos do item 4.5.12.1, alínea (d);
9. declaração de ausência de impedimentos para assinatura do contrato de partilha de produção, nos termos do item 4.5.12.1, alínea (b);
10. declaração sobre pendências legais ou judiciais relevantes, nos termos do item 4.5.12.1, alínea (c);
11. demonstrações financeiras e parecer de auditor independente, nos termos do item 4.5.14;
12. declaração de obrigações relevantes e planejamento estratégico, nos termos do item 4.5.14.
    * + 1. A regularidade fiscal e trabalhista da afiliada será comprovada por meio da análise dos documentos listados do item 4.5.12.2, alíneas (a), (b), (c) e (d), os quais serão obtidos pela ANP mediante acesso às bases de dados dos órgãos públicos responsáveis por sua emissão[[6]](#footnote-6).
        2. A afiliada indicada para assinatura do contrato de partilha de produção poderá optar por se qualificar tecnicamente, nos termos do item 4.5.13, ou aproveitar a experiência do seu grupo societário, utilizando a qualificação técnica da licitante vencedora.
        3. O resultado da qualificação da afiliada prevista nesta seção será julgado pela CEL e divulgado nos termos do item 4.5.16.
        4. Caso a afiliada indicada não obtenha qualificação no nível mínimo exigido para assinatura do contrato de partilha de produção ou não comprove regularidade fiscal e trabalhista, será adotado o procedimento previsto no item 10.4.
    1. Procedimento para o caso de não assinatura do contrato de partilha de produção
       * 1. **Não assinatura por licitante que tenha vencido isoladamente**
         2. Caso a licitante tenha vencido isoladamente a licitação e não celebre o contrato de partilha de produção até a data estabelecida pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, as licitantes remanescentes que apresentaram oferta para o bloco em questão serão convocadas, por meio de chamada única, para manifestarem interesse em honrar a oferta vencedora.
         3. Para manifestar seu interesse, a licitante remanescente deverá, no prazo definido pela CEL, declarar formalmente, nos termos da seção III, que honrará os valores constantes da oferta vencedora. No mesmo prazo, deverá apresentar garantia de oferta válida, caso a garantia retida nos termos da seção VII esteja vencida.
         4. A partir da convocação da ANP para a assinatura do contrato de partilha de produção, a licitante remanescente que manifestar interesse em assumir a oferta vencedora disporá de prazo definido pela CEL para apresentar os documentos de qualificação previstos no item 4.5, no caso de delegação da assinatura para uma afiliada, e os documentos de assinatura previstos na seção X.
         5. O resultado da qualificação prevista nesta seção será julgado pela CEL e divulgado nos termos do item 4.5.16.
         6. O critério de preferência para assinatura do contrato de partilha de produção será a ordem de classificação prevista do item 8.4.
         7. Caso a licitante vencedora ou a que manifestar interesse em honrar a oferta apresentada pela vencedora não celebre o contrato de partilha de produção, sua garantia de oferta será executada e financeiramente liquidada nos termos do item 7.6, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na seção XI e na legislação aplicável.
         8. Nesta hipótese, caso o bônus de assinatura já tenha sido pago, o valor correspondente será devolvido pela ANP, após descontados os valores devidos pelas penalidades previstas na seção XI e na legislação aplicável.
         9. Para os blocos em que não houver licitantes remanescentes interessadas em honrar a oferta vencedora, a CEL declarará a licitação encerrada.
         10. **Não assinatura por licitante integrante de consórcio**
         11. Caso uma licitante integrante de consórcio vencedor não celebre o contrato de partilha de produção até a data estabelecida pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, as demais consorciadas serão convocadas para, no prazo definido pela CEL, manifestar interesse em assumir as responsabilidades da licitante desclassificada ou desistente, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na seção XI e na legislação aplicável.
         12. Para tanto, é necessário que o consórcio ofertante mantenha pelo menos uma consorciada qualificada como operadora A+, que atuará na condição de operadora do contrato. Caso necessário, as demais integrantes do consórcio serão convocadas para apresentar nova documentação de qualificação com o fim de assumir a operação do consórcio.
         13. Para os blocos em que a Petrobras tenha manifestado interesse em atuar como operadora, indicados no Quadro 11B do ANEXO I, e no exercício do direito de preferência integre o consórcio vencedor, é necessário que o consórcio ofertante mantenha pelo menos uma consorciada qualificada como operadora A+. Caso necessário, as demais integrantes do consórcio serão convocadas para apresentar nova documentação de qualificação.
         14. O resultado da qualificação prevista nesta seção será julgado pela CEL e divulgado nos termos do item 4.5.16.
         15. A convocação das demais consorciadas precederá a convocação prevista no item 10.4.1.
         16. Em nenhuma circunstância será permitida a entrada de nova integrante no consórcio vencedor antes da assinatura do contrato de partilha de produção.
         17. Caso nenhuma das licitantes integrantes do consórcio assuma as responsabilidades da licitante desclassificada ou desistente, ou caso tal consórcio não mantenha pelo menos um de seus integrantes qualificado no nível mínimo exigido para o bloco objeto da oferta para atuar na condição de operador, a garantia de oferta será executada e financeiramente liquidada nos termos do item 7.6 e será adotado o procedimento disposto no item 10.4.1, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na seção XI e na legislação aplicável.
         18. Nesta hipótese, caso o bônus de assinatura já tenha sido pago, o valor correspondente será devolvido pela ANP, após descontados os valores devidos pelas penalidades previstas na seção XI e na legislação aplicável.
         19. **Não assinatura por consórcio**
         20. Caso o consórcio vencedor não celebre o contrato de partilha de produção até a data estabelecida pela CEL para cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, por motivo a que tenha dado causa, será adotado o procedimento previsto no item 10.4.1 e a garantia de oferta será executada e financeiramente liquidada nos termos do item 7.6, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na seção XI e na legislação aplicável.
         21. Nesta hipótese, caso o bônus de assinatura já tenha sido pago, o valor correspondente será devolvido pela ANP, após descontados os valores devidos pelas penalidades previstas na seção XI e na legislação aplicável.

SEÇÃO XI - DAS PENALIDADES

* 1. Disposições Gerais
     1. Sem prejuízo da desclassificação da licitante nas situações elencadas no item 1.4 e da execução da garantia de oferta, no caso de descumprimento das obrigações estabelecidas neste edital ou em disposições legais cabíveis, a licitante, mediante processo administrativo em que serão assegurados contraditório e ampla defesa, estará sujeita às seguintes penalidades:

1. multa;
2. suspensão temporária do direito de participar de futuras licitações e de contratar com a ANP pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, podendo ser estendida ao grupo societário da infratora;
3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a ANP, que será concedida caso a infratora faça o ressarcimento dos prejuízos resultantes da infração, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
   * 1. As penalidades de suspensão temporária do direito de participar de futuras licitações e declaração de inidoneidade serão graduadas de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida pela infratora e seus antecedentes.
     2. As penalidades contidas nesta seção não se aplicam à licitante desclassificada unicamente com base na hipótese prevista no item 1.4, alínea (a), a qual tem como consequência a execução da garantia de oferta, nos termos do item 7.6.
   1. Multa
4. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor do bônus de assinatura definido no Quadro 11A do ANEXO I, atualizado monetariamente:
5. à licitante vencedora do ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção que não mantiver as condições de qualificação até a assinatura do contrato de partilha de produção;
6. à licitante remanescente que manifestar interesse em honrar a oferta vencedora do ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção e não mantiver as condições de qualificação até a assinatura do contrato de partilha de produção;
7. Excetuadas as situações elencadas na alínea “a”, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do bônus de assinatura definido no Quadro 11A do ANEXO I, atualizado monetariamente:
8. à licitante vencedora do ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção que não celebre o contrato de partilha de produção até a data definida pela CEL;
9. à licitante remanescente que manifestar interesse em honrar a oferta vencedora do ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção e não assinar o contrato de partilha de produção até a data definida pela CEL.
   * 1. Em caso de consórcio, o valor da multa será proporcional à participação das licitantes no consórcio. Quando as demais consorciadas assumirem as responsabilidades da licitante desclassificada ou desistente, nos termos do item 10.4.2, a multa será aplicada somente a esta na proporção de sua participação.
   1. Suspensão temporária
      1. A suspensão temporária do direito de participar de futuras licitações e de contratar com a ANP será aplicada, sem prejuízo das demais penalidades, caso a infratora:
10. seja convocada e não assinar o contrato até a data definida pela ANP;
11. pratique atos que ensejem o retardamento da execução do objeto desta licitação;
12. pratique atos dolosos em prejuízo dos objetivos desta licitação;
13. apresente documentação formal ou materialmente falsa;
14. pratique, durante esta licitação, ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira previsto na Lei n.º 12.846/2013;
15. pratique comportamento inidôneo durante a licitação.
    1. Declaração de inidoneidade
       1. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada, cumulativamente com a suspensão temporária do direito de participar de futuras licitações e de contratar com a ANP, sem prejuízo da cominação de multa, caso a infratora pratique as condutas previstas nas alíneas (c), (d), (e) e (f) do item 11.3.

SEÇÃO XII - ESCLARECIMENTOS, INFORMAÇÕES E IMPUGNAÇÂO

* 1. Esclarecimentos e Informações
     1. Os pedidos de esclarecimentos e informações sobre as disposições deste edital, seus anexos e os procedimentos da licitação, devem ser solicitados por escrito, em língua portuguesa, e direcionados aos canais abaixo listados, até 15 (quinze) dias antes da sessão pública de apresentação de ofertas. Após esse prazo as solicitações de esclarecimentos serão consideradas intempestivas, estando a ANP desobrigada de respondê-las.
     2. As informações sobre a licitação, bem como os esclarecimentos prestados pela ANP serão disponibilizadas no sítio eletrônico https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp.

|  |  |
| --- | --- |
| Correio | Oferta Permanente de Partilha de Produção  Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  Superintendência de Promoção de Licitações  Avenida Rio Branco, nº 65, 18º andar, Centro  Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP 20090-004 |
| Correio eletrônico | rodadas@anp.gov.br |
| Fax | (21) 2112-8539 (do Brasil)  +55-21-2112-8539 (do exterior) |

* + 1. As alterações que impliquem em modificação das condições originalmente previstas neste edital, além da divulgação prevista nesta seção, serão publicadas pela ANP no Diário Oficial da União.
    2. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos por correio eletrônico e poderão ser divulgados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp>.
    3. Esclarecimentos ou comunicados relevantes, quando publicados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp>, passarão a fazer parte integrante deste edital e o seu desconhecimento não poderá ser alegado por qualquer licitante.
    4. Não havendo pedidos de esclarecimentos, presumir-se-á que as informações e elementos contidos neste edital, seus anexos e nos pacotes de dados técnicos são suficientes para permitir a elaboração das ofertas, assim como dos documentos para habilitação e para assinatura do contrato de partilha de produção, razão pela qual não serão admitidos questionamentos ou impugnações posteriores.
    5. Retificações ao presente edital que implicarem alteração das condições necessárias para formulação de ofertas, para habilitação ou para assinatura do contrato de partilha de produção ensejarão a republicação deste edital, alterando-se o cronograma do ciclo, se necessário.
  1. Impugnação ao edital
     1. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá impugnar o presente edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua publicação.
     2. A impugnação será dirigida à Diretoria Colegiada da ANP, que se manifestará. A impugnação deverá ser decidida antes da sessão pública de apresentação de ofertas de cada ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção e não terá efeito suspensivo. Em caso de acolhimento da impugnação, o edital será republicado.
     3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a licitante que não o fizer no prazo previsto neste edital, o que implicará ter esta pleno conhecimento e aceitar incondicionalmente seus termos, vedando-se assim alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas e condições, bem como das normas regulamentares aplicáveis.

SEÇÃO XIII - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

* 1. Dos atos decisórios da CEL cabe recurso administrativo, a ser recebido somente no efeito devolutivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação do ato impugnado no DOU.
  2. Alternativamente ao modo de encaminhamento estabelecido na seção III (peticionamento eletrônico por meio do SEI), o recurso da parte interessada, dirigido à CEL, poderá ser formulado por escrito e instruído com os documentos que comprovem as razões alegadas, devendo, neste caso, ser protocolado na ANP.
  3. A CEL ou a Diretoria Colegiada da ANP poderão atribuir efeito suspensivo ao recurso, mediante decisão fundamentada.
  4. A CEL publicará aviso sobre a interposição do recurso no DOU. Os interessados poderão apresentar contrarrazões em igual prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação.
  5. Caso não haja reconsideração da decisão, o recurso será encaminhado à Diretoria Colegiada da ANP para conhecimento e julgamento.
  6. O interessado poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso interposto.

SEÇÃO XIV - DIREITOS E PRERROGATIVAS DA ANP, FORO E CASOS OMISSOS

* 1. **Revogação, suspensão e anulação da licitação**
     1. A ANP poderá revogar, no todo ou em parte, a qualquer tempo, a presente licitação, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente justificado.
     2. A ANP poderá suspender a licitação por determinação judicial em razão da concessão de medidas liminares e cautelares ajuizadas por interessados ou por terceiros, assim como por motivos de interesse público, devidamente fundamentados.
     3. A ANP deverá anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, quando constatada ilegalidade insanável, mediante parecer escrito e devidamente justificado, dando ciência às licitantes.
     4. Os atos do procedimento licitatório que apresentem defeitos sanáveis e não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízos a terceiros poderão ser convalidados.

## Revisão de prazos e procedimentos

* + 1. A ANP se reserva o direito de, unilateralmente, revisar os cronogramas e procedimentos relativos à Oferta Permanente de Partilha de Produção, dando a devida publicidade.

## Foro

* + 1. O Foro competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## Casos omissos

* + 1. Os casos omissos relacionados à Oferta Permanente de Partilha de Produção serão analisados e decididos pela CEL, sem prejuízo de eventual recurso administrativo que será processado na forma da seção XIII.

anexo i - DETALHAMENTO DOS BLOCOS EM OFERTA

Neste anexo estão as principais informações sobre os blocos exploratórios objeto da Oferta Permanente de Partilha de Produção:

**Quadro 11A: Informações sobre os 6 (seis) blocos exploratórios em Oferta Permanente, com as seguintes colunas:**

1. Bacia
2. Setor
3. Modelo Exploratório
4. Bloco
5. Área (em Km2)
6. Qualificação Mínima r7equerida
7. Garantia de Oferta (R$)
8. Bônus de Assinatura (R$)
9. Programa Exploratório Mínimo – PEM
10. Garantia Financeira do PEM (R$)
11. Objetivo exploratório
12. Fase de Exploração (em anos)
13. Percentual mínimo de excedente em óleo (%)
14. Bloco passível de unitização

**Quadro 11B: Manifestação da Petrobras sobre o direito de preferência de atuar como Operadora**

1. Manifestação de interesse da Petrobras em atuar como operadora
2. Participação da Petrobras como operadora (%)
3. Participação a ser ofertada no ciclo (%)

**Quadro 11C: Percentuais mínimos de conteúdo local**

**Coordenadas de cada bloco exploratório.**

**Quadro 11A** - **Detalhamento dos Blocos Exploratórios em Oferta Permanente – Parâmetros Técnicos e Econômicos**

| **Nº** | **Bacia** | **Setor** | **Modelo exploratório** | **Bloco** | **Área (Km²)** | **Qualificação Mínima Requerida 1** | **Garantia de Oferta3 (R$)** | **Bônus de Assinatura (R$)** | **Programa Exploratório Mínimo – PEM** | **Garantia Financeira do PEM (R$)** | **Objetivo exploratório** | **Fase de Exploração (anos) 2** | **Percentual mínimo de excedente em óleo (%)** | **Bloco passível de unitização** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1 | Santos | SS-AUP1 | Elevado Potencial | Ágata | 2283,168 | A+ | 700.000,00 | 61.813.000,00 | 1 poço exploratório | 108.000.000,00 | Fm. Barra Velha (Aptiano) | 7 | 12,58 | NÃO |
| 2 | Santos | SS-AUP2 | Elevado Potencial | Cruzeiro do Sul | 1840,070 | A+ | 1.400.000,00 | 134.035.000,00 | 1 poço exploratório | 108.000.000,00 | Fm. Barra Velha (Aptiano) | 7 | 14,13 | NÃO |
| 3 | Santos | SS-AUP3 | Elevado Potencial | Esmeralda | 3655,564 | A+ | 400.000,00 | 33.736.000,00 | 1 poço exploratório | 108.000.000,00 | Fm. Barra Velha (Aptiano) | 7 | 10,54 | NÃO |
| 4 | Santos | SS-AUP1 | Elevado Potencial | Jade | 2408,336 | A+ | 1.100.000,00 | 104.730.000,00 | 1 poço exploratório | 108.000.000,00 | Fm. Barra Velha (Aptiano) | 7 | 10,98 | NÃO |
| 5 | Santos | SS-AUP5 | Elevado Potencial | Tupinambá | 3056,364 | A+ | 100.000,00 | 7.047.000,00 | 1 poço exploratório | 108.000.000,00 | Fm. Barra Velha (Aptiano) | 7 | 4,88 | NÃO |
| 6 | Campos | SC-AP1 | Elevado Potencial | Turmalina | 1437,803 | A+ | 100.000,00 | 9.822.000,00 | 1 poço exploratório | 108.000.000,00 | Fm. Macabu (Aptiano) | 7 | 6,87 | NÃO |

Notas: As licitantes serão qualificadas como operadora A+ ou não operadora. Para atuar como operadora nos blocos objeto desta licitação, a licitante deverá obter qualificação como operadora A+.

1. A contratada estará obrigada a realizar as atividades do programa exploratório mínimo nesse período. A fase de exploração poderá ser estendida segundo as disposições do contrato de partilha de produção.
2. **O valor mínimo de garantia de oferta** que deverá acompanhar a declaração de interesse é de **R$ 100.000.00** (cem mil reais) por cada bloco de interesse.
3. As Diretrizes Ambientais para a Oferta Permanente de Partilha de Produção estão disponíveis em: https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opp/diretrizes-ambientais.

**Quadro 11B** - **Manifestação da Petrobras sobre o direito de preferência de atuar como Operadora**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Bloco** | **Petrobras manifestou interesse em atuar como operadora** | **Participação da Petrobras como operadora (%)** | **Participação a ser ofertada (%)** |
| Ágata | Não | \_ | 100 |
| Cruzeiro do Sul | Não | \_ | 100 |
| Esmeralda | Não | \_ | 100 |
| Jade | Não | \_ | 100 |
| Tupinambá | Não | \_ | 100 |
| Turmalina | Não | \_ | 100 |

Quadro 11C – Percentuais mínimos de conteúdo local

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Bloco** | **% CL Mínimo Fase de Exploração** | **% CL Mínimo Etapa de Desenvolvimento** | | |
|  |
| **Construção de Poço** | **Sistema de Coleta e Escoamento** | **Unidade Estacionária de Produção** |  |
| Ágata | 18 | 25 | 40 | 25 |  |
| Cruzeiro do Sul | 18 | 25 | 40 | 25 |  |
| Esmeralda | 18 | 25 | 40 | 25 |  |
| Jade | 18 | 25 | 40 | 25 |  |
| Tupinambá | 18 | 25 | 40 | 25 |  |
| Turmalina | 18 | 25 | 40 | 25 |  |

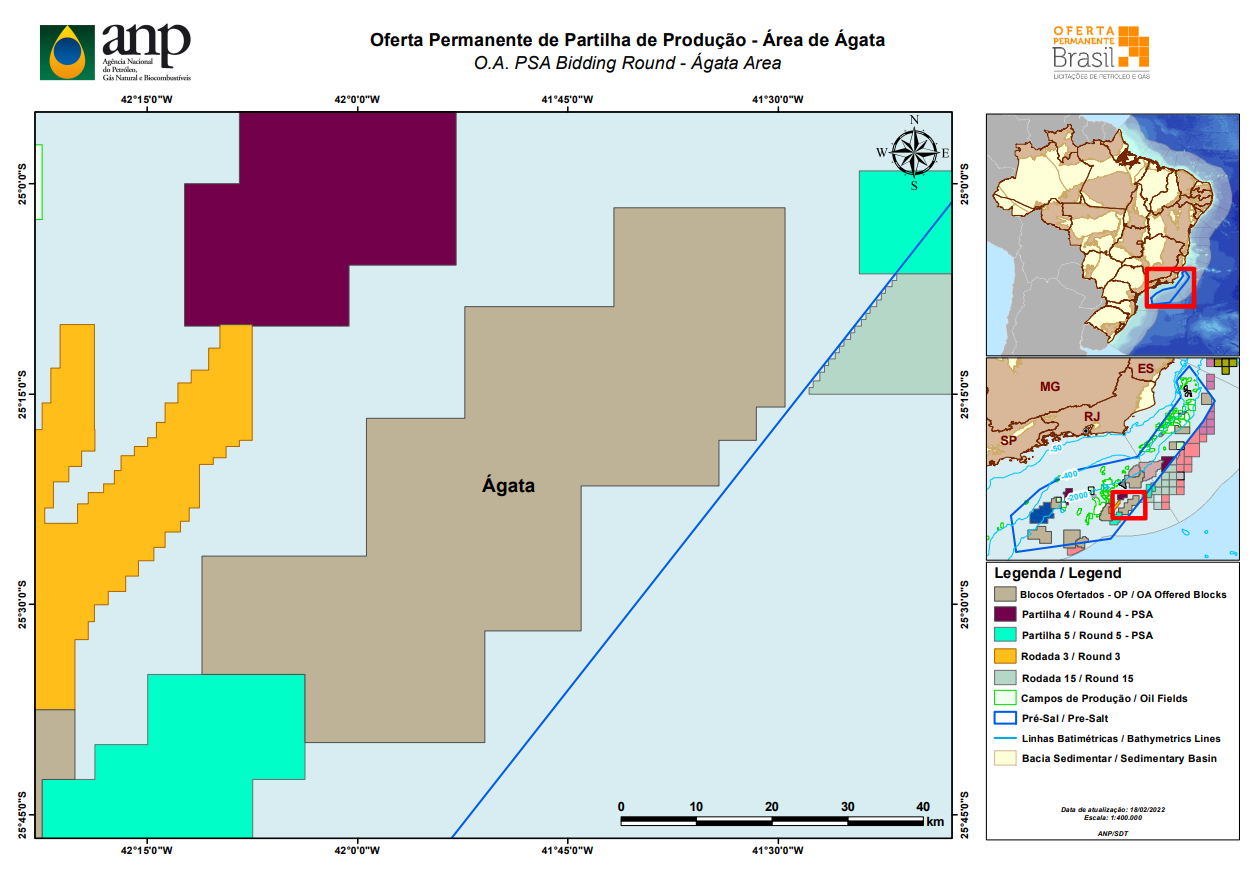
**Coordenadas dos Blocos Exploratórios em Oferta Permanente de Partilha de Produção**

Os mapas e as coordenadas encontram-se no sistema de coordenadas SIRGAS 2000 e estão listados a seguir em forma de textos. As coordenadas estão com três casas decimais, conforme convencionado pelo Padrão ANP4C.

Os limites dos blocos vizinhos a áreas contratadas (convertidas do SAD 69 para SIRGAS2000) possuem vértices intermediários adicionais para garantir a sua localização com maior precisão. Na listagem de coordenadas, esses vértices estão com suas coordenadas arredondadas na terceira casa decimal do segundo, seguindo a orientação do Padrão ANP4C.

Os mapas e arquivos Shapefile dos blocos exploratórios serão disponibilizados nos sítios eletrônicos https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/ e https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/dados-tecnicos

Na Oferta Permanente de Partilha de Produção, no momento, estão sendo oferecidos 6 (seis) blocos exploratórios, localizados nas bacias sedimentares brasileiras de Campos e Santos.



**Ágata**

-25:26:33,750;-41:59:22,500

-25:16:43,125;-41:59:22,500

-25:16:43,125;-41:52:20,625

-25:08:45,000;-41:52:20,625

-25:08:45,000;-41:41:43,125

-25:01:43,125;-41:41:43,125

-25:01:43,125;-41:29:31,875

-25:15:56,250;-41:29:31,875

-25:15:56,250;-41:31:33,750

-25:18:16,875;-41:31:33,750

-25:18:16,875;-41:34:13,125

-25:21:33,750;-41:34:13,125

-25:21:33,750;-41:44:03,750

-25:31:52,500;-41:44:03,750

-25:31:52,500;-41:50:56,250

-25:39:50,625;-41:50:56,250

-25:39:50,625;-42:03:45,000

-25:35:00,000;-42:03:45,000

-25:35:00,000;-42:11:05,625

-25:26:33,750;-42:11:05,625

-25:26:33,750;-41:59:22,500

Mapa

Descrição gerada automaticamente

**Cruzeiro do Sul**

-25:36:05,625;-42:45:01,536

-25:36:05,625;-42:44:03,750

-25:35:18,750;-42:44:03,750

-25:35:18,750;-42:43:35,625

-25:32:31,836;-42:43:35,625

-25:32:31,836;-42:43:26,250

-25:32:31,836;-42:43:16,875

-25:32:31,836;-42:43:07,500

-25:32:31,836;-42:42:58,125

-25:32:31,836;-42:42:48,750

-25:32:31,836;-42:42:39,375

-25:32:31,836;-42:42:31,534

-25:32:22,461;-42:42:31,534

-25:32:13,086;-42:42:31,534

-25:32:03,711;-42:42:31,534

-25:31:54,336;-42:42:31,534

-25:31:44,961;-42:42:31,534

-25:31:35,586;-42:42:31,534

-25:31:26,211;-42:42:31,534

-25:31:16,836;-42:42:31,534

-25:31:07,461;-42:42:31,534

-25:30:58,085;-42:42:31,534

-25:30:48,710;-42:42:31,534

-25:30:39,335;-42:42:31,534

-25:30:39,335;-42:42:22,159

-25:30:39,335;-42:42:12,784

-25:30:39,335;-42:42:03,409

-25:30:39,336;-42:41:54,033

-25:30:29,960;-42:41:54,033

-25:30:20,585;-42:41:54,033

-25:30:11,210;-42:41:54,033

-25:30:01,835;-42:41:54,033

-25:29:52,460;-42:41:54,033

-25:29:43,085;-42:41:54,033

-25:29:33,710;-42:41:54,033

-25:29:24,335;-42:41:54,033

-25:29:14,960;-42:41:54,033

-25:29:05,585;-42:41:54,033

-25:28:56,210;-42:41:54,033

-25:28:46,835;-42:41:54,033

-25:28:46,835;-42:41:44,658

-25:28:46,835;-42:41:35,283

-25:28:46,835;-42:41:25,908

-25:28:46,835;-42:41:16,533

-25:28:37,460;-42:41:16,533

-25:28:28,085;-42:41:16,533

-25:28:18,710;-42:41:16,533

-25:28:09,335;-42:41:16,533

-25:27:59,960;-42:41:16,533

-25:27:50,585;-42:41:16,533

-25:27:41,210;-42:41:16,532

-25:27:31,835;-42:41:16,532

-25:27:22,460;-42:41:16,532

-25:27:13,085;-42:41:16,532

-25:27:03,710;-42:41:16,532

-25:26:54,335;-42:41:16,532

-25:26:44,960;-42:41:16,532

-25:26:35,584;-42:41:16,532

-25:26:26,209;-42:41:16,532

-25:26:15,000;-42:41:16,532

-25:26:15,000;-42:40:18,750

-25:25:37,500;-42:40:18,750

-25:25:37,500;-42:39:22,500

-25:25:01,834;-42:39:22,500

-25:25:01,834;-42:39:13,125

-25:25:01,834;-42:39:03,750

-25:25:01,834;-42:38:54,375

-25:25:01,834;-42:38:46,531

-25:24:52,459;-42:38:46,531

-25:24:43,084;-42:38:46,530

-25:24:33,709;-42:38:46,530

-25:24:24,334;-42:38:46,530

-25:24:24,334;-42:38:37,155

-25:24:24,334;-42:38:27,780

-25:24:24,334;-42:38:18,405

-25:24:24,334;-42:38:09,030

-25:24:14,959;-42:38:09,030

-25:24:05,584;-42:38:09,030

-25:23:56,209;-42:38:09,030

-25:23:46,834;-42:38:09,030

-25:23:46,834;-42:37:59,655

-25:23:46,834;-42:37:50,280

-25:23:46,834;-42:37:40,905

-25:23:46,834;-42:37:31,530

-25:23:37,459;-42:37:31,530

-25:23:28,084;-42:37:31,530

-25:23:18,709;-42:37:31,530

-25:23:09,334;-42:37:31,529

-25:22:59,959;-42:37:31,529

-25:22:50,584;-42:37:31,529

-25:22:41,209;-42:37:31,529

-25:22:31,834;-42:37:31,529

-25:22:31,834;-42:37:22,154

-25:22:31,834;-42:37:12,779

-25:22:31,834;-42:37:03,404

-25:22:31,834;-42:36:54,029

-25:22:31,834;-42:36:44,654

-25:22:31,834;-42:36:35,279

-25:22:31,834;-42:36:25,904

-25:22:31,834;-42:36:16,529

-25:22:31,834;-42:36:07,154

-25:22:31,834;-42:35:57,779

-25:22:31,834;-42:35:48,403

-25:22:31,834;-42:35:39,028

-25:22:22,459;-42:35:39,028

-25:22:13,084;-42:35:39,028

-25:22:03,709;-42:35:39,028

-25:21:54,334;-42:35:39,028

-25:21:44,959;-42:35:39,028

-25:21:35,584;-42:35:39,028

-25:21:26,209;-42:35:39,028

-25:21:16,834;-42:35:39,028

-25:21:07,459;-42:35:39,028

-25:20:58,084;-42:35:39,028

-25:20:48,709;-42:35:39,028

-25:20:39,334;-42:35:39,028

-25:20:29,959;-42:35:39,028

-25:20:20,584;-42:35:39,028

-25:20:11,209;-42:35:39,028

-25:20:01,834;-42:35:39,028

-25:19:52,459;-42:35:39,028

-25:19:43,084;-42:35:39,028

-25:19:33,709;-42:35:39,028

-25:19:24,333;-42:35:39,028

-25:19:24,333;-42:35:29,653

-25:19:24,334;-42:35:20,278

-25:19:24,334;-42:35:10,902

-25:19:24,334;-42:35:01,527

-25:19:14,959;-42:35:01,527

-25:19:05,583;-42:35:01,527

-25:18:56,208;-42:35:01,527

-25:18:46,833;-42:35:01,527

-25:18:37,458;-42:35:01,527

-25:18:28,083;-42:35:01,527

-25:18:18,708;-42:35:01,527

-25:18:09,333;-42:35:01,527

-25:17:59,958;-42:35:01,527

-25:17:50,583;-42:35:01,527

-25:17:41,208;-42:35:01,527

-25:17:31,833;-42:35:01,527

-25:17:31,833;-42:34:52,152

-25:17:31,833;-42:34:42,777

-25:17:31,833;-42:34:33,402

-25:17:31,833;-42:34:24,027

-25:17:22,458;-42:34:24,027

-25:17:22,458;-42:34:14,651

-25:17:22,458;-42:34:05,276

-25:17:22,458;-42:33:55,901

-25:17:22,458;-42:33:46,526

-25:17:22,458;-42:33:37,151

-25:17:22,458;-42:33:27,776

-25:17:22,458;-42:33:18,401

-25:17:31,833;-42:33:18,401

-25:17:41,208;-42:33:18,401

-25:17:41,208;-42:33:09,026

-25:17:41,208;-42:32:59,651

-25:17:41,208;-42:32:50,276

-25:17:41,208;-42:32:40,901

-25:17:41,209;-42:32:31,526

-25:17:41,209;-42:32:22,151

-25:17:41,209;-42:32:12,775

-25:17:41,209;-42:32:03,400

-25:17:41,209;-42:31:54,025

-25:17:41,209;-42:31:44,650

-25:17:41,209;-42:31:35,275

-25:17:31,834;-42:31:35,275

-25:17:22,459;-42:31:35,275

-25:17:13,084;-42:31:35,275

-25:17:13,084;-42:31:25,900

-25:17:13,084;-42:31:16,525

-25:17:13,084;-42:31:07,150

-25:17:13,084;-42:30:57,775

-25:17:13,084;-42:30:48,400

-25:17:03,709;-42:30:48,400

-25:16:54,334;-42:30:48,400

-25:16:44,959;-42:30:48,399

-25:16:44,959;-42:30:39,024

-25:16:44,959;-42:30:29,649

-25:16:44,959;-42:30:20,274

-25:16:52,500;-42:30:20,274

-25:16:52,500;-42:28:26,250

-25:19:13,125;-42:28:26,250

-25:19:13,125;-42:25:46,875

-25:22:30,000;-42:25:46,875

-25:22:30,000;-42:27:11,250

-25:23:16,875;-42:27:11,250

-25:23:16,875;-42:28:26,250

-25:24:03,750;-42:28:26,250

-25:24:03,750;-42:30:01,526

-25:24:13,125;-42:30:01,526

-25:24:22,500;-42:30:01,526

-25:24:31,875;-42:30:01,526

-25:24:41,250;-42:30:01,526

-25:24:50,625;-42:30:01,526

-25:25:00,000;-42:30:01,526

-25:25:09,375;-42:30:01,526

-25:25:18,750;-42:30:01,526

-25:25:28,125;-42:30:01,526

-25:25:37,500;-42:30:01,526

-25:25:46,875;-42:30:01,526

-25:25:56,250;-42:30:01,526

-25:26:05,625;-42:30:01,526

-25:26:15,000;-42:30:01,526

-25:26:24,375;-42:30:01,526

-25:26:33,750;-42:30:01,526

-25:26:43,125;-42:30:01,526

-25:26:52,500;-42:30:01,526

-25:27:01,875;-42:30:01,526

-25:27:11,250;-42:30:01,526

-25:27:20,625;-42:30:01,526

-25:27:30,000;-42:30:01,526

-25:27:39,375;-42:30:01,526

-25:27:48,750;-42:30:01,526

-25:27:58,125;-42:30:01,526

-25:28:07,500;-42:30:01,526

-25:28:16,875;-42:30:01,526

-25:28:26,250;-42:30:01,527

-25:28:35,625;-42:30:01,527

-25:28:45,000;-42:30:01,527

-25:28:54,375;-42:30:01,527

-25:29:03,750;-42:30:01,527

-25:29:13,125;-42:30:01,527

-25:29:22,500;-42:30:01,527

-25:29:31,875;-42:30:01,527

-25:29:41,250;-42:30:01,527

-25:29:50,625;-42:30:01,527

-25:30:00,000;-42:30:01,527

-25:30:09,375;-42:30:01,527

-25:30:18,750;-42:30:01,527

-25:30:28,125;-42:30:01,527

-25:30:37,500;-42:30:01,527

-25:30:46,875;-42:30:01,527

-25:30:56,250;-42:30:01,527

-25:31:05,625;-42:30:01,527

-25:31:15,000;-42:30:01,527

-25:31:24,375;-42:30:01,527

-25:31:33,750;-42:30:01,527

-25:31:43,125;-42:30:01,527

-25:31:52,500;-42:30:01,527

-25:32:01,875;-42:30:01,527

-25:32:11,250;-42:30:01,527

-25:32:20,625;-42:30:01,527

-25:32:30,000;-42:30:01,527

-25:32:39,375;-42:30:01,527

-25:32:48,750;-42:30:01,527

-25:32:58,125;-42:30:01,527

-25:33:07,500;-42:30:01,528

-25:33:16,875;-42:30:01,528

-25:33:26,250;-42:30:01,528

-25:33:35,625;-42:30:01,528

-25:33:45,000;-42:30:01,528

-25:33:54,375;-42:30:01,528

-25:34:03,750;-42:30:01,528

-25:34:13,125;-42:30:01,528

-25:34:22,500;-42:30:01,528

-25:34:31,875;-42:30:01,528

-25:34:41,250;-42:30:01,528

-25:34:50,625;-42:30:01,528

-25:35:00,000;-42:30:01,528

-25:35:09,375;-42:30:01,528

-25:35:18,750;-42:30:01,528

-25:35:28,125;-42:30:01,528

-25:35:37,500;-42:30:01,528

-25:35:46,875;-42:30:01,528

-25:35:56,250;-42:30:01,528

-25:36:05,625;-42:30:01,528

-25:36:15,000;-42:30:01,528

-25:36:24,375;-42:30:01,528

-25:36:33,750;-42:30:01,528

-25:36:43,125;-42:30:01,528

-25:36:52,500;-42:30:01,528

-25:37:01,875;-42:30:01,528

-25:37:11,250;-42:30:01,528

-25:37:20,625;-42:30:01,528

-25:37:31,839;-42:30:01,528

-25:37:31,840;-42:29:52,153

-25:37:31,840;-42:29:42,778

-25:37:31,840;-42:29:33,403

-25:37:31,840;-42:29:24,028

-25:37:31,840;-42:29:14,653

-25:37:31,840;-42:29:05,278

-25:37:31,840;-42:28:55,903

-25:37:31,840;-42:28:46,528

-25:37:31,840;-42:28:37,153

-25:37:31,840;-42:28:27,778

-25:37:31,840;-42:28:18,402

-25:37:31,840;-42:28:09,027

-25:37:31,840;-42:27:59,652

-25:37:31,840;-42:27:50,277

-25:37:31,840;-42:27:40,902

-25:37:31,840;-42:27:31,527

-25:37:31,840;-42:27:22,152

-25:37:31,840;-42:27:12,777

-25:37:31,840;-42:27:03,402

-25:37:31,840;-42:26:54,027

-25:37:31,840;-42:26:44,652

-25:37:31,840;-42:26:35,277

-25:37:31,840;-42:26:25,901

-25:37:31,840;-42:26:16,526

-25:37:31,840;-42:26:07,151

-25:37:31,840;-42:25:57,776

-25:37:31,840;-42:25:48,401

-25:37:31,840;-42:25:39,026

-25:37:31,840;-42:25:29,651

-25:37:31,840;-42:25:20,276

-25:37:31,840;-42:25:10,901

-25:37:31,840;-42:25:01,526

-25:37:31,840;-42:24:52,151

-25:37:31,840;-42:24:42,776

-25:37:31,840;-42:24:33,400

-25:37:31,840;-42:24:24,025

-25:37:31,840;-42:24:14,650

-25:37:31,841;-42:24:05,275

-25:37:31,841;-42:23:55,900

-25:37:31,841;-42:23:46,525

-25:37:31,841;-42:23:37,150

-25:37:31,841;-42:23:27,775

-25:37:31,841;-42:23:18,400

-25:37:31,841;-42:23:09,025

-25:37:31,841;-42:22:59,650

-25:37:31,841;-42:22:50,275

-25:37:31,841;-42:22:40,899

-25:37:31,841;-42:22:31,524

-25:37:31,841;-42:22:22,149

-25:37:31,841;-42:22:12,774

-25:37:31,841;-42:22:03,399

-25:37:31,841;-42:21:54,024

-25:37:31,841;-42:21:44,649

-25:37:31,841;-42:21:35,274

-25:37:31,841;-42:21:25,899

-25:37:31,841;-42:21:16,524

-25:37:31,841;-42:21:07,149

-25:37:31,841;-42:20:57,773

-25:37:31,841;-42:20:48,398

-25:37:31,841;-42:20:39,023

-25:37:31,841;-42:20:29,648

-25:37:31,841;-42:20:20,273

-25:37:31,841;-42:20:09,375

-25:42:30,000;-42:20:09,375

-25:42:30,000;-42:22:30,000

-25:52:01,875;-42:22:30,000

-25:52:01,875;-42:45:00,000

-25:50:09,375;-42:45:00,000

-25:50:09,375;-42:48:07,500

-25:44:14,963;-42:48:07,500

-25:44:14,963;-42:48:16,875

-25:44:14,963;-42:48:26,250

-25:44:14,963;-42:48:37,165

-25:44:05,588;-42:48:37,165

-25:43:56,213;-42:48:37,165

-25:43:46,838;-42:48:37,165

-25:43:46,838;-42:48:27,790

-25:43:37,463;-42:48:27,790

-25:43:28,088;-42:48:27,790

-25:43:18,713;-42:48:27,790

-25:43:09,338;-42:48:27,790

-25:42:59,963;-42:48:27,790

-25:42:50,588;-42:48:27,790

-25:42:41,213;-42:48:27,790

-25:42:31,838;-42:48:27,790

-25:42:22,463;-42:48:27,790

-25:42:13,088;-42:48:27,789

-25:42:03,713;-42:48:27,789

-25:42:03,713;-42:48:18,414

-25:42:03,713;-42:48:09,039

-25:42:03,713;-42:47:59,664

-25:42:03,713;-42:47:50,289

-25:42:03,713;-42:47:40,914

-25:41:54,338;-42:47:40,914

-25:41:44,963;-42:47:40,914

-25:41:35,588;-42:47:40,914

-25:41:35,588;-42:47:31,539

-25:41:35,588;-42:47:22,164

-25:41:26,213;-42:47:22,164

-25:41:16,837;-42:47:22,164

-25:41:07,462;-42:47:22,164

-25:41:07,462;-42:47:12,789

-25:41:07,463;-42:47:03,413

-25:40:58,087;-42:47:03,413

-25:40:48,712;-42:47:03,413

-25:40:39,337;-42:47:03,413

-25:40:29,962;-42:47:03,413

-25:40:29,962;-42:46:54,038

-25:40:29,962;-42:46:44,663

-25:40:20,587;-42:46:44,663

-25:40:11,212;-42:46:44,663

-25:40:01,837;-42:46:44,663

-25:40:01,837;-42:46:35,288

-25:40:01,837;-42:46:25,913

-25:40:01,837;-42:46:16,538

-25:39:52,462;-42:46:16,538

-25:39:43,087;-42:46:16,538

-25:39:33,712;-42:46:16,538

-25:39:24,337;-42:46:16,538

-25:39:14,962;-42:46:16,538

-25:39:14,962;-42:46:07,163

-25:39:14,962;-42:45:57,787

-25:39:14,962;-42:45:48,412

-25:39:14,962;-42:45:39,037

-25:39:14,962;-42:45:29,662

-25:39:05,587;-42:45:29,662

-25:38:56,212;-42:45:29,662

-25:38:46,837;-42:45:29,662

-25:38:37,462;-42:45:29,662

-25:38:28,087;-42:45:29,662

-25:38:18,712;-42:45:29,662

-25:38:09,337;-42:45:29,662

-25:37:59,962;-42:45:29,662

-25:37:50,587;-42:45:29,662

-25:37:41,212;-42:45:29,662

-25:37:31,837;-42:45:29,662

-25:37:31,837;-42:45:20,287

-25:37:31,837;-42:45:10,912

-25:37:31,837;-42:45:01,537

-25:37:22,462;-42:45:01,537

-25:37:13,087;-42:45:01,537

-25:37:03,712;-42:45:01,536

-25:36:54,337;-42:45:01,536

-25:36:44,962;-42:45:01,536

-25:36:35,587;-42:45:01,536

-25:36:26,212;-42:45:01,536

-25:36:16,837;-42:45:01,536

-25:36:05,625;-42:45:01,536

Interface gráfica do usuário

Descrição gerada automaticamente

**Esmeralda**

-26:10:00,000;-44:52:20,625

-26:02:48,750;-44:52:20,625

-26:02:48,750;-44:35:00,000

-26:13:26,250;-44:35:00,000

-26:13:26,250;-44:23:45,000

-26:37:11,250;-44:23:45,000

-26:37:11,250;-44:47:20,625

-26:29:13,125;-44:47:20,625

-26:29:13,125;-45:11:24,375

-26:10:00,000;-45:11:24,375

-26:10:00,000;-44:52:20,625

Histograma

Descrição gerada automaticamente

**Jade**

-24:25:37,500;-41:50:37,500

-24:25:37,500;-41:37:30,000

-24:24:13,125;-41:37:30,000

-24:24:13,125;-41:30:09,375

-24:20:46,875;-41:30:09,375

-24:20:46,875;-41:27:39,375

-24:13:07,500;-41:27:39,375

-24:13:07,500;-41:24:03,750

-24:14:41,250;-41:24:03,750

-24:14:41,250;-41:20:00,000

-24:26:05,625;-41:20:00,000

-24:26:05,625;-41:22:58,125

-24:34:13,125;-41:22:58,125

-24:34:13,125;-41:25:18,750

-24:47:01,875;-41:25:18,750

-24:47:01,875;-41:48:45,000

-24:36:33,750;-41:48:45,000

-24:36:33,750;-41:57:39,375

-24:30:46,875;-41:57:39,375

-24:30:46,875;-41:58:54,375

-24:21:33,750;-41:58:54,375

-24:21:33,750;-41:50:37,500

-24:25:37,500;-41:50:37,500

Uma imagem contendo Gráfico

Descrição gerada automaticamente

**Tupinambá**

-26:10:46,875;-43:27:20,625

-26:27:11,250;-43:27:20,625

-26:27:11,250;-43:27:48,750

-26:27:30,000;-43:27:48,750

-26:27:30,000;-43:28:26,250

-26:27:48,750;-43:28:26,250

-26:27:48,750;-43:28:45,000

-26:28:07,500;-43:28:45,000

-26:28:07,500;-43:29:13,125

-26:28:26,250;-43:29:13,125

-26:28:26,250;-43:30:28,125

-26:28:45,000;-43:30:28,125

-26:28:45,000;-43:30:46,875

-26:29:03,750;-43:30:46,875

-26:29:03,750;-43:31:05,625

-26:29:31,875;-43:31:05,625

-26:29:31,875;-43:31:24,375

-26:29:50,625;-43:31:24,375

-26:29:50,625;-43:32:01,875

-26:30:09,375;-43:32:01,875

-26:30:09,375;-43:33:16,875

-26:31:33,750;-43:33:16,875

-26:31:33,750;-43:35:18,750

-26:33:07,500;-43:35:18,750

-26:33:07,500;-43:36:24,375

-26:45:37,500;-43:36:24,375

-26:45:37,500;-44:00:00,000

-26:10:46,875;-44:00:00,000

-26:10:46,875;-43:27:20,625

Diagrama

Descrição gerada automaticamente

**Turmalina**

-21:38:26,250;-39:10:00,000

-21:38:26,250;-39:09:41,250

-21:38:54,375;-39:09:41,250

-21:38:54,375;-39:09:22,500

-21:39:22,500;-39:09:22,500

-21:39:22,500;-39:09:03,750

-21:39:50,625;-39:09:03,750

-21:39:50,625;-39:08:45,000

-21:40:09,375;-39:08:45,000

-21:40:09,375;-39:08:26,250

-21:40:37,500;-39:08:26,250

-21:40:37,500;-39:08:07,500

-21:41:05,625;-39:08:07,500

-21:41:05,625;-39:07:48,750

-21:41:24,375;-39:07:48,750

-21:41:24,375;-39:07:30,000

-21:41:52,500;-39:07:30,000

-21:41:52,500;-39:07:11,250

-21:42:20,625;-39:07:11,250

-21:42:20,625;-39:06:52,500

-21:42:48,750;-39:06:52,500

-21:42:48,750;-39:06:33,750

-21:43:16,875;-39:06:33,750

-21:43:16,875;-39:06:15,000

-21:43:45,000;-39:06:15,000

-21:43:45,000;-39:05:56,250

-21:44:03,750;-39:05:56,250

-21:44:03,750;-39:05:37,500

-21:44:31,875;-39:05:37,500

-21:44:31,875;-39:05:18,750

-21:45:00,000;-39:05:18,750

-21:45:00,000;-39:05:00,000

-21:45:18,750;-39:05:00,000

-21:45:18,750;-39:04:41,250

-22:00:37,500;-39:04:41,250

-22:00:37,500;-39:25:28,125

-21:37:48,750;-39:25:28,125

-21:37:48,750;-39:10:18,750

-21:37:58,125;-39:10:18,750

-21:37:58,125;-39:10:00,000

-21:38:26,250;-39:10:00,000

ANexo ii – Requerimento PARA APROVEITAMENTO dE qualificação anterior ou PAra APROVEITAMENTO DE documentos

A [inserir a denominação social da licitante], representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), com vistas à sua participação na Oferta Permanente de Partilha de Produção vem requerer à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), [inserir a letra "X" dentro dos parênteses abaixo, conforme a opção de aproveitamento que a licitante pretende requerer]:

**( ) APROVEITAMENTO DE QUALIFICAÇÃO ANTERIOR**

A adoção do procedimento de qualificação simplificado, na forma do item 4.5.11, para fins de participação na Oferta Permanente de Partilha de Produção, aproveitando-se assim a qualificação obtida na(o) [inserir (i) a Rodada de licitações na qual a licitante obteve a qualificação a ser aproveitada, caso a qualificação tenha sido obtida antes de 1 (um) ano da data desse requerimento, OU (ii) o número do contrato para o qual foi obtida a qualificação a ser aproveitada, no âmbito de processo de cessão de contratos, caso a qualificação tenha sido obtida antes de 1 (um) ano da data desse requerimento], OU (iii) o número do contrato vigente para o qual foi obtida a qualificação a ser aproveitada.]

**( ) APROVEITAMENTO DE DOCUMENTOS**

O aproveitamento dos documentos assinalados abaixo, para fins de [inserir inscrição, qualificação ou assinatura de contrato], os quais foram submetidos à ANP a partir de janeiro de 2019 por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e atestar que:

1. as informações contidas em tais documentos são vigentes na presente data, sob as penas previstas na legislação aplicável;
2. tais documentos são aplicáveis às regras deste edital;
3. tais documentos não se encontram com sua data de validade expirada; e
4. os documentos cuja data de validade não esteja expressa foram submetidos à ANP até 1 (um) ano antes deste requerimento, à exceção dos documentos societários e da documentação para qualificação econômico-financeira, os quais poderão ser aproveitados enquanto vigentes.

**INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA QUADRO 12**

1. Indicar cada documento para o qual está sendo requerido o aproveitamento.
2. Indicar para qual rodada de licitação ou processo de cessão de contratos o documento foi apresentado, identificando para qual Rodada foi apresentado ou preenchendo o número do contrato referente à cessão, além de preencher o número “SEI” de cada documento. No caso de documentos emitidos no exterior, preencher somente o número da rodada de licitações ou do contrato objeto da cessão para o(a) qual o documento foi apresentado.
3. Preencher, ao final, os campos relativos a local, data e nome do(s) representante(s) credenciado(s), observando as regras de apresentação de documentos previstas na seção III deste edital.

Quadro 12 - Requerimento para aproveitamento de documentos

**N.º da**

**Rodada de**

**Licitações**

1

Atos

constitutivos

–

contrato

social

ou

estatuto social

2

Comprovação dos poderes dos representantes

legais

e

os

mais

recentes

atos

relacionados

à

eleição/nomeação de tais representantes

3

Atendimento

a

eventuais

condições

para

o

exercício

dos

poderes

dos

representantes,

na

forma prevista nos atos constitutivos

4

Declaração de atualidade de atos societários

5

Organograma

com

toda

a

cadeia

de

controle

do grupo societário

6

Comprovação

de

que

se

encontra

organizada

e

em

regular

funcionamento,

de

acordo

com

as leis do seu país

7

Sumário Técnico

8

Aspectos relacionados a SMS

9

Demonstrações

Financeiras

dos

três

últimos

anos

10

Pareceres dos auditores independentes

11

Declarações

de

Obrigações

Relevantes

e

Planejamento Estratégico

12

Resumo das Demonstrações Financeiras

13

Documentação

equivalente

aos

requisitos

do

edital, se aplicável - seção 3.1.1

**Q**

**Nº**

**Documento**

**Nº do**

**contrato**

**relativo à**

**Cessão**

**Nº SEI do**

**documento**

Ao apresentar o requerimento de aproveitamento de documentos a licitante declara, sob as penas da lei e das penalidades previstas no subitens: 11.3.1. alíneas (c), (d), (e) e (f) e 11.4. do edital, que as informações constantes dos documentos indicados neste anexo são verdadeiras e aplicáveis ao edital da oferta permanente de partilha de produção.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante] Local e data: [inserir local e data]

anexo iii – AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A LICITANTE

A [inserir a denominação social da licitante], representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), autoriza a publicação das seguintes informações no sítio eletrônico <https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/>:

|  |
| --- |
| Licitante: [inserir a denominação social da licitante]  Dados para contato  Nome: [inserir o nome da pessoa para contato]  Cargo: [inserir o cargo da pessoa para contato]  Telefone: [inserir o número de telefone da pessoa para contato]  Fax: [inserir o número de fax da pessoa para contato]  E-mail: [inserir o endereço de e-mail da pessoa para contato]  Bacias de interesse: [inserir o nome/sigla das bacias que a licitante tem interesse]  Observações: [inserir eventuais observações] |

A [inserir a denominação social da licitante] declara, ainda, estar ciente de que:

1. a ANP não garantirá a autenticidade das informações acima descritas e não se responsabilizará por eventuais erros cometidos na transcrição de tais informações;
2. será integralmente responsável por quaisquer contatos que venha a estabelecer, ou por quaisquer acordos por ela firmados, decorrentes da publicação das informações acima, eximindo-se, portanto, a ANP, da responsabilidade por quaisquer consequências, custos ou danos deles resultantes;
3. não poderão ser divulgadas, em decorrência dos contatos que venha a estabelecer, quaisquer informações confidenciais relacionadas aos dados constantes do pacote de dados técnicos fornecido pela ANP, relacionados na seção VI do edital, exceto aquelas permitidas pelo termo de confidencialidade da Oferta Permanente de Partilha de Produção;
4. deverá certificar-se, anteriormente à discussão de quaisquer informações confidenciais com um eventual parceiro, de que este pagou as devidas taxas de participação e encaminhou o termo de confidencialidade, nos termos do ANEXO VII, à ANP;
5. a solicitação de modificação das informações acima deve ser realizada mediante a apresentação de nova autorização à ANP, nos termos deste anexo, e sua eventual publicação será efetuada em conformidade com o estabelecido por esta Agência;
6. a ANP se reserva ao direito de não publicar quaisquer comentários ou informações que julgue impróprias ou incorretas.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

anexo iv – PAGAMENTO DAS TAXAS DE ACESSO AO PACOTE DE DADOS

A [inserir a denominação social da licitante], representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), sob as penas previstas na legislação aplicável, declara que efetuará o pagamento das taxas de acesso ao pacote de dados técnicos correspondentes aos blocos do Quadro 13 abaixo e que está ciente: (i) dos valores das taxas de acesso ao pacote de dados técnicos, (ii) de que nem todos os setores ou agrupamento de setores disponibilizados para aquisição de acesso aos pacotes de dados técnicos apresentam, de imediato, blocos ou áreas em oferta e (iii) de todas as demais disposições do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção.

Quadro 13 - Pagamento das taxas de acesso ao pacote de dados técnicos

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Bacia** | **Setor** | **Bloco** | **Taxa Acesso ao Pacote de Dados (R$)** | **Assinalar  [X]** |
| Campos | SC-AP1 | Turmalina | 400.000,00 |  |
| SC-AP4 | Itaimbezinho |  |
| SS-AUP1 | Ágata |
| SS-AUP1 | Jade |
| SS-AUP2 | Cruzeiro do Sul |
| SS-AUP3 | Esmeralda |
| SS-AUP5 | Tupinambá |

A [inserir a denominação social da licitante] declara, ainda, ter ciência de que a ANP não acolherá qualquer pedido de reembolso das taxas de acesso aos pacotes de dados técnicos, caso venha a ser desclassificada ou não obtenha a qualificação pretendida.

[Acrescentar o parágrafo abaixo, caso quem receba o pacote de dados técnicos não seja representante credenciado da licitante.]

A [inserir a denominação social da licitante] autoriza [inserir o nome da pessoa autorizada a receber o pacote de dados técnicos], documento de identificação (tipo/número) [inserir o número do documento de identificação], cargo [inserir o cargo], a receber o pacote de dados técnicos em seu nome.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) ou do representante legal da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATUALIDADE DOS ATOS SOCIETÁRIOS

A [inserir a denominação social da licitante], representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), sob as penas previstas na legislação aplicável, declara que apresenta à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com vistas a cumprir exigências constantes do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção, (i) cópia da versão mais atual de seu contrato ou estatuto social com as disposições vigentes, (ii) comprovação dos poderes e dos nomes de seus representantes legais, e (iii) comprovação de atendimento a eventuais condições ao exercício dos poderes dos representantes legais, na forma prevista nos atos constitutivos, se aplicável.

A [inserir a denominação social da licitante] declara, ainda, que os representantes legais que assinam documentos apresentados à ANP, relativos à Oferta Permanente de Partilha de Produção, têm plenos poderes para tanto, os quais podem ser comprovados mediante consulta aos seguintes documentos/disposições:

**INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA QUADRO 14:**

1. Indicar cada documento (apresentado para fins de inscrição, qualificação ou assinatura de contrato) no qual constem dispositivos relacionados à comprovação dos poderes e dos nomes dos representantes legais, preenchendo com a letra “X” os respectivos campos da primeira coluna do Quadro 14. Caso haja outros documentos a serem utilizados para tal comprovação, estes devem ser discriminados no item (4) do Quadro 14.
2. Nos documentos referentes à “comprovação dos poderes e dos nomes dos representantes legais”:
   1. preencher na coluna “Dispositivo” os números das cláusulas, artigos, incisos, alíneas, parágrafos, deliberações etc., relacionados à comprovação dos poderes e dos nomes dos representantes legais.
   2. preencher, na coluna “Números das folhas”, os números das folhas constantes do conjunto de documentos apresentado à ANP para fins de inscrição, qualificação ou assinatura de contrato, referentes às cláusulas, artigos, incisos, alíneas, parágrafos, deliberações etc., voltados à comprovação dos poderes e dos nomes dos representantes legais.
3. Nos documentos referentes às condições para o exercício dos poderes dos representantes legais, preencher as colunas “Dispositivo” e “Números das folhas” conforme as instruções das alíneas a e b do item, 2, no que se refere aos dispositivos em que há previsão de condições para o exercício dos poderes dos representantes legais (assinaturas conjuntas de dois diretores, autorização expressa do conselho de administração, por exemplo).
4. Preencher, ao final, os campos relativos ao local, data e nome dos representantes credenciados e assinar esta declaração.

QUADRO 14 - Declaração de atualidade dos atos societários

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 🗵 | Nº | Documento | Dispositivo | Números das folhas |
| Comprovação dos poderes e do(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) | | | | |
|  | 1 | Contrato/estatuto social |  |  |
|  | 2 | Ato(s) relacionado(s) à eleição/nomeação dos representantes legais |  |  |
|  | 3 | Documento voltado ao atendimento a condições para o exercício dos poderes dos representantes legais |  |  |
|  | 4 | Outros: [discriminar] |  |  |
| Limitações para o exercício dos poderes do(s) representante(s) legal(is) | | | | |
|  | 5 | Contrato/estatuto social |  |  |
|  | 6 | Outros: [discriminar] |  |  |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

ANEXO VI – PROCURAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES CREDENCIADOS

Pelo presente instrumento de mandato, [inserir a denominação social da licitante], constituída e existente de acordo com as leis do(a) [inserir o nome do país de origem da licitante], com sede em [inserir o endereço da sede da licitante], por meio de seus(s) representante(s) legal(is) [inserir o(s) nome(s) do(s) Representante(s) Legal(is) da licitante], neste ato nomeia, na qualidade de representante(s) credenciado(s), [inserir o nome e qualificação completa (nacionalidade, naturalidade, estado civil, profissão, registro civil, endereço, telefone, e-mail, etc) do(s) representante(s) credenciado(s) outorgado(s) pela procuração], seu(s) bastante(s) procurador(es) para, individualmente, representá-la perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em assuntos relacionados, especificamente, à Oferta Permanente de Partilha de Produção, com poderes para praticar todos e quaisquer atos e assumir responsabilidades relativos à referida rodada de licitações e à proposta eventualmente apresentada, podendo, para tanto, receber, entregar e firmar documentos, receber citações e intimações, responder administrativa e judicialmente, assinar termo de confidencialidade referente aos pacotes de dados técnicos, retirá-los e autorizar terceiros a retirá-los, pagar taxas, declarar, propor, recorrer, contrarrazoar, acordar, bem como assinar os respectivos contratos outorgados e praticar os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, sendo vedado o substabelecimento.

A presente procuração revoga expressamente qualquer outra procuração para nomeação de representante(s) credenciado(s) contendo os poderes aqui especificados que tenha sido previamente outorgada no âmbito da Oferta Permanente de Partilha de Produção.

[O representante credenciado principal deve ser indicado dentre os representantes ACIMA nomeados.]

INFORMAÇÕES REFERENTES AOS **REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S):**

**Representante Credenciado Principal**

NOME: [inserir o nome do representante credenciado principal]

ENDEREÇO: [inserir o endereço de correspondência do Representante Credenciado principal]

TELEFONE, FAX E E-MAIL: [inserir telefone, fax e e-mail do representante credenciado principal]

**Demais representantes credenciados**

NOME:[inserir o nome do representante credenciado]

ENDEREÇO: [inserir endereço de correspondência do representante credenciado]

TELEFONE, FAX E E-MAIL: [inserir telefone, fax e e-mail do representante credenciado]

*[Observação: Os campos abaixo devem ser repetidos para cada representante credenciado nomeado na presente procuração*]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) da licitante]

Cargo: [inserir o(s) cargo(s) do(s) representante(s) legal(is) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

anexo vii – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A [inserir a denominação social da licitante], representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), sob as penas previstas na legislação aplicável, declara seu interesse em participar da Oferta Permanente de Partilha de Produção para outorga de contratos de partilha de produção para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil e reconhece os procedimentos e as regras para participar da licitação, para qualificação e para assinatura de contratos de partilha de produção.

Declara, ainda, ter ciência de que:

1. receberá o pacote de dados técnicos referente à Oferta Permanente de Partilha de Produção, a ser retirado junto à ANP. Este poderá conter: dados geológicos, geofísicos e geoquímicos, ambientais, estudos, relatórios, análises ou outros materiais neles baseados (a depender dos blocos objeto de interesse);
2. poderá disponibilizar o pacote de dados técnicos para quaisquer de seus diretores, administradores, empregados, pessoas jurídicas integrantes de um grupo de empresas formal e por pessoas jurídicas vinculadas por relação de controle em comum, direto ou indireto e seus empregados, agentes e consultores, que (i) tenham necessidade do conhecimento de tais dados para execução de serviços relacionados à Oferta Permanente de Partilha de Produção e (ii) tenham sido informados e concordem em obedecer às restrições aplicadas neste termo de confidencialidade;
3. se, em razão de lei vigente, decreto, regulamentação, norma ou ordem de qualquer autoridade competente, for solicitada a disponibilizar algo constante no pacote de dados técnicos sob uso confidencial, deverá notificar prontamente à ANP, por escrito, para que esta possa tomar as medidas cabíveis;
4. caso solicitada pela ANP, deverá destruir ou devolver todo o pacote de dados técnicos; e
5. será assegurado ao consórcio vencedor a manutenção de direito de acesso aos dados fornecidos no pacote. Ressalta-se que a manutenção do acesso implica em seguir a regulamentação vigente, no que tange à disponibilização e reprocessamento dos dados.

A [inserir a denominação social da licitante] declara, ainda, ter ciência de que cabe única e exclusivamente à ANP a “coleta, manutenção e administração de dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras” (art. 22 da Lei n.º 9.478/1997), que estes “dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras integram os recursos petrolíferos nacionais e sendo, pois, bens públicos e federais” (Resolução ANP n.º 757/2018), e deverão ser utilizados para fins exclusivos de estudo e formulação de propostas para a Oferta Permanente de Partilha de Produção.

Assim, fica expressamente proibida qualquer forma de venda, negociação, cessão ou afins a terceiros, de parte ou de todo o pacote de dados técnicos.

O tratamento de dados a serem adquiridos em área de exploração e/ou produção sob a vigência de contrato de partilha de produção deverá seguir as normas vigentes, em especial a Resolução ANP n.º 757/2018.

Este termo de confidencialidade será regido e interpretado em consonância com as leis da República Federativa do Brasil e o foro competente será o da cidade do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) ou do representante legal da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA A ASSINATURA DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

A [inserir a denominação social da licitante], representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), sob as penas previstas na legislação aplicável, declara que, para fins de cumprimento das exigências constantes da seção IV do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção, NÃO há impedimentos para assinatura ou execução do contrato de partilha de produção.

Declara, ainda, que:

1. não emprega menores de 18 (dezoito) anos em qualquer tipo de atividade noturna, perigosa ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
2. não foi declarada inidônea para contratar com a Administração Pública;
3. não há contra si condenação definitiva pela prática de crime ambiental praticado no exercício de atividade idêntica ao objeto desta licitação ou de ato ilícito lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, previsto na Lei n.º 12.846/2013, apurado em processo judicial ou administrativo, para a qual ainda não tenha sido declarada a extinção da punibilidade; e
4. não há contra seus administradores condenação definitiva por crime falimentar, crime contra o sistema financeiro nacional, a Administração Pública, a ordem tributária, a ordem econômica, as relações de consumo, a organização do trabalho ou o meio ambiente, assim como por qualquer crime previsto na Lei n.º 8.666/1993, para a qual ainda não tenha sido declarada a extinção da punibilidade.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

ANEXO IX – DECLARAÇÃO SOBRE PENDÊNCIAS LEGAIS OU JUDICIAIS RELEVANTES

A [inserir a denominação social da licitante], representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), sob as penas previstas na legislação aplicável, declara, para fins de cumprimento das exigências constantes da seção IV do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção, que [inserir "não há" ou "há", conforme o caso] pendências legais ou judiciais relevantes, incluindo aquelas capazes de acarretar a recuperação judicial, falência ou qualquer outro evento que possa afetar a idoneidade financeira desta declarante.

[Discriminar as pendências relevantes, caso aplicável]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

ANEXO X – TERMO DE COMPROMISSO DE ADEQUAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

A [inserir a denominação social da licitante], representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), declara seu interesse em participar da Oferta Permanente de Partilha de Produção, cujo objeto é a outorga de contratos de partilha de produção para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil, e reconhece os procedimentos e as regras para habilitação, para a licitação em geral e para a assinatura de contratos de partilha de produção.

A [inserir a denominação social da licitante] declara, ainda, que se compromete, caso venha a ser declarada vencedora da sessão pública de apresentação de ofertas de um ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, e para fins de assinatura de contrato(s) de partilha de produção, a adequar seu objeto social, ou o objeto social de sua afiliada (existente ou a ser constituída) que venha a ser indicada para assinar tal contrato, à exploração e produção de petróleo e gás natural.

Este termo será regido e interpretado em consonância com as leis da República Federativa do Brasil e o foro competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

ANEXO XI – TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE pessoa jurídica SEGUNDO AS LEIS BRASILEIRAS OU de INDICAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA BRASILEIRA CONTROLADA JÁ CONSTITUÍDA PARA ASSINATURA DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

A [inserir a denominação social da licitante], representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), declara seu interesse em participar da Oferta Permanente de Partilha de Produção, cujo objeto é a outorga de contratos de partilha de produção para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil, e reconhece os procedimentos e as regras para habilitação, para a licitação em geral e para assinatura de contratos de partilha de produção.

A [inserir a denominação social da licitante] declara, ainda, que se compromete, caso venha a ser declarada vencedora do ciclo da Oferta Permanente, a constituir pessoa jurídica segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil, ou de indicar pessoa jurídica brasileira controlada já constituída, com capacidade técnica, econômico-financeira e jurídica e regularidade fiscal e trabalhista, conforme os requisitos do edital, para assinar o(s) contrato(s) de partilha de produção em seu lugar.

Este termo será regido e interpretado em consonância com as leis da República Federativa do Brasil e o foro competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

anexo xII – sumário técnico 01: QUALIFICAÇÃO técnica POR EXPERIÊNCIA DA LICITANTE ou do seu grupo societário

O preenchimento deste documento deve estar de acordo com o previsto na seção “Qualificação Técnica” do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção e instruções constantes neste anexo. As informações devem ser claras e objetivas, sob o risco de não ser possível avaliar as informações apresentadas em caso de imprecisão.

**I – Informações sobre a licitante.**

A) Razão Social.

|  |
| --- |
|  |

B) Atividade principal da licitante(descrição da atividade principal da licitante e áreas de atuação).

|  |
| --- |
|  |

C) Controle societário(relacionamento com sua matriz ou controladora, quando aplicável).

|  |
| --- |
|  |

D) Opção de qualificação.

* Caso sejam relacionadas para fins de pontuação informações referentes a atividades de exploração e produção realizadas por outras sociedades empresárias que façam parte do grupo societário da licitante, é necessário marcar a opção a seguir.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Utiliza experiência do grupo societário para fins de qualificação técnica?** | **SIM** | **NÃO** |
|  |  |

**II – Atividades de E&P em contratos ou projetos vigentes.**

**Instruções para preenchimento do Item II.**

* Relacionar apenas projetos em andamento ou vigentes na data de protocolo deste documento.
* **Contrato:** descrever o nome do contrato, grupo de contratos ou projeto.
* **Localização:** informar a Bacia, Bloco, Campo, Contrato, País de execução da atividade.
* **Forma de participação:** informar se atua na qualidade de Operadora, Não Operadora ou Prestadora de serviços.
* **Descrição**: incluir informações relevantes sobre o contrato ou projeto, como características, atividades realizadas, entre outras. Caso, seja utilizada experiência do grupo societário também deverá ser informada a empresa responsável pelas atividades descritas.
* Caso deseje descrever mais de um projeto para cada um dos itens a seguir (“A” a “H”), a licitante deverá replicar o quadro para cada projeto.

A) Informar atividades de E&P em áreas em ambiente operacional terrestre que estejam atualmente na fase de exploração.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contrato | Localização | Forma de Participação | Início da Operação (mês/ano) |
|  |  |  |  |
| Descrição | | | |
|  | | | |

B) Informar atividades de E&P em áreas em ambiente operacional terrestre que estejam atualmente na fase de produção.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contrato | Localização | Forma de Participação | Início da Operação (mês/ano) |
|  |  |  |  |
| Descrição | | | |
|  | | | |

C) Informar atividades de E&P em áreas em ambiente operacional de águas rasas (com lâminas d’água até 400m) que estejam atualmente na fase de exploração.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contrato | Localização | Forma de Participação | Início da Operação (mês/ano) |
|  |  |  |  |
| Descrição | | | |
|  | | | |

D) Informar atividades de E&P em áreas em ambiente operacional de águas rasas (com lâminas d’água até 400m) que estejam atualmente na fase de produção.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contrato | Localização | Forma de Participação | Início da Operação (mês/ano) |
|  |  |  |  |
| Descrição | | | |
|  | | | |

E) Informar atividades de E&P em áreas em ambiente operacional de águas profundas ou ultraprofundas (com lâminas d’água superiores a 400m) que estejam atualmente na fase de exploração.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contrato | Localização | Forma de Participação | Início da Operação (mês/ano) |
|  |  |  |  |
| Descrição | | | |
|  | | | |

F) Informar atividades de E&P em áreas em ambiente operacional de águas profundas ou ultraprofundas (com lâminas d’água superiores a 400m) que estejam atualmente na fase de produção.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contrato | Localização | Forma de Participação | Início da Operação (mês/ano) |
|  |  |  |  |
| Descrição | | | |
|  | | | |

G) Informar atividades de E&P em ambiente operacional adverso. (Necessário descrever as características que se enquadram como ambiente adverso, nos termos da seção “Qualificação Técnica” do edital).

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contrato | Localização | Forma de Participação | Início da Operação (mês/ano) |
|  |  |  |  |
| Descrição | | | |
|  | | | |

H) Informar atividades de E&P em áreas ambientalmente sensíveis. (Necessário descrever as características que se enquadram como área ambientalmente sensível, nos termos da seção “Qualificação Técnica” do edital).

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contrato | Localização | Forma de Participação | Início da Operação (mês/ano) |
|  |  |  |  |
| Descrição | | | |
|  | | | |

**III – Tempo de Experiência em atividades de E&P**

**Instruções para preenchimento do Item III.**

* **Projeto:** descrever o nome do contrato, grupo de contratos ou projeto.
* **Localização:** informar a Bacia, Bloco, Campo, Contrato, País onde foi executada a atividade.
* **Forma de participação:** informar se atua na qualidade de Operadora, Não Operadora ou Prestadora de serviços.
* **Descrição**: incluir informações relevantes sobre o contrato ou projeto, como características, atividades realizadas, entre outras. Caso, seja utilizada experiência do grupo societário também deverá ser informada a empresa responsável pelas atividades descritas.
* A licitante poderá apresentar mais de um projeto em cada item avaliado. Neste caso, deverá replicar o quadro para cada projeto.

A) Informar atividades de E&P em ambiente operacional terrestre.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Contrato | Localização | Forma de Participação | Início da Operação (mês/ano) | Fim da Operação (mês/ano) |
|  |  |  |  |  |
| Descrição | | | | |
|  | | | | |

B) Informar atividades de E&P em ambiente operacional de águas rasas (com lâminas d’água até 400m).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Contrato | Localização | Forma de Participação | Início da Operação (mês/ano) | Fim da Operação (mês/ano) |
|  |  |  |  |  |
| Descrição | | | | |
|  | | | | |

C) Informar atividades de E&P em ambiente operacional de águas profundas ou ultraprofundas (com lâminas d’agua superiores a 400m).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Contrato | Localização | Forma de Participação | Início da Operação (mês/ano) | Fim da Operação (mês/ano) |
|  |  |  |  |  |
| Descrição | | | | |
|  | | | | |

**IV – Volume de produção média de óleo equivalente na condição de operadora.**

**Instruções para preenchimento do Item IV**

* As informações apresentadas no quadro a seguir devem corresponder a produção realizada na condição de Operadora.
* **Descrição**: poderá incluir informações relevantes sobre contratos ou projetos considerados para os dados consolidados no quadro.
* Os dados devem ser preenchidos em barris de óleo equivalente por dia, nos termos da seção "Qualificação Técnica" do edital.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Produção média de óleo equivalente dos últimos 5 anos**  **(boe/d)** | | | | | |
| **20XX** | **20XX** | **20XX** | **20XX** | **20XX** | **Média** |
|  |  |  |  |  |  |
| Descrição | | | | | |
|  | | | | | |

**V – Montante de investimentos em atividades exploratórias na condição de operadora.**

**Instruções para preenchimento do Item V**

* Os investimentos apresentados no quadro a seguir devem corresponder a investimentos realizados na condição de Operadora.
* **Descrição**: poderá incluir informações relevantes sobre contratos ou projetos considerados para os dados consolidados no quadro.
* Os dados devem ser preenchidos em milhões de reais, nos termos da seção “Qualificação Técnica” do edital.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ambiente operacional | **Montante de Investimentos dos últimos 5 anos**  **(milhões de reais)** | | | | | |
| **20XX** | **20XX** | **20XX** | **20XX** | **20XX** | **Total** |
| Terra |  |  |  |  |  |  |
| Águas rasas |  |  |  |  |  |  |
| Águas profundas ou ultraprofundas |  |  |  |  |  |  |
|  | Descrição | | | | | |
|  |  | | | | | |

**VI – Aspectos relacionados a SMS**

**Instruções para preenchimento do Item VI**

* Os itens somente serão pontuados mediante a entrega dos documentos, conforme o edital de licitações.

|  |  |
| --- | --- |
| Item | Data de vigência (mês/ano) |
| Política de SMS |  |
| Certificação de Sistema Integrado de SMS |  |

**VII – Informações adicionais**

|  |
| --- |
|  |

Atesto, sob as penas previstas na legislação aplicável, a veracidade, precisão e fidelidade das informações apresentadas nesse formulário.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

anexo xIII – sumário técnico 02: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA   
COMO NÃO OPERADORA

O preenchimento deste documento deve estar de acordo com o previsto na seção “Qualificação Técnica” do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção e instruções constantes neste anexo. As informações devem ser claras e objetivas, sob o risco de não ser possível avaliar as informações apresentadas em caso de imprecisão.

**I – Informações sobre a licitante.**

A) Razão Social.

|  |
| --- |
|  |

B) Atividade principal da licitante(descrição da atividade principal da licitante e áreas de atuação).

|  |
| --- |
|  |

C) Controle societário(relacionamento com sua matriz ou controladora, quando aplicável).

|  |
| --- |
|  |

Atesto, sob as penas previstas na legislação aplicável, a veracidade, precisão e fidelidade das informações apresentadas nesse formulário.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

anexo xIV – sumário técnico 03: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA LICITANTE que JÁ atua no Brasil

O preenchimento deste documento deve estar de acordo com o previsto na seção “Qualificação Técnica” do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção e instruções constantes neste anexo. As informações devem ser claras e objetivas, sob o risco de não ser possível avaliar as informações apresentadas em caso de imprecisão.

**I – Informações sobre a licitante**

A) Razão Social.

|  |
| --- |
|  |

**II - Informações para qualificação técnica:**

* + 1. Relação dos contratos de concessão ou de partilha de produção cujo bloco ou campo esteja localizado em terra e a licitante atue na condição de operadora

|  |
| --- |
|  |

* + 1. Relação dos contratos de concessão ou de partilha de produção cujo bloco ou campo esteja localizado em águas rasas (lâminas d’água até 400 metros) e a licitante atue na condição de operadora

|  |
| --- |
|  |

* + 1. Relação dos contratos de concessão ou de partilha de produção cujo bloco ou campo esteja localizado em águas profundas ou ultraprofundas (lâminas d’água superiores a 400 metros) e a licitante atue na condição de operadora

|  |
| --- |
|  |

* + 1. Relação dos contratos de concessão ou de partilha de produção em que a licitante atue na condição de não operadora

|  |
| --- |
|  |

* + 1. Informações adicionais

|  |
| --- |
|  |

Atesto, sob as penas previstas na legislação aplicável, a veracidade, precisão e fidelidade das informações apresentadas nesse formulário.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

**INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO SUMÁRIO TÉCNICO 04**

1. Instruções gerais:
   1. O sumário técnico 03 deve ser entregue nos casos previstos no edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção, conforme modelo do anexo, intitulado SUMÁRIO TÉCNICO 03: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA LICITANTE QUE JÁ ATUA NO BRASIL. Somente serão analisados os sumários técnicos apresentados na forma do modelo mencionado acima.
   2. No preenchimento do sumário técnico 03, o texto deve ser adequado ao solicitado para a qualificação técnica, de acordo com o previsto na seção “Qualificação Técnica” do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção, possibilitando que a ANP identifique os elementos que serão analisados.
   3. Os itens que deverão constar do sumário técnico são:
2. Relação dos contratos de concessão ou de partilha de produção cujo bloco ou campo esteja localizado em terra e a licitante atue na condição de operadora.
3. Relação dos contratos de concessão ou de partilha de produção cujo bloco ou campo esteja localizado em águas rasas (lâminas d’água até 400 metros) e a licitante atue na condição de operadora.
4. Relação dos contratos de concessão ou de partilha de produção cujo bloco ou campo esteja localizado em águas profundas ou ultraprofundas (lâminas d’água superiores a 400 metros) e a licitante atue na condição de operadora.
5. Relação dos contratos de concessão ou de partilha de produção em que a licitante atue na condição de não operadora.
6. Preenchimento dos itens do sumário técnico 03:
   1. Itens I, II, III e IV: a licitante deve informar os números dos contratos de concessão ou de partilha de produção em que atua, respectivamente como concessionária ou contratada no Brasil.

ANEXO XV – DECLARAÇÕES DE OBRIGAÇÕES RELEVANTES E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A [inserir a denominação social da licitante], representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), sob as penas previstas na legislação aplicável, vem através deste anexo prestar as informações de obrigações relevantes e de planejamento estratégico, em atendimento ao item 4.5.14 do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção e do art. 19, incisos II, III e IV do Regulamento Anexo à Resolução ANP n.º 24/2013.

**Informações para qualificação econômico-financeira:**

1. Identificação dos principais ativos que estão sujeitos a garantias financeiras, que possam vir a afetar as atividades futuras da licitante
2. Descrição de todo o passivo contingente constituído por obrigações materialmente relevantes e identificáveis, não provisionadas no Balanço Patrimonial
3. Planejamento estratégico de médio e longo prazo na exploração e produção de petróleo e gás natural considerando, entre outros, a relação dos compromissos assumidos que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira

Atesto, sob as penas previstas na legislação aplicável, a veracidade, precisão e fidelidade das informações apresentadas nesse documento.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

ANEXO XVI – RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Esse formulário, aplicável somente a licitantes estrangeiras sediadas no exterior, deve ser preenchido em real (R$) com as informações sumarizadas presentes nas Demonstrações Financeiras dos 3 (três) últimos exercícios sociais da licitante.

Deverá ser utilizada para conversão do Balanço Patrimonial em R$ (reais) a taxa de câmbio (compra) da moeda de origem correspondente à data de encerramento de cada exercício social publicada pelo Banco Central do Brasil.

Para conversão da Demonstração do Resultado do Exercício, deverá ser utilizado o critério de conversão indicado no parágrafo 40 do Pronunciamento Técnico CPC 02, ou seja, a taxa média de câmbio de cada exercício social.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ATIVO** | Data:  \_\_\_\_\_\_\_ | Data:  \_\_\_\_\_\_\_\_ | Data:  \_\_\_\_\_\_\_\_ | **PASSIVO** | Data:  \_\_\_\_\_\_\_\_ | Data:  \_\_\_\_\_\_\_ | Data:  \_\_\_\_\_\_\_ |
| Circulante  (a) |  |  |  | Circulante  (a) |  |  |  |
| Não Circulante  (b= c+d+e+f) |  |  |  | Não Circulante  (b) |  |  |  |
| Realizável a Longo Prazo  (c) |  |  |  | Patrimônio Líquido  (c) |  |  |  |
| Investimentos  (d) |  |  |  |  |  |  |  |
| Imobilizado  (e) |  |  |  |  |  |  |  |
| Intangível  (f) |  |  |  |  |  |  |  |
| **TOTAL**  (g = a + b) |  |  |  | **TOTAL**  (d = a +b+c) |  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | Ano:  \_\_\_\_\_\_\_\_ | Ano:  \_\_\_\_\_\_\_\_ | Ano:  \_\_\_\_\_\_\_\_ |
| RECEITA BRUTA |  |  |  |
| LAIR |  |  |  |
| LUCRO LÍQUIDO |  |  |  |

|  |
| --- |
| Observações / Notas Explicativas[[7]](#footnote-7) |
|  |

**Contador responsável**

Nome:

Inscrição Profissional:

Assinatura: Data:

**Administrador da licitante**

Nome:

Identidade:

Assinatura: Data:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

Anexo XVII – MODELO DE CARTA DE CRÉDITO PARA garantia de oferta

## PARTE 1 – MODELO DE CARTA DE CRÉDITO NACIONAL PARA GARANTIA DE OFERTA

**CARTA DE CRÉDITO EM GARANTIA DE CARÁTER IRREVOGÁVEL**

EMITIDA POR *[inserir o nome do Banco]*

**Licitante ofertante:** *[inserir a denominação social da licitante]*

**Vigência:**

Data de início: *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*

Data de término: *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*

N.º: *[inserir o número da Carta de Crédito]*

Valor Nominal: R$ *[inserir o valor nominal]* (*[inserir o valor por extenso* reais).

À

**Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**

Superintendência de Promoção de Licitações – SPL

Avenida Rio Branco, 65 – 18º andar – Centro

CEP 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Prezados Senhores,

1. *[Inserir o nome do Banco]*, [inserir o número de inscrição no CNPJ], constituído de acordo com as leis da República Federativa do Brasil*,* oEMITENTE, vem, por meio desta, emitir em favor da ANP, autarquia integrante da Administração Federal Indireta do Governo da República Federativa do Brasil, Carta de Crédito em Garantia de Caráter Irrevogável n.º *[inserir o número da Carta de Crédito],* através da qual o EMITENTE autoriza a ANP a sacar, em saque único, o valor de até R$ *[inserir o Valor Nominal]* (*[inserir o valor por extenso]* reais), mediante a apresentação de uma *Ordem de Pagamento* e um *Comprovante de Saque*, definidos abaixo, no estabelecimento do EMITENTE mencionado na Cláusula 4 desta Carta de Crédito.
2. O Valor Nominal da Carta de Crédito será inicialmente de R$ [inserir o Valor Nominal] (*[inserir o valor por extenso]* reais), o qual poderá ser reduzido mediante apresentação pela ANP ao EMITENTE de um *Comprovante de Redução*, na forma definida no Documento I (Modelo de Comprovante de Redução), especificando um novo Valor Nominal, inferior.
3. O Valor Nominal desta Carta de Crédito poderá ser sacado pela ANP na forma estabelecida na Cláusula 4 abaixo, entre 10 horas e 16 horas, horário do Rio de Janeiro, em qualquer dia bancário, após a divulgação dos resultados da apresentação de ofertas e antes do vencimento desta Carta de Crédito. Entende-se por “dia bancário” qualquer dia, à exceção de sábado, domingo ou outro dia em que os bancos comerciais da cidade do Rio de Janeiro estejam autorizados ou obrigados por lei, norma reguladora ou decreto, a fechar.
4. Um saque somente poderá ser efetuado com base neste instrumento mediante a apresentação pela ANP ao EMITENTE de uma ordem de saque à vista, conforme Documento II (Modelo de Ordem de Pagamento) anexo, juntamente com um comprovante, consoante Documento III (Modelo de Comprovante de Saque) anexo. A apresentação da *Ordem de Pagamento* e do *Comprovante de Saque* deverá ser feita no estabelecimento do EMITENTE, na cidade do Rio de Janeiro, situado *[inserir o endereço do Emitente]*, ou em qualquer outro endereço no Rio de Janeiro, designado pelo EMITENTE à ANP através de notificação efetuada conforme o disposto na Cláusula 8 desta Carta de Crédito.
5. Após receber da ANP a *Ordem de Pagamento* e o *Comprovante de Saque* em seu estabelecimento, designado segundo o disposto na Cláusula 4 desta Carta de Crédito, o EMITENTE efetuará o pagamento do Valor Nominal conforme procedimento estabelecido no *Comprovante de Saque*. O EMITENTE deverá efetuar o pagamento em até 3 (três) dias bancários imediatamente posteriores à apresentação do pedido.
6. Esta Carta de Crédito expirará na data em que ocorrer o primeiro dos seguintes eventos: (i) apresentação de exoneração ao EMITENTE, com base no instrumento anexo como Documento IV (Modelo de Comprovante de Exoneração); (ii) pagamento irrevogável realizado pelo EMITENTE à ANP, na forma estabelecida na Cláusula 5 desta Carta de Crédito, no Valor Nominal, mediante saque efetuado nos termos aqui estabelecidos; ou (iii) no prazo de vencimento estabelecido consoante o item 7.3 do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção. Não obstante o anteriormente disposto, qualquer saque efetuado segundo o aqui determinado, antes do vencimento desta Carta de Crédito, será honrado pelo EMITENTE. Caso o estabelecimento do EMITENTE designado na Cláusula 4 desta Carta de Crédito esteja fechado na data mencionada em (iii) desta Cláusula 6, a data de vencimento desta Carta de Crédito será prorrogada para o dia bancário subsequente em que o referido estabelecimento estiver aberto.
7. Somente a ANP poderá sacar esta Carta de Crédito, bem como exercer quaisquer outros direitos aqui definidos.
8. Notificações

Todas as notificações, exigências, instruções, desistências ou outras informações a serem prestadas relativamente a esta Carta de Crédito devem ser redigidas em português e encaminhadas por e-mail ou entregues por um mensageiro pessoal, por serviço de entrega expressa ou, por correios no endereço abaixo:

1. Se para o EMITENTE:

[inserir o nome do Emitente]

[inserir o endereço do Emitente]

[inserir CEP]

*[inserir cidade Estado]*

*[inserir endereço eletrônico]*

1. Se para a ANP:

Oferta Permanente de Partilha de Produção

Superintendência de Promoção de Licitações – SPL

Avenida Rio Branco, 65 - 18º andar- Centro

CEP 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Email: rodadas@anp.gov.br

1. Os endereços e e-mails para encaminhamento de informações, referentes a esta Carta de Crédito, poderão ser alterados pelo EMITENTE ou pela ANP mediante notificação à outra parte pelo menos 15 (quinze) dias bancários anteriores à data da mudança.
2. A presente Carta de Crédito estabelece, em termos plenos, a obrigação do EMITENTE. Tal obrigação não será de modo algum alterada ou aditada com base em qualquer documento, instrumento ou acordo, salvo (i) o *Comprovante de Redução*; (ii) a *Ordem de Pagamento*; (iii) o *Comprovante de Saque;* e (iv) o *Comprovante de Exoneração*.
3. Esta Carta de Crédito, nos termos e condições aqui apresentados e para o fim a que se destina, é um documento válido, legal e executável na praça de sua cobrança, e o EMITENTE não poderá opor à ANP alegação de qualquer natureza que impeça a sua plena e total execução.

Atenciosamente,

*[inserir o nome do Banco]*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

**Documento I**

**Modelo de Comprovante de Redução**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**COMPROVANTE DE REDUÇÃO**

O presente refere-se à Carta de Crédito em Garantia de Caráter Irrevogável n.º *[inserir o número da Carta de Crédito]*, com vigência de *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]* a *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*, emitida por *[inserir o nome do Emitente]* em favor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O abaixo assinado, devidamente autorizado a firmar este comprovante em nome da ANP, certifica pelo presente que:

1. A quantia em reais (R$), especificada abaixo (a), corresponde à quantia alocável no Valor Nominal das Garantias em relação à assinatura do(s) Contrato(s) de Partilha de Produção referente(s) ao Edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção até a data deste comprovante; e
2. O Valor Nominal será reduzido para um valor igual ao Valor Nominal Remanescente, especificado abaixo (b), efetivo a partir da data deste comprovante.
3. Quantia em reais (R$) alocável em relação à assinatura do(s) Contrato(s) de Partilha de Produção referente(s) ao Edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção:

R$ *[inserir o Valor Nominal]*

1. Valor Nominal Remanescente:

R$ *[inserir o Valor Nominal]*

Este comprovante foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formatodia/mês/ano]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

**Documento II**

**Modelo de Ordem de Pagamento**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**ORDEM DE PAGAMENTO**

Carta de Crédito n.º *[inserir o número da Carta de Crédito]*

Rio de Janeiro – RJ

Data do Saque: *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*

À Vista

Pague-se à ordem da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o valor nominal de R$ *[inserir o Valor Nominal]* (*[inserir o valor por extenso]* reais).

Saque contra a Carta de Crédito em Garantia de Caráter Irrevogável n.º *[inserir o número da Carta de Crédito]* emitida por *[inserir o nome do Emitente]*.

Este documento foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formatodia/mês/ano].*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

À *[inserir o nome do Banco]*

*[inserir o endereço do Banco]*

**Documento III**

**Modelo de Comprovante de Saque**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**COMPROVANTE DE SAQUE**

O presente refere-se à Carta de Crédito em Garantia de Caráter Irrevogável n.º *[inserir o número da Carta de Crédito],* com vigência de *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*a *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*, emitida por *[inserir o nome do Emitente]* em favor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O abaixo assinado, devidamente autorizado a firmar este comprovante em nome da ANP, certifica que, em decorrência da Oferta Permanente de Partilha de Produção, a licitante ofertante [inserir a denominação social da licitante] incorreu numa das hipóteses de execução da garantia de oferta previstas no item 7.6 (Execução da garantia de oferta) do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção.

O pagamento do Valor Nominal constante da Carta de Crédito n.º *[inserir o número da Carta de Crédito]* deverá ser efetuado pelo EMITENTE na seguinte conta:

[*A ANP fornecerá os procedimentos para o pagamento.*]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Este comprovante foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formatodia/mês/ano].*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

**Documento IV**

**Modelo de Comprovante de Exoneração**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**COMPROVANTE DE EXONERAÇÃO**

O presente refere-se à Carta de Crédito em Garantia de Caráter Irrevogável n.º *[inserir o número da Carta de Crédito],* com vigência de *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]* a *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*, emitida por *[inserir o o nome do Emitente]* em favor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O abaixo assinado, devidamente autorizado a firmar este comprovante em nome da ANP, certifica a ocorrência de uma das hipóteses de exoneração previstas no item 7.7 (Exoneração e devolução da garantia de oferta) do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção. A data de exoneração passa a ser a data de emissão deste comprovante.

Este comprovante foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir o dia no formato dia/mês/ano]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

## ANEXO XVII – MODELO DE CARTA DE CRÉDITO PARA GARANTIA DE OFERTA

## PART 2 – FORM OF STANDBY LETTER OF CREDIT TO SECURE THE BID

**IRREVOCABLE STANDBY LETTER OF CREDIT**

ISSUED BY *[insert Bank name]*

**Effectiveness**:

Date of Issuance: *[insert date in the format month/day/year]*

Effective Date: *[insert date in the format month/day/year]*

Maturity Date: *[insert date in the format month/day/year]*

No.: [insert Letter of Credit number]

Face Amount: *[insert amount in writing]* USD (US$*[insert par value]*)[[8]](#footnote-8).

**Beneficiary:**

**National Agency of Petroleum, Natural Gas and Biofuels – ANP**

Licensing Rounds Promotion Superintendence – SPL

Av. Rio Branco, 65 – 18th floor – Centro

Zip Code: 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brazil

Dear Sirs,

1. At the request of *[insert bidder’s corporate name]*, the *[Insert Bank name]*, incorporated under the laws of *[insert country according to the example: Federative Republic of Brazil]*, as ISSUER, hereby issues this irrevocable standby letter of credit number *[insert Standby Letter of Credit number]*, in favor of National Agency Of Petroleum, Natural Gas and Biofuels (ANP), an independent agency of the Indirect Federal Administration of the Government of the Federative Republic of Brazil, through which the ISSUER authorizes ANP to withdraw, in a lump sum, the maximum aggregate amount of *[insert amount in writing]* USD (US$ *[insert face amount]*).
2. ISSUER undertakes to Beneficiary to pay Beneficiary’s demand for payment of an amount available under this Standby Letter of Credit upon presentation of ANNEX B (Payment Demand) and ANNEX C (Proof of Withdrawal), as defined below, at the ISSUER’S branch referred to in Section 5 of this Standby Letter of Credit.
3. The Face Amount of the Standby Letter of Credit shall initially be *[insert amount in writing]* USD (US$ *[insert par value]*), which may be reduced upon submission of a Proof of Reduction by ANP to the ISSUER, as defined in ANNEX A (Proof of Reduction), specifying a new, lower Face Amount.
4. The Face Amount of this Letter of Credit may be withdrawn by ANP as established in Section 5 below between 10 a.m. and 4 p.m., Rio de Janeiro time, on any banking day, after disclosure of the results of the submission of bids and before maturity of this Standby Letter of Credit. “Banking day” means any day, except for Saturday, Sunday, or any other day on which commercial banks of the City of Rio de Janeiro are authorized or required by law, regulatory rule, or decree to remain closed.
5. A withdrawal may only be made based on this instrument upon submission of a demand for payment in cash by ANP to the ISSUER, pursuant to ANNEX B (Payment Demand) attached hereto, together with a proof in the form of ANNEX C (Proof of Withdrawal) attached hereto. The Payment Demand and Proof of Withdrawal shall be presented at the ISSUER’s branch, in Rio de Janeiro, located at *[insert Issuer's address]* or at any other address in Rio de Janeiro indicated by the ISSUER to ANP upon notice, as provided for in Section 9 of this Standby Letter of Credit.
6. After receiving the Payment Demand and Proof of Withdrawal from ANP at its branch, as provided for in Section 5 of this Standby Letter of Credit, the ISSUER shall pay the Face Amount according to the procedure set forth in the Proof of Withdrawal. The ISSUER shall make the payment within three (3) banking days of the date of submission of the request.
7. This Standby Letter of Credit become effective from the Effective Date as set forth herein and shall mature at the earlier of: (i) submission of release to the ISSUER, based on the instrument attached hereto as ANNEX D (Proof of Release), (ii) irrevocable payment by the ISSUER to ANP, as established in Section 6 of this Standby Letter of Credit, of the Face Amount, upon withdrawal made as provided for hereunder, or (iii) the Maturity Date set forth herein. Notwithstanding the foregoing, any withdrawal made according to the conditions established herein before maturity of this Standby Letter of Credit shall be honored by the ISSUER. In case the ISSUER’S branch referred to in Section 5 of this Letter of Credit is closed on the date mentioned in item (iii) of this section 7, the Maturity Date of this Letter of Credit shall be extended to the subsequent banking day on which the abovementioned branch is open.
8. Only ANP may withdraw this Standby Letter of Credit, as well as exercise any other rights defined herein.
9. Communications

All communications, requirements, instructions, waivers, or other information to be provided related to this Standby Letter of Credit shall be written in English and Portuguese and delivered by a personal messenger, courier, mail services, email or fax and forwarded to the following address:

1. If to the ISSUER:

*[insert Issuer’s name]*

*[insert Issuer’s address]*

*[insert Zip Code]*

*[insert city]*

*[insert eletronic mail]*

1. If to ANP:

Open Acreage Production Sharing Modality

Licensing Rounds Promotion Superintendence – SPL

Avenida Rio Branco, 65 – 18th floor – Centro

Zip Code: 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brazil

Email: rodadas@anp.gov.br

1. Addresses and electronic mails for sending information related to this Standby Letter of Credit may be changed by the ISSUER or ANP upon notice to the other party at least fifteen (15) banking days before the date of the change.
2. This Standby Letter of Credit establishes, in full terms, the ISSUER’s obligation. Such obligation shall not be, in any way, changed or amended based on any document, instrument, or agreement, except for the: (i) *Proof of Reduction*; (ii) *Payment Demand*; (iii) *Proof of Withdrawal*; and (iv) *Proof of Release*.
3. This Standby Letter of Credit, under the terms and conditions presented herein and for the intended purpose, is a valid and lawful document enforceable in the location of charge, and the ISSUER may not present any argument to ANP preventing its full and total execution.
4. ISSUER’s charges and fees for issuing, amending or honoring this Standby Letter of Credit are for the account of *[insert bidder’s corporate name]* and shall not be deducted from any payment ISSUER makes under this Standby Letter of Credit.

Kind regards,

*[insert Bank name]*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*[signature]*

Name: *[insert the name of the person responsible for the issue]*

Title: *[insert the title of the person responsible for the issue]*

**ANNEX A**

**Form of Proof of Reduction**

[Form to be filled out by ANP – DO NOT FILL OUT.]

**PROOF OF REDUCTION**

This refers to Irrevocable Letter of Credit No. *[insert Letter of Credit number]*, effective from *[insert date in the format month/day/year]* to *[insert date in the format month/day/year]*, issued by *[insert Issuer’s name]*, incorporated under the laws of *[insert country according to the example: Federative Republic of Brazil]* and submitted by *[insert bidder’s name]* to the benefit of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP.

The undersigned, duly authorized to sign this proof on behalf of ANP, hereby certifies that:

1. The amount in USD (US$) specified below in item (a) corresponds to the Face Amount of the Letter of Credit for Bid Bond submitted under the Tender Protocol for Biddings for Award of Production Sharing Agreements for Exploration and Production of Oil and Gas of the Open Acreage Production Sharing Modality until the date of this proof; and
2. The Face Amount of the Letter of Credit shall be reduced to an amount equal to the Remaining Face Amount specified below in item (b), effective as of the date of this proof.
3. Face Amount:

US$ *[insert Face Amount]*

1. Remaining Face Amount:

US$ *[insert Remaining Face Amount]*

This proof was signed by the undersigned on behalf of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP on *[insert date in the format month/day/year]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[signature]

Name: *[insert the name of the person responsible for the issue]*

Title: *[insert the title of the person responsible for the issue]*

**ANNEX B**

**Form of Payment Demand**

[Form to be filled out by ANP – DO NOT FILL OUT.]

**PAYMENT DEMAND**

*[insert Issuer’s name]*

*[insert Issuer’s address]*

*[insert Zip Code]*

Rio de Janeiro – RJ

Re: Standby Letter of Credit No. *[insert Letter of Credit number],* effective from *[insert date in the format month/day/year]* to *[insert date in the format month/day/year]*, issued by *[insert Issuer’s name]*

Date of Withdrawal: *[insert date in the format month/day/year]*

The undersigned Beneficiary demands payment of *[insert Face Amount in writing]* USD (US$ *[insert Face Amount in writing]*) shall be paid on order of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP.

This document was signed by the undersigned on behalf of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP on *[insert date in the format month/day/year]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[signature]

Name: *[insert the name of the person responsible for the issue]*

Title: *[insert the title of the person responsible for the issue]*

To *[insert Bank name]*

*[insert Bank addess]*

**ANNEX C**

**Form of Proof of Withdrawal**

[Form to be filled out by ANP – DO NOT FILL OUT.]

**PROOF OF WITHDRAWAL**

This refers to Irrevocable Letter of Credit No. *[insert Standby Letter of Credit number]*, executed in *[insert city],* effective from *[insert date in the format month/day/year]* to *[insert date in the format month/day/year]*, issued by *[insert Issuer’s name]*, incorporated under the laws of *[insert country according to the example: Federative Republic of Brazil]* and submitted by *[insert bidder’s name]* to the benefit of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP.

The undersigned, duly authorized to sign this proof on behalf of ANP, hereby certifies that, as a result of the *[identify the # of the cycle]* Cycle of Open Acreage Production Sharing Modality, the bidder *[insert bidder’s corporate name]* incurred one of the cases of execution of the bid bond provided for in section 7.6 (Execution of the bid bond) of the tender protocol for Award of Production Sharing Agreements for Exploration and Production of Oil and Gas of the Open Acreage Production Sharing Modality.

The Face Amount of the Standby Letter of Credit No. *[insert Standby Letter of Credit number]* shall be paid by the ISSUER to the following account:

[*ANP shall provide for the payment procedures.*]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

This proof was signed by the undersigned on behalf of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP on *[insert date in the format month/day/year]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[signature]

Name: *[insert the name of the person responsible for the issue]*

Title: *[insert the title of the person responsible for the issue]*

**ANNEX D**

**Form of Proof of Release**

[Form to be filled out by ANP – DO NOT FILL OUT.]

**PROOF OF RELEASE**

This refers to Irrevocable Letter of Credit No. *[insert Standby Letter of Credit number]*, effective from *[insert effective date in the format month/day/year]* to *[insert maturity date in the format month/day/year]*, issued by *[insert Issuer’s name]*, incorporated under the laws of *[insert country according to the example: Federative Republic of Brazil]* and submitted by *[insert bidder’s name]* to the benefit of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP.

The undersigned, duly authorized to sign this proof on behalf of ANP, hereby certifies the occurrence of one of the release events provided for in section 7.7 (Release and return of the bid bond) of the tender protocol for Award of Production Sharing Agreements for Exploration and Production of Oil and Gas of the Open Acreage Production Sharing Modality.

The bidder’s obligations secured by the abovementioned Letter of Credit are performed. The release date is the issue date of this proof of release.

This proof was signed by the undersigned on behalf of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP on *[insert date in the format month/day/year]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[signature]

Name: *[insert the name of the person responsible for the issue]*

Title: *[insert the title of the person responsible for the issue]*

ANEXO XVIII - MODELO DE SEGURO GARANTIA PARA GARANTIA DE OFERTA

APÓLICE nº {inserir o número da apólice}

A SEGURADORA [inserir a denominação social da sociedade empresária seguradora], [inserir o número de inscrição no CNPJ], com sede à [inserir o endereço da sociedade empresária seguradora],através desta apólice de Seguro Garantia, garante ao SEGURADO, AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP), CNPJ n.º 02.313.673/0002-08, com sede na Avenida Rio Branco, 65 - 12º andar - Rio de Janeiro, RJ, as obrigações do TOMADOR, [inserir a denominação social da licitante], [inserir o número de inscrição no CNPJ], com sede à [inserir o endereço da licitante]*,* até o valor de R$ [inserir o valor por extenso], na modalidade e objeto abaixo descritos.

**DESCRIÇÃO DA GARANTIA**

(Modalidade, valor e prazo previstos no edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Modalidade[[9]](#footnote-9)** | **Importância Segurada** | **Vigência** | |
| **Início** | **Término** |
| Licitante | R$ *[inserir o Valor Nominal]* | *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]* | *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]* |

**OBJETO DA GARANTIA**

Garantia de indenização, no valor fixado na apólice, consideradas as reduções do valor garantido, pelo inadimplemento do TOMADOR em relação às hipóteses previstas no item 7.6 do Edital de Licitações para Outorga dos Contratos de Partilha de Produção para Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural da Oferta Permanente de Partilha de Produção.

O valor garantido por esta apólice é de R$ *[inserir o Valor Nominal]* (*[inserir o valor por extenso]* reais).

O prêmio desta apólice é de R$ *[inserir o Valor Nominal]* (*[inserir o valor por extenso]* reais).

Fazem parte integrante e inseparável da apólice, os seguintes Documentos que ora ratificamos:

* Documento I - Condições Gerais e Especiais, conforme Circular Susep n.º 477/2013, e Condições Particulares.
* Documento II – Modelo de Comprovante de Redução.
* Documento III – Modelo de Comunicado de Inadimplência e Solicitação de Indenização
* Documento IV – Modelo de Comprovante de Conclusão.
* Edital de Licitações para Outorga dos Contratos de Partilha de Produção para Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – Oferta Permanente de Partilha de Produção.

Esta apólice é emitida de acordo com as Condições da Circular Susep n.º 477/2013.

*[inserir o local de impressão], [inserir o dia de emissão] de [inserir o mês de emissão] de [inserir o ano de emissão].*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_(ASSINATURA)\_\_\_ \_ \_\_\_\_

(*[inserir a denominação social da seguradora]*)

**Documento I**

**CONDIÇÕES GERAIS, ESPECIAIS E PARTICULARES**

Esta apólice rege-se nas Condições Gerais e Condições Especiais constantes na Circular Susep n.º 477/2013 e nas Condições Particulares determinadas pelo SEGURADO AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). Estas últimas, por serem mais específicas, prevalecem sobre as duas primeiras em caso de conflito.

**.**

**CONDIÇÕES GERAIS**

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo TOMADOR perante o SEGURADO, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao SEGURADO, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo TOMADOR, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela SEGURADORA, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada SEGURADO.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela SEGURADORA, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a SEGURADORA se responsabilizará perante o SEGURADO em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo TOMADOR à SEGURADORA, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a SEGURADORA constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela SEGURADORA no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo TOMADOR.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo TOMADOR perante o SEGURADO, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do TOMADOR cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A SEGURADORA fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A SEGURADORA terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3.

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a SEGURADORA indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a SEGURADORA comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da SEGURADORA, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a SEGURADORA, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela SEGURADORA, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a SEGURADORA emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela SEGURADORA, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela SEGURADORA, por meio da emissão de endosso.

5. Prêmio do Seguro:

5.1. O TOMADOR é responsável pelo pagamento do prêmio à SEGURADORA por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o TOMADOR não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo TOMADOR, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a SEGURADORA recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao TOMADOR, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade SEGURADORA encaminhará o documento de cobrança diretamente ao TOMADOR ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela SEGURADORA, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a SEGURADORA emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela SEGURADORA, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela SEGURADORA, por meio da emissão de endosso.

7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A SEGURADORA descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a SEGURADORA poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais.

7.4. Caso a SEGURADORA conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao SEGURADO, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a SEGURADORA cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do TOMADOR, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do TOMADOR no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do TOMADOR no contrato principal, o SEGURADO obriga-se a devolver à SEGURADORA qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da SEGURADORA, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados “*pro rata temporis*”, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. Sub-Rogação:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo TOMADOR, a SEGURADORA sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do SEGURADO contra o TOMADOR, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do SEGURADO que diminua ou extinga, em prejuízo da SEGURADORA, os direitos a que se refere este item.

11. Perda de Direitos:

O SEGURADO perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do TOMADOR decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do SEGURADO;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre SEGURADO e TOMADOR, sem prévia anuência da SEGURADORA;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo SEGURADO, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O SEGURADO não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o SEGURADO ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do TOMADOR ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o SEGURADO agravar intencionalmente o risco.

12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo SEGURADO ou beneficiário, a SEGURADORA responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo SEGURADO ou devolução da apólice;

II – quando o SEGURADO e a SEGURADORA assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao SEGURADO atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do SEGURADO ou da SEGURADORA e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade SEGURADORA, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido.

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do SEGURADO, a sociedade SEGURADORA reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com o seguinte quadro de prazo curto:

| **Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias** | **% do Prêmio** | **Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias** | **% do Prêmio** |
| --- | --- | --- | --- |
| 15/365 | 13 | 195/365 | 73 |
| 30/365 | 20 | 210/365 | 75 |
| 45/365 | 27 | 225/365 | 78 |
| 60/365 | 30 | 240/365 | 80 |
| 75/365 | 37 | 255/365 | 83 |
| 90/365 | 40 | 270/365 | 85 |
| 105/365 | 46 | 285/365 | 88 |
| 120/365 | 50 | 300/365 | 90 |
| 135/365 | 56 | 315/365 | 93 |
| 150/365 | 60 | 330/365 | 95 |
| 165/365 | 66 | 345/365 | 98 |
| 180/365 | 70 | 365/365 | 100 |

15.1.2.1. Para prazos não previstos no quadro constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo SEGURADO por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta Cláusula, o SEGURADO estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade SEGURADORA por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei n.º 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:

As questões judiciais entre SEGURADORA e SEGURADO serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br).

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no *site* www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade SEGURADORA.

**CONDIÇÕES ESPECIAIS**

1. Objeto:

Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento do TOMADOR em relação às hipóteses previstas no item 7.6 do Edital de Licitações para Outorga dos Contratos de Partilha de Produção para Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural da Oferta Permanente de Partilha de Produção.

2. Definições:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6° da Lei n.º 8.666/93.

3. Vigência:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no item 7.3 do Edital de Licitações para Outorga dos Contratos de Partilha de Produção para Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural da Oferta Permanente de Partilha de Produção.

4. Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Reclamação: o SEGURADO comunicará a SEGURADORA do inadimplemento do TOMADOR em relação às hipóteses previstas no item 7.6 do Edital de Licitações para Outorga dos Contratos de Partilha de Produção para Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural da Oferta Permanente de Partilha de Produção, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do edital de licitação;

b) Cópia do termo de adjudicação;

c) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos, acompanhada dos documentos comprobatórios.

4.2. Caracterização: quando a SEGURADORA tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do TOMADOR em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a SEGURADORA emitir o relatório final de regulação.

5. Ratificação:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

**CONDIÇÕES PARTICULARES**

1. Fica entendido que este seguro garante ao SEGURADO a indenização pelo descumprimento do TOMADOR em relação à assinatura do Contrato de Partilha de Produção referente ao bloco arrematado relativo ao Edital de Licitações para Outorga dos Contratos de Partilha de Produção para Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural da Oferta Permanente de Partilha de Produção, conforme Lei n.º 12.351/10.
2. A SEGURADORA declara conhecer e aceitar os termos e condições do Edital de Licitações para Outorga dos Contratos de Partilha de Produção para Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural da Oferta Permanente de Partilha de Produção, principalmente as hipóteses de execução da Garantia de Oferta dispostas no item 7.5 do referido edital.
3. Em complemento às disposições do item 4 das Condições Especiais, subitem 4.1.1, letra b, fica estabelecido que, para reclamação e caracterização do sinistro, a apresentação de cópia do termo de adjudicação somente poderá ser exigida nos casos em que o objeto do certame já houver sido adjudicado.
4. A garantia desta apólice tem efeito pelo período estabelecido na apólice, com término para 60 (sessenta) dias após o final da data prevista para assinatura do Contrato de Partilha de Produção objeto desta apólice, conforme período de vigência definido no item 7.3 (Validade das garantias de oferta) do edital.
5. Além das hipóteses previstas no item 14 das Condições Gerais desta apólice, esta apólice também se extinguirá na ocorrência de qualquer dos fatos listados no item 7.6 (Exoneração e devolução da garantia de oferta) do edital, e se dará por meio do envio de comunicado consoante o modelo do Documento IV (Modelo de Comprovante de Exoneração).
6. Em complemento à Cláusula 11, item VI, das Condições Gerais, entende-se que não compete à ANP manter a SEGURADORA informada sobre eventuais alterações nas condições técnicas e econômicas do TOMADOR. Tais informações devem ser obtidas diretamente pela SEGURADORA perante o TOMADOR ou mediante consulta aos processos administrativos da ANP, desde que não haja sigilo legal ou que o TOMADOR abra mão de tal sigilo.
7. Em complemento à Cláusula 7.4 das Condições Gerais, presumem-se válidas as decisões administrativas tomadas no curso de devido processo administrativo, salvo se suspensas ou anuladas pela instância administrativa ou judicial competente.
8. A presente apólice não assegura riscos originários de outras modalidades do Seguro Garantia, não assegura as obrigações quanto ao pagamento de tributos, obrigações trabalhistas de qualquer natureza, de seguridade social, indenizações a terceiros, bem como não assegura riscos cobertos por outros ramos de seguro.
9. Declara-se, ainda, que não estão cobertos danos e/ou perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista independentemente do seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pelas autoridades competentes.
10. O valor desta apólice poderá ser reduzido, mediante a emissão de Endosso de Redução de Importância Segurada emitido pela SEGURADORA, após apresentação de *Comprovante de Redução*, consoante modelo do Documento II (Modelo de Comprovante de Redução) firmado pelo SEGURADO.

11. Fica entendido e acordado que quaisquer prorrogações no prazo de vigência da apólice poderão ser solicitadas por escrito pelo SEGURADO ao TOMADOR, o qual providenciará junto à SEGURADORA por meio de Endosso.

12. Ao constatar a inadimplência do TOMADOR, o SEGURADO deverá comunicar à SEGURADORA, por meio de envio de comunicado consoante modelo do Documento III (Modelo de Comunicado de Inadimplência e Solicitação de Indenização) bem como cópia do processo administrativo com decisão determinando a execução da garantia.

13. Esta apólice de seguro tem a cobertura de resseguro por [inserir a denominação social da resseguradora], concedida através do Processo n.º [inserir o número do processo].

14. Em complemento às Cláusulas 16 e 18 das Condições Gerais, não se aplica arbitragem e o foro competente é o do Escritório Central da ANP, ou seja, a Justiça Federal do Rio de Janeiro.

15. Notificações

Todas as notificações, exigências, instruções, desistências ou outras informações a serem prestadas relativamente a este Seguro Garantia devem ser redigidas em português e entregues por mensageiro pessoal ou courier, mediante recibo, ou correspondência com aviso de recebimento e encaminhadas para os seguintes endereços:

1. Se para a SEGURADORA:

[inserir a denominação social da sociedade empresária seguradora]

[inserir o endereço da sociedade empresária seguradora]

[inserir o CEP]

[inserir cidade]

[inserir e-mail]

1. Se para o SEGURADO:

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Superintendência de Promoção de Licitações – SPL

Avenida Rio Branco 65, 18º andar.

CEP 20090-004

Rio de Janeiro, – RJ – Brasil

Email: rodadas@anp.gov.br

1. Se para o TOMADOR:

[inserir a denominação social da licitante tomadora]

[inserir o endereço da licitante tomadora]

[inserir o CEP]

[inserir cidade]

[inserir e-mail]

[inserir o local (cidade) de assinatura], [inserir o dia] de [inserir o mês] de [inserir o ano].

[inserir a denominação social da sociedade empresária seguradora]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

**Documento II**

**Modelo de Comprovante de Redução**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**COMPROVANTE DE REDUÇÃO**

O presente refere-se ao Seguro Garantia apólice n.º *[inserir o número da apólice]*, com vigência de *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]* a *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*, emitida por *[inserir o nome do Emitente]* em favor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O abaixo assinado, devidamente autorizado a firmar este comprovante em nome da ANP, certifica pelo presente que:

(i) A quantia em reais (R$), especificada abaixo (a), corresponde à quantia alocável no Valor Nominal das Garantias em relação à assinatura do(s) Contrato(s) de Partilha de Produção referente(s) ao Edital de Licitações para Outorga dos Contratos de Partilha de Produção para Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural da Oferta Permanente de Partilha de Produção até a data deste comprovante; e

(ii) O Valor Nominal da apólice será reduzido para um valor igual ao Valor Nominal Remanescente, especificado abaixo (b), efetivo a partir da data deste comprovante.

(a) Quantia em reais (R$) alocável em relação à assinatura do(s) Contrato(s) de Partilha de Produção referente(s) ao Edital de Licitações para Outorga dos Contratos de Partilha de Produção para Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural da Oferta Permanente de Partilha de Produção:

R$ *[inserir o Valor Nominal]*

(b) Valor Nominal Remanescente: R$ *[inserir o Valor Nominal]*

Este comprovante foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formatodia/mês/ano]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

**Documento III**

**Modelo de Comunicado de Inadimplência e Solicitação de Indenização**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**COMUNICADO DE INADIMPLÊNCIA E SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO**

Apólice n.º *[inserir o número da apólice]*

Rio de Janeiro - RJ

Data do Saque: (*[inserir a data da ordem de pagamento, no formato dia/mês/ano])*

À vista

O abaixo assinado, devidamente autorizado a firmar este comprovante em nome da ANP, certifica pelo presente que, em decorrência da Oferta Permanente de Partilha de Produção, o TOMADOR incorreu em uma das hipóteses de execução da garantia de oferta previstas no item 7.6 (Execução da garantia de oferta) do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção.

Solicito pagar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) o valor nominal de R$ *[inserir o Valor Nominal]* (*[inserir o valor por extenso]* reais).

Saque conforme apólice n.º *[inserir o número da apólice]* emitida por *[inserir a denominação social da seguradora].*

Este documento foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formado dia/mês/ano]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

À *[inserir a denominação social da seguradora]*

*[inserir o endereço da seguradora]*

**Documento IV**

**Modelo de Comprovante de Exoneração**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**COMPROVANTE DE EXONERAÇÃO**

O presente refere-se à apólice n.º *[inserir o número da apólice]*, com vigência de *[inserir a data, no formado dia/mês/ano]* a *[inserir a data, no formado dia/mês/ano]*, emitida por *[inserir a denominação social da sociedade empresária seguradora]* em favor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O abaixo assinado, devidamente autorizado a firmar este comprovante em nome da ANP, certifica pelo presente que, em decorrência da Oferta Permanente de Partilha de Produção, o TOMADOR incorreu em uma das hipóteses de exoneração da garantia de oferta previstas no item 7.7 (Exoneração e devolução de garantia de oferta).

Encerraram-se as obrigações do Contratado que se encontravam garantidas pela apólice citada acima.

Este comprovante foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

ANEXO XIX – DECLARAÇÃO DOS BLOCOS DE INTERESSE

A pessoa jurídica *[inserir o nome da pessoa jurídica]*, representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), declara ter interesse em apresentar oferta(s) para os blocos abaixo assinalados.

**Quadro 15 – Declaração dos blocos de interesse**

|  |  |
| --- | --- |
| Bacia | Bloco |
|  |  |
|  |  |

[Adicionar linhas para inclusão de mais blocos.]

Farão parte da sessão pública de apresentação de ofertas de um ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção os blocos que tiveram declaração dos blocos de interesse acompanhada de garantia de oferta aprovados pela Comissão Especial de Licitação (CEL) e atenderem os requisitos estipulados no item 1.3.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*[assinatura]*

Assinado por:*[inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da pessoa jurídica]*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*[assinatura]*

Assinado por:*[inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) e da licitante]*

Local e data: [inserir local e data]

anexo Xx – Percentual de excedente em óleo para a União em função da oferta, produtividade e preço do petróleoTabela

Descrição gerada automaticamenteTabela

Descrição gerada automaticamente

Tabela

Descrição gerada automaticamente

Texto

Descrição gerada automaticamente

Tela de computador com texto preto sobre fundo azul

Descrição gerada automaticamente

Tela de computador com texto preto sobre fundo azul

Descrição gerada automaticamente

Tela de computador com texto preto sobre fundo azul

Descrição gerada automaticamente

Texto

Descrição gerada automaticamente

Notas:

(1) O limite mínimo da alíquota é 1% e o limite máximo é 100%. Desta forma, todas as células para as quais o cálculo resultar em valor inferior a 1%, serão fixadas em 1%, e todas as células para as quais o cálculo resultar em valor superior a 100%, serão fixadas em 100%.

(2) O preço do petróleo será atualizado conforme índice previsto nas minutas dos contratos de partilha de produção constantes no ANEXO XXIX.

(3) O “pp” que sucede cada número do quadro é a abreviatura de ponto percentual.

ANEXO XXI – INFORMAÇÕES DA SIGNATÁRIA

A [inserir a denominação social da licitante], representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), apresenta as seguintes informações como requisito para a assinatura do(s) contrato(s) de partilha de produção:

**Bloco(s):** [inserir o(s) código(s)/nome(s) do(s) bloco(s) objeto(s) do(s) contrato(s) de partilha de produção]

**Nome da vencedora da licitação:** [inserir a denominação social da licitante]

**ome da signatária do(s) contrato(s) de partilha de produção:** [inserir a denominação social da signatária]

**Inscrição no CNPJ:**

**Dados da signatária:**

Endereço: [inserir o endereço]

Cidade: [inserir o nome da cidade]

Estado: [inserir o nome do Estado]

CEP: [inserir o CEP]

**Representante(s) que assinará(ão) o(s) contrato(s) de partilha de produção:**

Nome: [inserir o nome]

Cargo: [inserir o cargo (esta informação constará do contrato de partilha de produção)]

E-mail: [inserir o endereço de e-mail]

Nome: [inserir o nome]

Cargo: [inserir o cargo (esta informação constará do contrato de partilha de produção)]

E-mail: [inserir o endereço de e-mail]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir a(s) denomicação(ões) da(s) signatária(s)]

Local e data: [inserir local e data]

Anexo XXII – MODELO DE CARTA DE CRÉDITO PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO

**PARTE 1 – MODELO DE CARTA DE CRÉDITO NACIONAL**

**CARTA DE CRÉDITO EM GARANTIA DE CARÁTER IRREVOGÁVEL**

EMITIDA POR *[Inserir o nome do Banco]*

Data: *[inserir data no formato dia/mês/ano]*

N.º: *[inserir o número da Carta de Crédito]*

Valor Nominal Inicial: R$ *[inserir o Valor Nominal]* (*[inserir o valor por extenso]* reais).

À

**Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP**

Avenida Rio Branco, 65 – 19º andar – Centro

CEP 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Prezados Senhores,

1. [Inserir o nome do Banco], constituído de acordo com as leis da [inserir o nome do país, segundo o exemplo: República Federaltiva do Brasil], o EMITENTE, vem, por meio desta, emitir em favor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), uma Autarquia integrante da Administração Federal Indireta do Governo da República Federativa do Brasil, Carta de Crédito em Garantia de Caráter Irrevogável n.º [inserir o número da Carta de Crédito], através da qual o EMITENTE autoriza a ANP a sacar, em saque único, o Valor Nominal de R$ [inserir o Valor Nominal] ([inserir o valor nominal por extenso] reais), corrigido pelo IGP-DI nos termos da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Partilha de Produção, mediante a apresentação de uma *Ordem de Pagamento* e um *Comprovante de Saque,* definidos abaixo, no estabelecimento do EMITENTE mencionado na Cláusula 5 desta Carta de Crédito, durante o Período de Saque (conforme definido na Cláusula 4 abaixo).
2. [O valor nominal desta garantia será atualizado automaticamente pela variação do IGP-DI, desde a data de sua emissão até a data do efetivo pagamento, em quaisquer das hipóteses de execução desta garantia previstas no contrato de Partilha de Produção]. **(SUGESTÃO DE CLÁUSULA CASO A CONTRATADA OPTE PELA FORMA DE ATUALIZAÇÃO AUTOMÁTICA, PREVISTA NA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO).**
3. Esta Carta de Crédito foi elaborada de acordo com o Contrato de Partilha de Produção n.o [inserir o número do Contrato de Partilha de Produção], relativo ao(s) bloco(s) [inserir o(s) código(s)/nome(s) do(s) bloco(s)/campo(s) objeto do Contrato de Partilha de Produção], celebrado em [inserir a data, no formato dia/mês/ano] entre a União, a ANP, a PPSA e a(s) contratada(s) [inserir a(s) denominação(ões) social(ais) da(s) signatária(s)], constituída(s) segundo as leis da República Federativa do Brasil. Os termos grafados com maiúsculas (incluindo os documentos em anexo) e aqui não definidos, terão os respectivos significados definidos no Contrato.
4. O Valor Nominal da Carta de Crédito será inicialmente de R$ [inserir o Valor Nominal] ([inserir o valor nominal por extenso] reais), o qual poderá ser reduzido mediante apresentação pela ANP ao EMITENTE de um *Comprovante de Redução*, na forma definida no Documento I (Modelo de Comprovante de Redução), especificando um novo Valor Nominal, inferior.
5. O Valor Nominal da Carta de Crédito será corrigido pelo IGP-DI, nos termos da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Partilha de Produção, e poderá ser sacado pela ANP segundo o disposto na Cláusula 5 desta Carta de Crédito, em qualquer Dia Bancário durante o Período de Saque com início às 10 horas e término às 16 horas, horário do Rio de Janeiro, compreendidos do dia [inserir a data, no formato dia/mês/ano], ao dia [inserir a data, no formato dia/mês/ano] (o Período de Saque). Entende-se por “Dia Bancário” qualquer dia, à exceção de sábado, domingo ou outro dia em que os bancos comerciais na cidade do Rio de Janeiro estejam autorizados ou obrigados por lei, norma reguladora ou decreto, a fechar.
6. Um saque só poderá ser realizado mediante apresentação pela ANP ao EMITENTE de uma *Ordem de Pagamento,* conforme Documento II (Modelo de Ordem de Pagamento) anexo e de um *Comprovante de Saque*, executado pela ANP, conforme Documento III (Modelo de Comprovante de Saque). A apresentação da *Ordem de Pagamento* e do *Comprovante de Saque* deverá ser feita no estabelecimento do EMITENTE, na cidade do Rio de Janeiro, situado à [inserir o endereço do Emitente], ou em outro endereço nesta cidade designado pelo EMITENTE à ANP em comunicação feita conforme o disposto na Cláusula 9 desta Carta de Crédito.
7. Mediante a apresentação pela ANP, durante o Período de Saque, da *Ordem de Pagamento* e do *Comprovante de Saque* no estabelecimento designado pelo EMITENTE na Cláusula 5 desta Carta de Crédito, o EMITENTE deverá pagar, em Real (R$), o Valor Nominal, corrigido pelo IGP-DI nos termos da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Partilha de Produção, conforme procedimento estabelecido no *Comprovante de Saque.* O EMITENTE deverá efetuar o pagamento em até 3 (três) dias bancários imediatamente posteriores à apresentação do pedido.
8. Esta Carta de Crédito expirará na ocorrência do primeiro dos seguintes eventos: (i) *[inserir a data no formato dia/mês/ano, após os 180 dias do último dia da Fase de Exploração]*; (ii) a redução do Valor Nominal desta Carta de Crédito a zero; (iii) a data em que a ANP apresentar ao EMITENTE um comprovante executado pela ANP consoante o Documento IV (Modelo de Comprovante de Conclusão); e (iv) o pagamento irrevogável pelo EMITENTE à ANP conforme definido na Cláusula 6 desta Carta de Crédito do Valor Nominal, corrigido pelo IGP-DI nos termos da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Partilha de Produção, através de um saque adequado. Entretanto, qualquer saque corretamente realizado antes de expirada esta Carta de Crédito será honrado pelo EMITENTE. Caso o estabelecimento designado pelo EMITENTE na Cláusula 5 desta Carta de Crédito esteja fechado na data definida em (i) desta Cláusula 7, a data de vencimento desta Carta de Crédito e do Período de Saque se estenderá até o próximo dia bancário em que o referido estabelecimento estiver aberto.
9. Somente a ANP poderá sacar esta Carta de Crédito, bem como exercer quaisquer outros direitos aqui definidos.
10. Notificações

Todas as notificações, exigências, instruções, desistências ou outras informações a serem prestadas relativamente a esta Carta de Crédito devem ser redigidas em português e entregues por um mensageiro pessoal ou por *courier*, correspondência registrada, email ou fax, e encaminhadas para os seguintes endereços:

1. Se para o EMITENTE:

[inserir a denominação social do Emitente]

[inserir o endereço do Emitente]

[inserir o CEP]

[inserir o nome da cidade]

Email:

Fax:

1. Se para a ANP:

Superintendência de Exploração – SEP

*Av. Rio Branco, 65 – 19º andar* – Centro

CEP 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Email:

Fax (21) 2112-8129 e (21) 2112-8139

1. Os endereços e números de fax para encaminhamento de informações, referentes a esta Carta de Crédito, poderão ser alterados pelo EMITENTE ou pela ANP, mediante notificação feita à outra parte pelo menos 15 (quinze) dias bancários anteriores à data da mudança.
2. A presente Carta de Crédito estabelece, em termos plenos e incondicionais, a obrigação do EMITENTE. Tal obrigação não será de modo algum alterada ou aditada com base em qualquer documento, instrumento ou acordo, salvo (i) o *Comprovante de Redução*; (ii) a *Ordem de Pagamento*; (iii) o *Comprovante de Saque*; (iv) o *Comprovante de Conclusão*; e (v) a aprovação pela ANP de Cessão de Direitos e Obrigações nos termos da Cláusula Trigésima do Contrato de Partilha de Produção, bem como, a critério do EMITENTE, quando da aprovação pela ANP da extensão ou suspensão do cronograma do Programa Exploratório Mínimo, previstas nas Cláusulas Décima e Décima Primeira do Contrato de Partilha de Produção.
3. Esta Carta de Crédito, nos termos e condições aqui apresentados e para o fim a que se destina, é um documento válido, legal e executável na praça de sua cobrança, e o EMITENTE não poderá opor à ANP alegação de qualquer natureza que impeça a sua plena e total execução.

Atenciosamente,

*[Inserir o nome do Banco]*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

**Documento I**

**Modelo de Comprovante de Redução**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**COMPROVANTE DE REDUÇÃO**

O presente refere-se à Carta de Crédito em Garantia de Caráter Irrevogável n.o *[inserir o número da Carta de Crédito]*, datada de *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*, emitida por *[Inserir o nome do Banco]* em favor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O abaixo assinado, devidamente autorizado a firmar este comprovante em nome da ANP, certifica pelo presente que:

1. A quantia em reais (R$), especificada abaixo (a), corresponde à quantia alocável no Valor Nominal da Carta de Crédito aos trabalhos realizados pelas Contratadas relativamente ao Programa Exploratório Mínimo até a data deste comprovante; e
2. O Valor Nominal da Carta de Crédito será reduzido para um valor igual ao Valor Nominal Remanescente, especificado abaixo (b), efetivo a partir da data deste comprovante.

|  |  |
| --- | --- |
| 1. Quantia em reais (R$) alocável para trabalhos no Programa Exploratório Mínimo:   R$ *[inserir o Valor Nominal]* |  |
| 1. Valor Nominal Remanescente:   R$ *[inserir o Valor Nominal]* |  |

Este comprovante foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

**Documento II**

**Modelo de Ordem de Pagamento**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**ORDEM DE PAGAMENTO**

Carta de Crédito n.o *[inserir o número da Carta de Crédito]*

Rio de Janeiro – RJ

Data do Saque: *[inserir a data no formato dia/mês/ano]*

À vista

Pague-se à ordem da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o valor de R$ *[inserir o Valor]* (*[inserir o valor por extenso]* reais).

Saque contra a Carta de Crédito em Garantia de Caráter Irrevogável n.º *[inserir o número da Carta de Crédito]* emitida por *[Inserir o nome do Banco]*.

Este documento foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formato dia/mês/ano].*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

À *[Inserir o nome do Banco]*

*[inserir o endereço do Banco]*

**Documento III**

**Modelo de Comprovante de Saque**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**COMPROVANTE DE SAQUE**

O presente refere-se à Carta de Crédito em Garantia de Caráter Irrevogável n.o *[inserir o número da Carta de Crédito]*, datada de *[inserir a data, no formato dia/mês/ano],* emitida por *[inserir a denominação social do Emitente]* em favor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O abaixo assinado, devidamente autorizado a firmar este comprovante em nome da ANP, certifica pelo presente que (i) o Contrato de Partilha de Produção terminou sem o cumprimento do Programa Exploratório Mínimo – PEM; ou (ii) o Programa Exploratório Mínimo – PEM não foi cumprido pelas Contratadas a partir de *[inserir a data no formado dia/mês/ano, do último dia estipulado para a Fase de Exploração][[10]](#footnote-10)*.

O pagamento do Valor Nominal atualizado em reais (R$) constante da Carta de Crédito n.o *[inserir o número da Carta de Crédito]* deve ser efetuado pelo EMITENTE na seguinte conta:

[*A ANP fornecerá os procedimentos para o pagamento.*]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Este comprovante foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formato dia/mês/ano].*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

**Documento IV**

**Modelo de Comprovante de Conclusão**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**COMPROVANTE DE CONCLUSÃO**

O presente refere-se à Carta de Crédito em Garantia de Caráter Irrevogável n.o *[inserir o número da Carta de Crédito]*, datada de *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*, emitida por *[inserir a denominação social do Emitente]* em favor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O abaixo assinado, devidamente autorizado a firmar este comprovante em nome da ANP, certifica pelo presente que:

1. O montante alocável à Carta de Crédito, relativo ao integral cumprimento do Programa de Exploratório Mínimo – PEM, foi cumprido pela(s) Contratada(s), ou a Carta de Crédito foi devidamente substituída por outro instrumento de garantia aceito pela ANP; e
2. A Carta de Crédito expira na data deste comprovante.

Este comprovante foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

**ANEXO XXII – MODELO DE CARTA DE CRÉDITO PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO**

## PART 2 – FORM OF STANDBY LETTER OF CREDIT FOR COMPLIANCE WITH THE MINIMUM EXPLORATION PROGRAM (PEM)

**IRREVOCABLE STANDBY LETTER OF CREDIT**

ISSUED BY *[insert Bank name]*

**Effectiveness:**

Date of Issuance: *[insert date in the format month/day/year]*

Effective Date:

Maturity Date:

No.: *[insert Standby Letter of Credit number]*

Face Amount: *[insert amount in writing]* USD (US$*[insert par value]*)*[[11]](#footnote-11)*

Face Amount in Reais: *[insert amount in writing]* (R$*[insert par value]*)

**Beneficiary:**

**National Agency of Petroleum, Natural Gas and Biofuels – ANP**

Av. Rio Branco, 65 – 18th floor – Centro

Zip Code: 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brazil

Dear Sirs,

1. At the request of the contracted party(ies) *[insert the corporate name(s) of the signatory(ies)]*, the *[insert Bank name]*, incorporated under the laws of *[insert country according to the example: Federative Republic of Brazil]*, as the ISSUER, hereby issues this Irrevocable Standby Letter of Credit No. *[insert Standby Letter of Credit number]*, in favor of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP, an independent agency of the Indirect Federal Administration of the Government of the Federative Republic of Brazil, through which the ISSUER authorizes ANP to withdraw, in a lump sum, the maximum aggregate amount of [insert Face Amount in writing] USD (US$[insert Face Amount]).
2. The Face Amount in Reais (R$) shall be adjusted annually by the Brazilian Price Index named IGP-DI pursuant to the Production Sharing Agreement, at the end of each year subsequent of the date of issuance of this standby letter of credit.
   1. . **(SUGGESTED SECTION IN CASE THE CONTRACTED PARTY CHOOSES THE AUTOMATIC ADJUSTMENT SET FORTH IN SECTION SIX OF THE PRODUCTION SHARING AGREEMENT OF EXPLORATION BLOCKS**.
3. Within 30 (thirty) days after the end of each year subsequent of the date of issuance, at the request of the contracted party(ies) [insert the corporate name(s) of the signatory(ies)], the ISSUER shall issue an amendment to this standby letter of credit in order to equate, if necessary, the Face Amount in USD (US$) to the adjusted Face Amount in Reais (R$) referred in section 2 of this standby letter of credit.
4. ISSUER undertakes to Beneficiary to pay Beneficiary’s demand for payment of an amount up to [insert Face Amount in writing] USD (US$ [insert Face Amount]), necessary to equate to the Face Amount in Reais (R$) adjusted by IGP-DI, under this Standby Letter of Credit upon presentation of ANNEX B (Payment Demand) and ANNEX C (Proof of Withdrawal), as defined below, at the ISSUER’s branch referred to in Section 8 of this Standby Letter of Credit, during the Period of Withdrawal (as defined in Section 7 below).
5. This Standby Letter of Credit was prepared according to Production Sharing Agreement No. *[insert Production Sharing Agreement number]*, related to block(s)/area(s)/field(s) *[insert the code(s)/name(s) of the block(s)/area(s)/field(s) object of the Production Sharing Agreement]*, executed on *[insert date in the format month/day/year]* by and between ANP and the contracted party(ies) *[insert the corporate name(s) of the signatory(ies)]*, organized under the laws of the Federative Republic of Brazil.
6. The Face Amount of the Standby Letter of Credit shall initially be *[insert amount in writing]* USD dollars (US$ *[insert face amount]*), which may be reduced upon submission of a Proof of Reductionby ANP to the ISSUER, as defined in ANNEX A (Proof of Reduction), specifying a new, lower Face Amount in USD.
7. The Face Amount in Reais (R$) of the Standby Letter of Credit shall be annually adjusted by the IGP-DI pursuant to the Production Sharing Agreement and may be withdrawn by ANP according to the provisions in Section 8 of this Standby Letter of Credit on any Banking Day during the Period for Withdrawal, from 10 a.m. to 4 p.m., Rio de Janeiro time, from *[insert first day of the month of execution of the Production Sharing Agreement pursuant to the cycle schedule, in the format day/month/year]* to *[insert date in the format month/day/year]* (the “Period for Withdrawal”). “Banking day” means any day, except for Saturday, Sunday, or any other day on which commercial banks of the city of Rio de Janeiro are authorized or required by law, regulatory rule, or decree, to remain closed.
8. A withdrawal may only be made based on this instrument upon submission of a Payment Order by ANP to the ISSUER, pursuant to ANNEX B (Payment Demand) attached hereto, and of a Proof of Withdrawal, executed by ANP, pursuant to ANNEX C (Form of Proof of Withdrawal) attached hereto. The Payment Demand and Proof of Withdrawal shall be presented at the ISSUER’s branch, in Rio de Janeiro, located at *[insert Issuer's address]* or at any other address in Rio de Janeiro indicated by the ISSUER to ANP upon notice, as provided for in Section 12 of this Standby Letter of Credit.
9. Upon submission of the Payment Demand and the Proof of Withdrawal by ANP during the Period of Withdrawal at the branch indicated by the ISSUER in Section 8 of this Standby Letter of Credit, the ISSUER shall pay the Face Amount in USD (US$) necessary to equate to the Face Amount in Reais (R$) adjusted by IGP-DI, according to the procedure established in the Proof of Withdrawal. The Issuer shall make the payment within three (3) banking days of the date of submission of the request.
10. This Standby Letter of Credit shall expire on the earlier of the following events: (i) on *[insert the maturity date in the format day/month/year]*, (ii) decrease in the Face Amount of this Standby Letter of Credit to zero, (iii) the date on which ANP presents to the ISSUER a Proof made by ANP, as provided for in ANNEX D (Proof of Completion), and (iv) irrevocable payment by the ISSUER to ANP, as defined in Section 9 of this Standby Letter of Credit, of the Face Amount adjusted by the IGP-DI pursuant to the Production Sharing Agreement, through adequate withdrawal. However, any withdrawal correctly made before expiration of this Standby Letter of Credit shall be honored by the ISSUER. In case the ISSUER’s branch referred to in Section 8 of this Standby Letter of Credit is closed on the date mentioned in item (i) of this Section 10, the maturity date of this Standby Letter of Credit and the Period of Withdrawal shall be extended to the subsequent banking day on which the above mentioned branch is open.
11. Only ANP may withdraw this Standby Letter of Credit, as well as exercise any other rights defined herein.
12. Notices

All notices, requirements, instructions, waivers, or other information to be provided related to this Standby Letter of Credit shall be written in Portuguese and delivered by a personal messenger, courier, mail services, email or fax and forwarded to the following address:

1. If to the ISSUER:

*[insert Issuer’s name]*

*[insert Issuer’s address]*

*[insert Zip Code]*

*[insert city]*

Email:

Facsimile:

1. If to ANP:

Exploration Blocks

Superintendence of Exploration – SEP

Avenida Rio Branco, 65 – 19th floor – Centro

Zip Code: 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brazil

Email:

Facsimile: (+55 21) and 2112 8419

1. Addresses, emails and fax numbers for sending information related to this Standby Letter of Credit may be changed by the ISSUER or ANP upon notice to the other party at least fifteen (15) banking days before the date of the change.
2. This Standby Letter of Credit establishes, in full and unconditional terms, the ISSUER’S obligation, which shall not be, in any way, changed or amended based on any document, instrument, or agreement, except for the: (i) *Proof of Reduction*; (ii) *Payment Demand*; (iii) *Proof of Withdrawal*; (iv) *Proof of Completion*; (v) approval by ANP of the Assignment of Rights and Obligations, pursuant to the Production Sharing Agreement, as well as, at the ISSUER’S discretion, upon approval, by ANP, of the extension or suspension of the schedule of the Minimum Exploration Program (PEM), provided for in the Production Sharing Agreement.
3. This Standby Letter of Credit, under the terms and conditions presented herein and for the intended purpose, is a valid and lawful document enforceable in the location of charge, and the ISSUER may not present any argument to ANP preventing its full and total execution.
4. ISSUER’s charges and fees for issuing, amending or honoring this Standby Letter of Credit are for the account of [insert the corporate name(s) of the signatory(ies) of the Production Sharing Agreement] and shall not be deducted from any payment ISSUER makes under this Standby Letter of Credit.

Kind regards,

*[Insert name of Bank]*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*[signature]*

Name: *[insert name of the person responsible for the issue]*

Title: *[insert title of the person responsible for the issue]*

**ANNEX A**

**Form of Proof of Reduction**

*[Form to be filled out by ANP – DO NOT FILL OUT.]*

**PROOF OF REDUCTION**

This refers to Irrevocable Standby Letter of Credit No. *[insert Standby Letter of Credit number]*, executed in *[insert city],* dated *[insert date in the format month/day/year]*, issued by *[insert Issuer’s name]*, incorporated under the laws of *[insert country according to the example: Federative Republic of Brazil]*, and submitted by *[insert Contracted Party's name]* to the benefit of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP.

The undersigned, duly authorized to sign this proof on behalf of ANP, hereby certifies that:

1. The amount in USD (US$) specified below in item (a) corresponds to the value of the Face Amount in USD of the Standby Letter of Credit allocable to the works carried out by the Contracted Party(ies) with respect to the Minimum Exploration Program up to the date of this Proof; and
2. The Face Amount of the Standby Letter of Credit shall be reduced to an amount equal to the Remaining Face Amount in USD specified below in item (b), effective as of the date of this proof.
3. Value in USD (US$) allocable to works in the Minimum Exploration Program (PEM):

US$ *[insert Value]*

1. Remaining Face Amount:

US$ *[insert Remaining Face Amount]*

This proof was signed by the undersigned on behalf of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP on *[insert date in the format month/day/year]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*[signature]*

Name:

*[insert name of the person responsible for the issue]*

Title: *[insert title of the person responsible for the issue]*

**ANNEX B**

**Form of Payment Demand**

[Form to be filled out by ANP – DO NOT FILL OUT.]

**PAYMENT DEMAND**

Standby Letter of Credit No. [insert Standby Letter of Credit number]

Rio de Janeiro – RJ

Date of Withdrawal:[insert date in the format month/day/year]

In Cash

The face amount of *[insert Face Amount in writing]* (US$ *[insert Face Amount]*) shall be paid, converted to Reais (R$) according the convertion principle indicated in the Section 10.2.4 of the Tender Protocol for the Open Acreage Production Sharing Modality, on order of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP.

Withdrawal of Irrevocable Standby Letter of Credit No. *[insert Standby Letter of Credit number]* issued by *[insert Issuer's name]*.

This document was signed by the undersigned on behalf of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP on *[insert date in the format month/day/year]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*[signature]*

Name:

*[insert name of the person responsible for the issue]*

Title: *[insert title of the person responsible for the issue]*

To *[insert Bank name]*

*[insert Bank's address]*

**ANNEX C**

**Form of Proof of Withdrawal**

[Form to be filled out by ANP – DO NOT FILL OUT.]

**PROOF OF WITHDRAWAL**

This refers to Irrevocable Standby Letter of Credit No. *[insert Standby Letter of Credit number]*, dated *[insert date in the format month/day/year]*, issued by *[insert Issuer's name]* to the benefit of National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP.

The undersigned, duly authorized to sign this Proof on behalf of ANP, hereby certifies that: (i) the Production Sharing Agreement was terminated without compliance with the Minimum Exploration Program (PEM); (ii) the Minimum Exploration Program (PEM) was not complied with by the Contracted Party(ies) as of *[insert date in the format month/day/year]*.[[12]](#footnote-12)

Payment of the Face Amount in USD (US$), converted to Reais (R$) as set forth in Section 2 of the Standby Letter of Credit No. *[insert Standby Letter of Credit number]* must be made by the ISSUER to the following account:

[ANP shall provide for the payment procedures.]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

This proof was signed by the undersigned on behalf of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP on *[insert date in the format month/day/year]*.

*[signature]*

Name:

*[insert name of the person responsible for the issue]*

Title: *[insert title of the person responsible for the issue]*

**ANNEX D**

**Form of Proof of Completion**

[Form to be filled out by ANP – DO NOT FILL OUT.]

**PROOF OF COMPLETION**

In reference to Irrevocable Standby Letter of Credit No. *[insert Standby Letter of Credit number]*, dated *[insert date in the format month/day/year]*, issued by *[insert Issuer’s name]* to the benefit of National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels - ANP.

The undersigned, duly authorized to sign this Proof on behalf of ANP, hereby certifies that:

(i) The amount allocable to the Standby Letter of Credit for full compliance with the Minimum Exploration Program (PEM) was paid by thed Party(ies) or the Standby Letter of Credit was duly replaced with another instrument of guarantee accepted by ANP; and

(ii) The Standby Letter of Credit expires on the date of this proof.

This proof was signed by the undersigned on behalf of the National Agency of Petroleum, Natural Gas, and Biofuels – ANP on *[insert date in the format month/day/year]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*[signature]*

Name:

*[insert name of the person responsible for the issue]*

Title: *[insert title of the person responsible for the issue]*

ANEXO xXIII – MODELO DE SEGURO GARANTIA PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA Exploratório Mínimo

APÓLICE n.º *[inserir o número da apólice]*

A SEGURADORA *[inserir a denominação social da seguradora],* [inserir o número de inscrição no CNPJ],com sede à [inserir o endereço da sociedade empresária seguradora], através desta apólice de Seguro Garantia, garante ao SEGURADO, AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, CNPJ n.º 02.313.673/0002-08, com sede na Avenida Rio Branco, 65 – 12º andar – Rio de Janeiro, RJ, o cumprimento das obrigações do TOMADOR, *[inserir a denominação social da contratada]*, [inserir o número de inscrição no CNPJ], assumidas através do CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO PARA ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL n.º *[inserir o número do processo]*/ *[inserir o ano]* (o “CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO”), celebrado em *[inserir o dia]* de *[inserir o mês] de [inserir o ano]*, conforme definido no objeto desta apólice, referente ao Bloco *[inserir o nome do bloco objeto do Contrato de Partilha de Produção]*, assinado entre a União, a ANP, a PPSA e *[inserir a(s) denominação(ões) social(is) da(s) contratada(s)]*, relativo ao Edital de Licitações para Outorga dos Contratos de Partilha de Produção para Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural da OFERTA PERMANENTE DE PARTILHA DE PRODUÇÃO, objeto desta apólice, no valor de R$ *[inserir o Valor Nominal]* (*[inserir o valor por extenso]* reais), conforme o disposto nas cláusulas e condições gerais:

**DESCRIÇÃO DA GARANTIA**

(Modalidade, valor e prazo previstos no CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Modalidade[[13]](#footnote-13)** | **Importância Segurada[[14]](#footnote-14)** | **Vigência** | |
| **Início** | **Término** |
| Executante | R$ *[inserir o Valor Nominal]* | [inserir a data, no formato dia/mês/ano] | [inserir a data, no formato dia/mês/ano] |

**OBJETO DA GARANTIA**

Garantia de indenização, no valor fixado na Apólice, consideradas as reduções do valor garantido, pelo inadimplemento do TOMADOR em relação à sua obrigação de executar integralmente, dentro da Fase de Exploração, o Programa Exploratório Mínimo conforme definido no ANEXO II – Programa Exploratório Mínimo, do CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO, devendo para isso despender os montantes que se façam necessários, observado o disposto na Cláusula Quinta do CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO n.º *[inserir o número do processo]*/ *[inserir o ano]*.

O valor garantido por esta apólice é de R$ *[inserir o Valor Nominal]* (*[inserir o valor por extenso]* reais), e será corrigido pelo IGP-DI nos termos do CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO.

O prêmio desta apólice é de R$ *[inserir o Valor Nominal]* (*[inserir o valor por extenso]* reais).

Fazem parte integrante e inseparável da apólice, os seguintes Documentos que ora ratificamos:

* Documento I – Condições Gerais e Especiais conforme Circular Susep n.º 477/2013, e Condições Particulares.
* Documento II – Modelo de Comprovante de Redução.
* Documento III – Modelo de Comunicado de Inadimplência e Solicitação de Indenização.
* Documento IV – Modelo de Comprovante de Conclusão.
* Edital de Licitações para Outorga dos Contratos de Partilha de Produção para Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural Oferta Permanente de Partilha de Produção.
* Contrato de Partilha de Produção para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural n.º *[inserir o número do processo]*/ *[inserir o ano].*

Esta apólice é emitida de acordo com as Condições da Circular Susep n.º 477/2013.

*[inserir o local (cidade) de assinatura]*, *[inserir o dia]* de *[inserir o mês]* de *[inserir o ano]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_(ASSINATURA)\_\_\_ \_ \_\_\_\_

(*[inserir a denominação social da seguradora]*)

**Documento I**

**CONDIÇÕES GERAIS, ESPECIAIS E PARTICULARES**

Esta apólice rege-se pelos termos constantes na Circular Susep n.º 477/2013 e nas Condições Particulares determinadas pelo SEGURADO AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. Estas últimas, por serem mais específicas, prevalecem sobre as duas primeiras em caso de conflito.

**Circular Susep n.º 477, de 30 de setembro de 2013.**

**CONDIÇÕES GERAIS**

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo TOMADOR perante o SEGURADO, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao SEGURADO, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo TOMADOR, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela SEGURADORA, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada SEGURADO.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela SEGURADORA, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a SEGURADORA se responsabilizará perante o SEGURADO em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo TOMADOR à SEGURADORA, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a SEGURADORA constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela SEGURADORA no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo TOMADOR.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo TOMADOR perante o SEGURADO, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do TOMADOR cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o SEGURADO.

3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A SEGURADORA fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A SEGURADORA terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3.

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a SEGURADORA indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a SEGURADORA comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da SEGURADORA, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a SEGURADORA, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela SEGURADORA, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a SEGURADORA emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela SEGURADORA, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela SEGURADORA, por meio da emissão de endosso.

5. Prêmio do Seguro:

5.1. O TOMADOR é responsável pelo pagamento do prêmio à SEGURADORA por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o TOMADOR não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo TOMADOR, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a SEGURADORA recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao TOMADOR, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade SEGURADORA encaminhará o documento de cobrança diretamente ao TOMADOR ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela SEGURADORA, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a SEGURADORA emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela SEGURADORA, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela SEGURADORA, por meio da emissão de endosso.

7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A SEGURADORA descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a SEGURADORA poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais.

7.4. Caso a SEGURADORA conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao SEGURADO, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a SEGURADORA cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do TOMADOR, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do TOMADOR no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do TOMADOR no contrato principal, o SEGURADO obriga-se a devolver à SEGURADORA qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da SEGURADORA, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados “*pro rata temporis*”, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. Sub-Rogação:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo TOMADOR, a SEGURADORA sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do SEGURADO contra o TOMADOR, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do SEGURADO que diminua ou extinga, em prejuízo da SEGURADORA, os direitos a que se refere este item.

11. Perda de Direitos:

O SEGURADO perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do TOMADOR decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do SEGURADO;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre SEGURADO e TOMADOR, sem prévia anuência da SEGURADORA;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo SEGURADO, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O SEGURADO não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o SEGURADO ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do TOMADOR ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o SEGURADO agravar intencionalmente o risco;

12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo SEGURADO ou beneficiário, a SEGURADORA responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo SEGURADO ou devolução da apólice;

II – quando o SEGURADO e a SEGURADORA assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao SEGURADO atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei n.º 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1, pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei n.º 8.666/93.

15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do SEGURADO ou da SEGURADORA e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade SEGURADORA, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do SEGURADO, a sociedade SEGURADORA reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com o seguinte quadro de prazo curto:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias | % do Prêmio | Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias | % do Prêmio |
| 15/365 | 13 | 195/365 | 73 |
| 30/365 | 20 | 210/365 | 75 |
| 45/365 | 27 | 225/365 | 78 |
| 60/365 | 30 | 240/365 | 80 |
| 75/365 | 37 | 255/365 | 83 |
| 90/365 | 40 | 270/365 | 85 |
| 105/365 | 46 | 285/365 | 88 |
| 120/365 | 50 | 300/365 | 90 |
| 135/365 | 56 | 315/365 | 93 |
| 150/365 | 60 | 330/365 | 95 |
| 165/365 | 66 | 345/365 | 98 |
| 180/365 | 70 | 365/365 | 100 |

15.1.2.1. Para prazos não previstos no quadro constante do subitem 15.1.2, deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo SEGURADO por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta Cláusula, o SEGURADO estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade SEGURADORA por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:

As questões judiciais entre SEGURADORA e SEGURADO serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no *site* da Susep - [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br).

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no *site* www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade SEGURADORA.

**CONDIÇÕES ESPECIAIS**

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo TOMADOR no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

2. Definições:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6° da Lei n° 8.666/93 e do art. 2° da Lei n° 8.987/95:

I – Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do TOMADOR, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. Vigência:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I – coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II – por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1, não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da SEGURADORA ao SEGURADO e ao TOMADOR, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do TOMADOR, este deverá ser imediatamente notificado pelo SEGURADO, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a SEGURADORA, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo SEGURADO à SEGURADORA, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do TOMADOR, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1 das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo TOMADOR, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo SEGURADO e pelo TOMADOR;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do TOMADOR;

c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o SEGURADO e o TOMADOR, relacionados à inadimplência do TOMADOR;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a SEGURADORA tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1 e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do TOMADOR em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a SEGURADORA emitir o relatório final de regulação;

5. Ratificação:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

**CONDIÇÕES PARTICULARES**

1. Fica entendido que este Seguro Garantia garante o fiel cumprimento das obrigações do Programa Exploratório Mínimo (PEM) assumidas no CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO para atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, conforme Lei n.º 12.351/10.
2. A garantia desta apólice tem efeito pelo período estabelecido na apólice, com término previsto para 180 (cento e oitenta) dias após o final da Fase de Exploração, objeto desta apólice ou na data de término da vigência definida nesta apólice. Este período somente pode ser alterado mediante a aprovação pela ANP da extensão ou suspensão do cronograma da Fase de Exploração, previstas no CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO.
3. Aplica-se a esta apólice o item 14.2 das Condições Gerais, com os seguintes complementos: a comprovação do integral cumprimento do PEM, definido no ANEXO II – Programa Exploratório Mínimo do CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO, se dará por meio de envio de comunicado consoante o Documento IV (Modelo de Comprovante de Conclusão).
4. Em complemento à Cláusula 11, item VI, das Condições Gerais, entende-se que não compete à ANP manter a SEGURADORA informada sobre eventuais alterações nas condições técnicas e econômicas do TOMADOR. Tais informações devem ser obtidas diretamente pela SEGURADORA perante o TOMADOR ou mediante consulta aos processos administrativos da ANP, desde que não haja sigilo legal ou que o TOMADOR abra mão de tal sigilo.

5. Em complemento à Cláusula 7.4 das Condições Gerais, presumem-se válidas as decisões administrativas tomadas no curso de devido processo administrativo, salvo se suspensas ou anuladas pela instância administrativa ou judicial competente.

6. Em complemento à Cláusula 9 das Condições Gerais, o valor garantido por esta apólice será corrigido pelo IGP-DI nos termos do CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO.

6.1. [O valor nominal desta garantia será atualizado automaticamente pela variação do IGP-DI, desde a data de sua emissão até a data do efetivo pagamento, em quaisquer das hipóteses de execução desta garantia previstas no contrato de Partilha de Produção]. (SUGESTÃO DE CLÁUSULA CASO A CONTRATADA OPTE PELA FORMA DE ATUALIZAÇÃO AUTOMÁTICA, PREVISTA NA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO)

7. A presente apólice não assegura riscos originários de outras modalidades do Seguro Garantia, não assegura as obrigações quanto ao pagamento de tributos, obrigações trabalhistas de qualquer natureza, de seguridade social, indenizações a terceiros, bem como não assegura riscos cobertos por outros ramos de seguro.

8. Declara-se, ainda, que não estão cobertos danos e/ou perdas causadas direta ou indiretamente por ato terrorista independentemente do seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pelas autoridades competentes.

9. O valor desta apólice poderá ser reduzido, conforme previsto no CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO, mediante respectivamente: (i) a emissão de Endosso de Redução de Importância Segurada, emitido pela SEGURADORA, após apresentação de *Comprovante de Redução*, consoante Documento II (Modelo de Comprovante de Redução), firmado pelo SEGURADO; e (ii) a aprovação pela ANP de Cessão de Direitos e Obrigações do CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO.

10. Fica entendido e acordado que quaisquer atualizações no valor da Importância Segurada deverão ser solicitadas por escrito pelo SEGURADO ao TOMADOR, o qual providenciará junto à SEGURADORA as atualizações por meio de Endosso de Reforço de Caução, com a respectiva cobrança de prêmio.

11. As atualizações referidas na Cláusula 10 poderão ser solicitadas pelo SEGURADO quando ocorrerem mudanças conjunturais, incluindo, mas não limitado a variações cambiais e inflacionárias, que modifiquem os custos esperados para o cumprimento do Programa Exploratório Mínimo garantido por esta apólice.

12. Ao constatar a inadimplência do TOMADOR, o SEGURADO deverá comunicar à SEGURADORA por meio do envio de comunicado consoante Documento III (Modelo de Comunicado de Inadimplência e Solicitação de Indenização) bem como cópia do processo administrativo com decisão determinando a execução da garantia.

12.1. Os valores das atividades do Programa Exploratório Mínimo (PEM) não executadas estão definidos no CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO.

13. Esta apólice de seguro tem a cobertura de resseguro por [inserir a denominação social da resseguradora], concedida através do Processo n.º [inserir o número do processo].

14. Em complemento às Cláusulas 16 e 18 das Condições Gerais, não se aplica arbitragem e o foro competente é o do Escritório Central da ANP, ou seja, a Justiça Federal do Rio de Janeiro.

15. Em complemento à Cláusula 4 das Condições Especiais, fica esclarecido que pela sistemática do CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO, a inadimplência é caracterizada pelo encerramento da Fase de Exploração sem cumprimento do Programa Exploratório Mínimo. Não é possível a concessão de novo prazo para execução do Programa Exploratório Mínimo após o término da Fase de Exploração.

16. Em complemento à Cláusula 2 das Condições Especiais, pela natureza peculiar do CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO da Lei n.º 12.351/10, considera-se Prejuízo Indenizável o valor dos compromissos de exploração assumidos pelo TOMADOR e não cumpridos até o final da Fase de Exploração. Será também considerado Prejuízo Indenizável o acréscimo determinado por atualizações da Importância Segurada realizadas na forma destas Condições Particulares, bem como eventuais multas relacionadas com o descumprimento dos compromissos com o Programa Exploratório Mínimo. O valor dos prejuízos indenizáveis pela presente apólice fica estabelecido como sendo o valor das Unidades de Trabalho compromissadas e não cumpridas, conforme a sistemática definida pela ANP para cálculo da Importância Segurada, acrescido de eventuais multas relacionadas com o descumprimento.

17. A declaração da ANP sobre o descumprimento contratual em sede de processo administrativo submetido ao contraditório e ampla defesa tem eficácia imediata e configura causa suficiente para a execução da garantia oferecida. Eventual suspensão da execução depende de decisão da própria ANP, nos termos da alínea "m" do parágrafo 35.5 do Contrato de Partilha de Produção, ou de decisão arbitral ou judicial em vigor. Em qualquer caso, tal suspensão não impede a comunicação do sinistro pela ANP à seguradora dentro do prazo, e sua efetiva execução quando encerrada a suspensão sem reversão da decisão administrativa, ainda que após o prazo original da garantia.

18. Notificações

Todas as notificações, exigências, instruções, desistências ou outras informações a serem prestadas relativamente a este Seguro Garantia devem ser redigidas em português e entregues por mensageiro pessoal ou courier, mediante recibo, ou correspondência com aviso de recebimento e encaminhadas para os seguintes endereços:

1. Se para a SEGURADORA:

*[inserir a denominação social da seguradora]*

*[inserir o endereço da seguradora]*

*[inserir o CEP]*

*[inserir o nome da cidade]*

Email:

Fax:

1. Se para o SEGURADO:

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Superintendência de Exploração – SEP

Av. Rio Branco, 65 – 19º andar – Centro

CEP 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Email:

Fax (21) 2112-8129 e (21) 2112-8139

1. Se para o TOMADOR:

*[inserir a denominação social da tomadora]*

*[inserir o endereço da tomadora]*

*[inserir o CEP]*

*[inserir o nome da cidade]*

Email:

*[inserir o local (cidade) de assinatura]*, *[inserir o dia]* de *[inserir o mês]* de *[inserir o ano]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_(ASSINATURA)\_\_\_ \_ \_\_\_\_

(*[inserir o nome da sociedade empresária seguradora]*)

**Documento II**

**Modelo de Comprovante de Redução**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**COMPROVANTE DE REDUÇÃO**

O presente refere-se ao Seguro Garantia apólice n.º *[inserir o número da apólice]*, datada de *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*, emitida por *[inserir o nome do Emitente]* em favor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O abaixo assinado, devidamente autorizado a firmar este comprovante em nome da ANP, certifica pelo presente que:

1. A quantia em reais (R$), especificada abaixo (a), corresponde à quantia alocável no Valor Nominal das Garantias aos trabalhos realizados pelas Contratadas relativamente ao Programa Exploratório Mínimo (PEM) até a data deste comprovante; e

(ii) O Valor Nominal da apólice será reduzido para um valor igual ao Valor Nominal Remanescente, especificado abaixo (b), efetivo a partir da data deste comprovante.

(a) Quantia em reais (R$) alocável para trabalhos no Programa Exploratório Mínimo:

R$ *[inserir o Valor Nominal]*

(b) Valor Nominal Remanescente:

R$ *[inserir o Valor Nominal]*

Este comprovante foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

**Documento III**

**Modelo de Comunicado de Inadimplência e Solicitação de Indenização**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**COMUNICADO DE INADIMPLÊNCIA E SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO**

Apólice n.º *[inserir o número da apólice]*

Rio de Janeiro -RJ

Data do Saque: (*[inserir a data da ordem de pagamento, no formato dia/mês/ano])*

À vista

O abaixo assinado, devidamente autorizado a firmar este comprovante em nome da ANP, certifica pelo presente que: (i) o Contrato terminou sem o cumprimento do Programa Exploratório Mínimo (PEM); ou (ii) o Programa Exploratório Mínimo (PEM) não foi cumprido pelas Contratadas a partir de *[inserir a data inicial de descumprimento de obrigações, no formato dia/mês/ano]*.

Solicito pagar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) o valor de R$ *[inserir o Valor]* (*[inserir o valor por extenso]* reais).

Saque conforme apólice n.º *[inserir o número da apólice]* emitida por *[inserir a denominação social da Seguradora]*.

Este documento foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*.

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome]*

Cargo: *[inserir o cargo]*

Para: *[inserir o nome da sociedade empresária seguradora]*

*[inserir o endereço da sociedade empresária seguradora]*

**Documento IV**

**Modelo de Comprovante de Conclusão**

[Modelo a ser preenchido pela ANP – NÃO PREENCHER.]

**COMPROVANTE DE CONCLUSÃO**

O presente refere-se ao Seguro Garantia apólice n.º *[inserir o número da apólice]*, datada de *[inserir a data de emissão da apólice, no formato dia/mês/ano]*, emitida por *[inserir a denominação social da seguradora]* em favor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O abaixo assinado, devidamente autorizado a firmar este comprovante em nome da ANP, certifica pelo presente que:

(i) O Programa Exploratório Mínimo (PEM) foi integralmente concluído pelas Contratadas; e

(ii) Encerraram-se as obrigações da Contratada que se encontravam garantidas pela apólice citada acima.

Este comprovante foi firmado pelo abaixo assinado em nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Nome: *[inserir o nome do responsável pela emissão]*

Cargo: *[inserir o cargo do responsável pela emissão]*

ANEXO XXIV – MODELO DE CONTRATO DE PENHOR

## PARTE 1 – MODELO DE CONTRATO DE PENHOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL (BOE) E OUTRAS AVENÇAS

[inserir a denominação social da licitante], legalmente representada por seu(s) sócio(s) [inserir o(s) nome(s) do(s) sócio(s)], inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [inserir o número de inscrição no CNPJ], com endereço na [inserir o endereço completo] (denominada DEVEDORA PIGNORATÍCIA ou [inserir a denominação social da licitante]).

E

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), autarquia especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada pela Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, com sede na SGAN Quadra 603, Módulo I, 3º andar, na cidade de Brasília, Distrito Federal e Escritório Central situado à Avenida Rio Branco, nº 65, 12º ao 22º andares, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.313.673/0002-08, devidamente representada por seu Diretor-Geral, Sr. [inserir o nome do Diretor Geral da ANP], conforme art. 11, II, de seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP n.º 69, de 06 de abril de 2011, e no âmbito da competência prevista pelo art. 11, IV, desse mesmo Regimento Interno (denominada CREDORA PIGNORATÍCIA ou ANP).

**Considerando que:**

1. Nos termos dos artigos 15 a 18 da Lei n.º 12.351/10, a [inserir a denominação social da licitante] participou de licitação para outorga de Contratos de Partilha de Produção, tendo sido homologada como vencedora, conforme publicação no Diário Oficial da União de *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*, seção *[inserir o número]*, página(s) [inserir o(s) número(s) da(s) página(s)], dos Blocos denominados [inserir os o(s) código(s)/nome(s) do(s) bloco(s)];
2. Na forma do artigo 26, caput, da Lei n.º 9.478/97, a [inserir a denominação social da licitante] detém a propriedade do Petróleo e do Gás Natural (BOE) extraído do(s) Campo(s) listado(s) no Anexo I;
3. A [inserir a denominação social da licitante] adquiriu direitos de Contratada na Oferta Permanente de Partilha de Produção e que o(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) referente(s) ao(s) respectivo(s) Bloco(s) do Contrato deve(m) ser objeto de garantia, conforme o item 2.5 do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção, cujo somatório para os compromissos referentes ao(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) é da monta de R$ [inserir o valor monetário em números]([inserir o valor monetário por extenso] reais), que será garantido [inserir "em parte" ou "totalmente", conforme o caso] por este instrumento, na quantia de R$ [inserir o valor monetário em números] ([inserir o valor monetário por extenso]reais).

Têm as **PARTES** entre si justo e contratado celebrar o presente Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE), o qual se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E VIGÊNCIA**

* 1. O presente Contrato tem por objeto o penhor do Petróleo e Gás Natural (BOE) extraídos do(s) Campo(s) listado(s) no Anexo I, já em efetiva produção, como forma de garantir o(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) estabelecido(s) no(s) Contrato(s) de Partilha de Produção listado(s) no Anexo II deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE), adquirido(s) por ocasião da Oferta Permanente de Partilha de Produção da ANP, ocorrida em *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*.
  2. O presente instrumento entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará até o cumprimento integral do(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) assegurado(s).

**CLÁUSULA SEGUNDA – FORMALIZAÇÃO DO PENHOR**

2.1 A [inserir a denominação social da licitante], neste ato, dá em primeiro e exclusivo penhor à ANP, em conformidade com os artigos 1.431 a 1.435 e 1.447 a 1.450 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), para o fim de garantir [inserir "parcialmente" ou "totalmente", conforme o caso]as obrigações assumidas no(s) Contrato(s) de Partilha de Produção listado(s) no Anexo II, relativamente ao(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) nele(s) contido(s), o Petróleo extraído do(s) campo(s), a partir do Ponto de Medição, conforme definido no(s) referido(s) Contrato(s) de Concessão ou Partilha de Produção, do(s) Campo(s) em Fase de Produção listado(s) no Anexo I deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE), em quantidade equivalente a/ao [inserir "parte" ou "total", conforme o caso] do valor comprometido no(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) conforme listado(s) no Anexo II do presente Contrato.

2.2 A [inserir a denominação social da licitante] confirmará, por meio de Boletins Mensais de Medição e do Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE), a Produção de Petróleo e Gás Natural (BOE) dos campos mencionados no Anexo I, de maneira a manter sempre empenhada quantidade necessária à satisfação integral das obrigações assumidas no presente Contrato em relação ao(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s), no montante definido na Cláusula 9.1.

2.3 A [inserir a denominação social da licitante] compromete-se a monitorar o Valor Total Empenhado nos termos da Cláusula 3.4 e apresentar reforço de garantia sempre que houver diferença negativa entre a garantia efetiva e a garantia requerida, ou sempre que solicitado pela ANP.

**CLÁUSULA TERCEIRA – FÓRMULA DE CÁLCULO DO PENHOR EM ÓLEO DO ANEXO I**

3.1 O valor total do penhor em Petróleo para cada ano seguirá a seguinte fórmula de cálculo:

***Valor Total Empenhado*** *= ∑c (Produção x α*c x PBrent x Taxa de Câmbio x T*)*

Onde:

∑ *c* = somatório dos valores para cada campo ofertado em garantia;

Produção = total da produção diária prevista do campo empenhado, considerando o percentual da concessão ou outorga que é de propriedade da [inserir a denominação social da licitante];

αc = multiplicador que representa o diferencial de qualidade entre o petróleo tipo Brent e o petróleo da corrente do campo ofertado em garantia, calculado pela ANP para fins de pagamento de participações governamentais conforme memória de cálculo dos preços mínimos do petróleo;

PBrent = Preço de Referência, em US$/bbl, correspondente ao valor médio mensal dos preços diários do petróleo Brent, cotados na PLATT’S CRUDE OIL MARKETWIRE, em dólares americanos por barril, para o mês imediatamente anterior ao encaminhamento da minuta de contrato à ANP;

Taxa de Câmbio = Taxa de Câmbio oficial fornecida pelo Banco Central do Brasil (PTAX compra), do fechamento do dia útil imediatamente anterior ao dia de encaminhamento da minuta de contrato à ANP;

T = prazo máximo, em dias, de execução contratual, conforme Cláusula 4.2.

3.2 A ANP adotará revisão periódica do valor total do penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE) ofertado como garantia, na forma prevista neste Contrato e na Legislação Aplicável.

3.3 Para fins da revisão periódica de que trata a Cláusula 3.2, serão adotados os seguintes parâmetros:

(a)VALOR TOTAL EMPENHADO: valor total do penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE) para cada ano, conforme determinado na Cláusula 3.1. Deve, no momento da assinatura do Contrato, ser maior ou igual à Garantia Requerida.

(b)GARANTIA REQUERIDA: valor mínimo que a Contratada deve empenhar à ANP para garantir a liquidação das obrigações decorrentes do equivalente a \_\_\_\_% do PEM dos Blocos listados no Anexo II do presente instrumento, que será corrigido pelo IGP-DI nos termos da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Partilha de Produção.

(c)GARANTIA EFETIVA (GE): valor de mercado da produção efetiva total dos campos empenhados em garantia da liquidação das obrigações decorrentes do PEM, calculado pela seguinte fórmula:

*GE* = QE x αc x PBrent x Taxa de Câmbio x T, onde:

QE = média da produção efetiva do campo no mês anterior ao da aferição;

αc = multiplicador que representa o diferencial de qualidade entre o petróleo tipo Brent e o petróleo da corrente do campo ofertado em garantia, calculado pela ANP para fins de pagamento de participações governamentais conforme memória de cálculo dos preços mínimos do petróleo para fins de pagamento de participações governamentais;

PBrent = Preço de Referência, em US$/bbl, correspondente ao valor médio mensal dos preços diários do petróleo Brent, cotados na PLATT’S CRUDE OIL MARKETWIRE, em dólares americanos por barril, para o mês imediatamente anterior ao da revisão periódica;

Taxa de Câmbio = taxa de câmbio vigente (PTAX compra) no dia útil anterior ao da aferição; e

T = prazo máximo, em dias, de execução contratual, conforme Cláusula 4.2.

(d)CHAMADA DE MARGEM DE GARANTIA: diferença negativa entre a garantia efetiva e a garantia requerida, ou seja, é o valor adicional que o Contratado deve empenhar à ANP a fim de atender ao requerimento de margem, caso a variação dos parâmetros adotados no momento da assinatura do Contrato faça com que a garantia efetiva do penhor seja, no momento da revisão periódica, inferior à garantia requerida.

3.4 Somente serão aceitos para fins de cálculo do Valor Total Empenhado campos cujo valor médio da Receita Operacional Líquida Ajustada à Base de Cálculo, por barril, dos quatro trimestres anteriores ao da data de assinatura do Contrato seja positivo.

3.4.1 Para fins desta Cláusula, será considerada a Receita Operacional Líquida Ajustada à Base de Cálculo apurada conforme disposições e definições previstas para preenchimento do Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE), conforme Decreto n.º 2.705/98, arts. 25 e 26, Portaria ANP n.º 58/2001 e Resolução ANP n.º 12/2014.

**CLÁUSULA QUARTA – TRADIÇÃO E DEPÓSITO**

4.1 Nos termos do art. 1.431, Parágrafo Único, do Código Civil Brasileiro, o Petróleo empenhado continua em poder do devedor, a [inserir a denominação social da licitante], que o deve guardar e conservar, enquanto não iniciada a execução do penhor ou qualquer outra hipótese prevista no artigo 1.436, V do Código Civil Brasileiro. Fica a [inserir a denominação social da licitante] responsável por zelar pela boa manutenção do(s) Campo(s) cuja produção de Petróleo e Gás Natural ora se oferta como garantia, visando à conservação dos níveis de produção que foram apresentados para mensuração do objeto do presente.

4.2 Como depositária de bens fungíveis, a [inserir a denominação social da licitante] obriga-se a entregar quando demandada pela ANP, bens em quantidade e qualidade iguais aos dos bens empenhados, de forma a assegurar a execução da garantia empenhada, no montante constante da Cláusula 9.1, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da ocorrência de inadimplemento, nos termos do(s) Contrato(s) de Partilha de Produção descrito(s) no Anexo II deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE).

**CLÁUSULA QUINTA – REGISTRO**

5.1 Imediatamente após a assinatura do presente Contrato, a [inserir a denominação social da licitante] deverá promover o seu registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição onde estiver(em) localizado(s) o(s) Campo(s) listado(s) no Anexo I deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE), conforme dispõe o artigo 1.448 do Código Civil Brasileiro, averbando-o, se necessário, na Junta Comercial do [inserir o nome do Estado da Federação], ficando a cargo da [inserir a denominação social da licitante] todos os procedimentos e custos.

**CLÁUSULA SEXTA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

6.1 A [inserir a denominação social da licitante] declara e garante à CREDORA PIGNORATÍCIA que:

1. possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar o presente Contrato e cumprir as obrigações nele assumidas, para tanto tendo obtido a autorização de seus [inserir "sócios" ou "acionistas", conforme o caso];
2. o presente Contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da [inserir a denominação social da licitante], podendo contra ela ser executado de acordo com os seus termos;
3. a assinatura do presente Contrato não constitui, nem constituirá, violação de seu [inserir "Estatuto Social" ou "Contrato Social", conforme o caso] ou de quaisquer outros documentos societários, tampouco de outros contratos ou obrigações assumidas perante terceiros;
4. não é necessária a obtenção de quaisquer outros consentimentos, aprovações ou notificações, com relação: (i) à criação e manutenção do penhor sobre os bens dele objeto; (ii) à validade ou exequibilidade do presente Contrato;
5. não há litígio algum, investigação ou processo perante qualquer tribunal judicial ou arbitral, ou ainda instâncias administrativas, que assuma proporções relevantes sobre bens e direitos afetos a este Contrato;
6. é legítima, única e exclusiva proprietária dos bens dados em penhor, nos termos do(s) Contrato(s) de Concessão ou de Partilha de Produção relacionado(s) no Anexo I deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE), os quais se encontram livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus ou gravames;
7. declara que firmou, previamente à assinatura do presente instrumento, Contrato de Venda de Petróleo e/ou Gás Natural (BOE) com [inserir a denominação social da outra pessoa jurídica], e que nele não há nenhuma penalidade estabelecida caso deixe de entregar à compradora a parcela de sua Produção necessária para honrar o compromisso ajustado no presente Contrato (CLÁUSULA APLICÁVEL SOMENTE SE A LICITANTE TIVER CONTRATO PRÉVIO DE VENDA DA PRODUÇÃO COM TERCEIRO);
8. garante que, em caso de execução do presente penhor, a ANP terá garantida a preferência para a apropriação dos frutos decorrentes da venda do Petróleo e Gás Natural (BOE) ora empenhada;
9. abstém-se de instituir qualquer outro gravame sobre os bens ora empenhados, salvo se expressa e previamente aprovado pela ANP;
10. obriga-se a manter, durante a vigência do presente instrumento, Garantia Efetiva suficiente para cobrir sua execução, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, em caso de inadimplemento nos termos dos Contratos de Partilha de Produção descritos no Anexo II deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE);
11. obriga-se, sempre que houver diferença negativa entre a garantia efetiva e a garantia requerida ou sempre que exigido pela ANP, a efetuar o reforço da garantia no valor da Chamada de Margem, conforme previsto na Cláusula 6.2; e
12. obriga-se, durante a vigência deste Contrato de Penhor, a encaminhar à ANP o Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE) referente aos campos constantes do Anexo I, conforme arts. 25 e 26 do Decreto n.º 2.705/1998, Portaria ANP n.º 58/2001 e Resolução ANP n.º 12/2014.

6.2 A ANP declara à DEVEDORA PIGNORATÍCIA que:

1. as liberalidades autorizadas pela ANP, sob nenhuma hipótese, implicam sua renúncia a algum direito assegurado pela legislação, tampouco constituem extinção do penhor ora celebrado nos termos do artigo 1.436 do Código Civil;
2. poderá efetuar o controle do valor total da Garantia Efetiva, na forma da Legislação Aplicável, conforme previsto na Cláusula Terceira;
3. poderá ocorrer Chamada de Margem, sempre que ocorrer diferença negativa entre a Garantia Efetiva e a Garantia Requerida superior a percentual, definido na Legislação Aplicável, do valor da Garantia Requerida constante da Cláusula 9.1;
4. o valor da Chamada de Margem corresponderá à diferença negativa entre a Garantia Efetiva e a Garantia Requerida, calculadas conforme Cláusula Terceira e nos termos da Cláusula 6.2.c.

6.3 Declarações mútuas:

1. declaram as PARTES que o presente Contrato será assinado previamente à assinatura do(s) Contrato(s) de Partilha de Produção descrito(s) no Anexo II deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE), cujo(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) está(ão) aqui garantido(s), a qual dar-se-á até a data de[inserir a data de assinatura do Contrato de Partilha de Produção, no formato dia/mês/ano], conforme previsto no edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção;
2. a ANP consente que a [inserir a denominação social da licitante] permaneça cumprindo o seu Contrato de Venda de Petróleo e Gás Natural (BOE) à [inserir a denominação social da outra pessoa jurídica] para a venda de parte de sua Produção nos campos citados no Anexo I, desde que respeitadas as demais cláusulas e disposições deste Contrato. (CLÁUSULA APLICÁVEL SOMENTE SE A LICITANTE TIVER CONTRATO PRÉVIO DE VENDA DA PRODUÇÃO COM OUTRA PESSOA JURÍDICA).

**CLÁUSULA SÉTIMA – EXECUÇÃO DA GARANTIA**

7.1 No caso da ocorrência de inadimplemento, nos termos dos Contratos de Partilha de Produção descritos no Anexo II deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE), a ANP poderá se valer da garantia empenhada para determinar a sua alienação, no todo ou em parte, para cobrir os valores garantidos correspondentes às obrigações assumidas pela [inserir a denominação social da licitante] no(s) referido(s)Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s), vedada a sua retenção a qualquer outro título, diante da proibição expressa no artigo 1.428 do Código Civil Brasileiro.

7.1.1 Os valores garantidos serão corrigidos pelo IGP-DI nos termos da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Partilha de Produção, e corrigidos pela SELIC a partir da constituição do devedor em mora.

7.2 Para os fins do disposto na subcláusula 7.1, a [inserir a denominação social da licitante], por sua conta e risco, fica desde já devidamente autorizada para, em nome da ANP, praticar todos os atos necessários para promover a venda e transferência a terceiros do Petróleo e Gás Natural (BOE) empenhados, em quantidade suficiente para cobrir o valor correspondente ao inadimplemento havido, e repassar imediatamente à conta a ser designada pela ANP, o valor correspondente, sob pena do início da execução judicial do presente instrumento.

7.2.1 A ANP poderá, alternativamente, solicitar à empresa que entregue o Petróleo e Gás Natural (BOE) empenhados a terceiros, para que estes pratiquem, em nome da ANP, todos os atos necessários para promover a venda e transferência do Petróleo e Gás Natural (BOE) empenhados, em quantidade suficiente para cobrir o valor correspondente ao inadimplemento havido.

7.3 Além dos direitos relacionados na legislação concernente à matéria, e dos dispositivos previstos nas Cláusulas Terceira e Sexta deste Contrato, poderá a ANP exigir o reforço de garantia caso os bens se deteriorem ou pereçam sem culpa da [inserir a denominação social da licitante]; obter o ressarcimento de quaisquer danos que porventura venham a ser incorridos; ter a preferência no recebimento do valor cedido, caso haja a Cessão autorizada dos direitos.

7.4 Caso a ANP tenha que recorrer a meios judiciais para execução da garantia ora constituída e consequente recebimento de seu crédito, ficará a [inserir a denominação social da licitante] obrigada a pagar, além do principal, juros e cominações contratualmente previstas, as custas judiciais, despesas processuais e honorários advocatícios desde já fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da execução.

**CLÁUSULA OITAVA – ADITAMENTOS E NOTIFICAÇÕES**

8.1 Todo e qualquer aditamento às disposições deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE) será válido somente se realizado por escrito e assinado pelas PARTES.

8.2 Qualquer aviso, instrução ou outra comunicação exigidos nos termos deste Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE) serão feitos por escrito e transmitidos, por qualquer meio confiável de recebimento, para os endereços abaixo:

1. Se para a [inserir a denominação social da licitante]

[inserir o endereço da licitante]

CEP [inserir o CEP] –[inserir o nome da cidade] , [inserir a sigla da Unidade da Federação]

Fax ([inserir o número do DDD] ) [inserir o número do telefone]

1. Se para a ANP

Superintendência de Exploração – SEP

Av. Rio Branco, 65 – 19º andar – Centro

CEP 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Fax (21) 2112-8129 e (21) 2112-8139

**CLÁUSULA NONA – TOTAL DA DÍVIDA**

9.1 O total da Garantia Requerida, na data de assinatura do presente Contrato, é de R$ [inserir o valor monetário em números] ([inserir o valor monetário por extenso] reais), e será corrigido pelo IGP-DI nos termos da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Partilha de Produção. Poderá ser reduzida na medida em que forem sendo cumpridos os compromissos relativos ao(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) constante(s) do(s) Contrato(s) de Partilha de Produção da [inserir a denominação social da licitante], relacionados no Anexo II, mediante termo aditivo ao presente Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE) .

9.2 Constatado pela ANP o inadimplemento da [inserir a denominação social da licitante] no(s) Contrato(s) de Partilha de Produção descrito(s) no Anexo II deste Contrato, relativamente ao Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s), a dívida será considerada vencida e a presente Garantia será executada conforme o disposto na Cláusula Sétima deste instrumento.

9.3 A extinção do presente penhor se faz de acordo com o previsto no artigo 1.436 do vigente Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA – FORO E LEI APLICÁVEL**

10.1 As PARTES elegem o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Rio de Janeiro como competente para dirimir toda e qualquer disputa decorrente do presente Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE), renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

10.2 O presente Contrato de Penhor de Petróleo e Gás Natural (BOE) e seus Anexos serão regidos e interpretados de acordo com as leis brasileiras.

10.3 Todas as obrigações contidas no presente instrumento serão cumpridas e respeitadas pelas PARTES e seus sucessores a qualquer título.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as PARTES assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que também o subscrevem.

*Rio de Janeiro, [inserir o dia]de [inserir o mês] de[inserir o ano].*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

[inserir o nome do Representante Legal da licitante]

[inserir a denominação social da licitante]

***\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_***

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA

*Diretor-geral da ANP*

*Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural*

*e Biocombustíveis – ANP*

Testemunhas:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

Identidade:

CPF:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

Identidade:

CPF:

**ANEXO I - Campos em Fase de Produção com Produção de Petróleo Empenhada**

**Quadro 1\* – Campos com Produção de Petróleo Empenhada**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Campo** | **Item** | **20x1** | **20x2** | **20x3** | **20x4** |
| Campo X | Produção (bbl/dia)\* |  |  |  |  |
| Valor do Campo R$ |  |  |  |  |
| Campo Y | Produção (bbl/dia) |  |  |  |  |
| Valor do Campo R$ \* |  |  |  |  |
| Produção Total dos Campos (bbl/dia) | |  |  |  |  |
| Valor Total Empenhado (R$) \*\* | |  |  |  |  |

\* O quadro 1 deve refletir a produção diária prevista correspondente ao período do Programa Exploratório Mínimo a ser empenhado.

***\*\**** Valor Total Empenhado*=* ∑c (Produção x αc x PBrent x Taxa de Câmbio x T), conforme definido na Cláusula Terceira deste Contrato.

**Quadro 2 – Valor Total Empenhado** - **Detalhamento do Cálculo**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Campo** | **Parâmetros** | **Ano** | | | |
| **20x1** | **20x2** | **20x3** | **20x4** |
| Campo X | Produção (bbl/dia) |  |  |  |  |
| αc |  |  |  |  |
| PBrent (US$ /bbl) |  |  |  |  |
| Taxa de Câmbio |  |  |  |  |
| T = Prazo Máximo | 180 | 180 | 180 | 180 |
| Valor Empenhado (R$) |  |  |  |  |
| Campo Y | Produção bbl/dia |  |  |  |  |
| αc |  |  |  |  |
| PBrent (US$ /bbl) |  |  |  |  |
| Taxa de Câmbio |  |  |  |  |
| T = Prazo Máximo | 180 | 180 | 180 | 180 |
| Valor Empenhado (R$) |  |  |  |  |
| **\*\*Valor Total Empenhado (R$)** | |  |  |  |  |

**Quadro 3 – Multiplicador αc - cálculo da média dos últimos 12 meses**

| **Campo** | **Mês**  **(Últimos 12 meses)** | **Preço  Mínimo R$/bbl (A)** | **Brent  (US$/bbl)** | **Taxa de Câmbio**  **US$** | **Preço do  Brent R$/bbl (B)** | **Multiplicador  (C)=(A)/(B)** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Campo 1 | Mês 1 |  |  |  |  |  |
| Campo 1 | Mês 2 |  |  |  |  |  |
| Campo 1 | Mês 3 |  |  |  |  |  |
| Campo 1 | Mês 4 |  |  |  |  |  |
| Campo 1 | Mês 5 |  |  |  |  |  |
| Campo 1 | Mês 6 |  |  |  |  |  |
| Campo 1 | Mês7 |  |  |  |  |  |
| Campo 1 | Mês 8 |  |  |  |  |  |
| Campo 1 | Mês 9 |  |  |  |  |  |
| Campo 1 | Mês 10 |  |  |  |  |  |
| Campo 1 | Mês 11 |  |  |  |  |  |
| Campo 1 | Mês 12 |  |  |  |  |  |
| **Multiplicador αc = Média dos últimos 12 meses** | | | | | |  |
| Campo 2 | Mês 1 |  |  |  |  |  |
| Campo 2 | Mês 2 |  |  |  |  |  |
| Campo 2 | Mês 3 |  |  |  |  |  |
| Campo 2 | Mês 4 |  |  |  |  |  |
| Campo 2 | Mês 5 |  |  |  |  |  |
| Campo 2 | Mês 6 |  |  |  |  |  |
| Campo 2 | Mês7 |  |  |  |  |  |
| Campo 2 | Mês 8 |  |  |  |  |  |
| Campo 2 | Mês 9 |  |  |  |  |  |
| Campo 2 | Mês 10 |  |  |  |  |  |
| Campo 2 | Mês 11 |  |  |  |  |  |
| Campo 2 | Mês 12 |  |  |  |  |  |
| **Multiplicador αc = Média dos últimos 12 meses** | | | | | |  |

Onde:

Preço Brent (US$/bbl): preço médio do Brent em US$ do mês imediatamente anterior ao encaminhamento da minuta de contrato à ANP, conforme cotação publicada na Platts´s Crude Oil Marketwire;

Taxa de Câmbio: taxa de câmbio vigente (PTAX compra) para o mês imediatamente anterior ao encaminhamento da minuta de contrato à ANP, divulgada no sítio do BACEN.

**ANEXO II – Contratos de Partilha de Produção da Oferta Permanente de Licitações de Partilha de Produção Garantidos por este Instrumento**

**Quadro 1 – Contrato(s) de Partilha de Produção Garantido(s) por este Instrumento**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº Contrato(s)** | **Nº Processo(s)** | **Bloco(s)** | **Garantia**  **(R$/UT)** | **PEM (Uts)** | **Garantia**  **Financeira (R$)** | **Fase de Exploração (anos)** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

## PARTE 2 – MODELO DE CONTRATO DE PENHOR DE GÁS NATURAL E OUTRAS AVENÇAS PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO

[inserir a denominação social da licitante], legalmente representada por seu(s) sócio(s) [inserir o(s) nome(s) do(s) sócio(s)], inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [inserir o número de inscrição no CNPJ], com endereço na [inserir o endereço completo] (denominada DEVEDORA PIGNORATÍCIA ou [inserir a denominação social da licitante]).

E

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), autarquia especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada pela Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, com sede na SGAN Quadra 603, Módulo I, 3º andar, na cidade de Brasília, Distrito Federal e Escritório Central situado à Avenida Rio Branco, nº 65, 12º ao 22º andares, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.313.673/0002-08, devidamente representada por seu Diretor-Geral, Sr. [inserir o nome do Diretor Geral da ANP], conforme art. 11, II, de seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP n.º 69, de 06 de abril de 2011, e no âmbito da competência prevista pelo art. 11, IV, desse mesmo Regimento Interno. (denominada CREDORA PIGNORATÍCIA ou ANP).

E, na qualidade de intervenientes anuentes (denominadas INTERVENIENTES ANUENTES):

[inserir a(s) denominação(ões) da(s) pessoa(s) jurídica(s)], legalmente representada na forma de seu Estatuto Social, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [inserir o número de inscrição no CNPJ], com endereço na [inserir o endereço completo] ; e (O CONTRATO DE PENHOR DEVERÁ ESTÁ ASSOCIADO AO GÁS MONETIZÁVEL MEDIANTE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA ENTRE A CONTRATADA E TERCEIROS)

**Considerando que:**

1. Nos termos dos artigos 15 a 18 da Lei n.º 12.351/10, a [inserir a denominação social da licitante] participou de licitação para outorga de Contratos de Partilha de Produção, tendo sido homologada como vencedora, conforme publicação no Diário Oficial da União de *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*, seção *[inserir o número]*, página(s) [inserir o(s) número(s) da(s) página(s)], dos Blocos denominados [inseriros o(s) código(s)/nome(s) do(s) bloco(s)];
2. Na forma do artigo 26, caput, da Lei n.º 9.478/97, a [inserir a denominação social da licitante] detém a propriedade de xxxx% [inserir o percentual por extenso] da concessão ou outorga do(s) Campo(s) listado(s) no Anexo I, dos quais o Gás Natural é extraído;
3. A [inserir a denominação social da licitante] adquiriu direitos de Contratada na Oferta Permanente de Partilha de Produção e que o(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) referente(s) ao(s) respectivo(s) Bloco(s) do Contrato deve(m) ser objeto de garantia, conforme o item 2.5 do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção, cujo somatório para os compromissos referentes ao(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) é da monta de R$ [inserir o valor monetário em números]([inserir o valor monetário por extenso] reais), que será garantido [inserir "em parte" ou "totalmente", conforme o caso] por este instrumento, na quantia de R$ [inserir o valor monetário em números] ([inserir o valor monetário por extenso]reais);
4. A [inserir a denominação social da licitante] e a(s) INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S) têm em vigor contratos de compra e venda de gás natural proveniente do(s) Campo(s) listado(s) no Anexo I, por meio dos quais a [inserir a denominação social da licitante] tem contratado o fornecimento de gás natural para as INTERVENIENTES ANUENTES, as quais se obrigam a contratar volume mínimo de gás natural;
5. A [inserir a denominação social da licitante] deseja empenhar, em favor da ANP, o gás natural do(s) Campo(s) listado(s) no Anexo I com o objetivo de garantir o(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) referente(s) à(s) Área(s) do(s) Contrato(s) de Partilha de Produção listado(s) no Anexo II deste Contrato de Penhor de Gás Natural.

Têm as **PARTES** entre si justo e contratado celebrar o presente Contrato de Penhor de Gás Natural, o qual se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E VIGÊNCIA**

* 1. O presente Contrato tem por objeto o penhor do Gás Natural extraídos do(s) Campo(s) listado(s) no Anexo I, já em efetiva produção, como forma de garantir o(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) estabelecido(s) no(s) Contrato(s) de Partilha de Produção listado(s) no Anexo II deste Contrato de Penhor de Gás Natural, adquirido(s) por ocasião da Oferta Permanente de Partilha de Produção da ANP, ocorrida em *[inserir a data, no formato dia/mês/ano]*.
  2. O presente instrumento entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará até o cumprimento integral do(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) assegurados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – FORMALIZAÇÃO DO PENHOR**

* 1. A [inserir a denominação social da licitante], neste ato, dá em primeiro e exclusivo penhor à ANP, em conformidade com os artigos 1.431 a 1.435 e 1.447 a 1.450 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), para o fim de garantir [inserir "parcialmente" ou "totalmente", conforme o caso] as obrigações assumidas no(s) Contrato(s) de Partilha de Produção listado(s) no Anexo II, relativamente ao(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) nele(s) contido(s), o Gás Natural extraídos do(s) campo(s), a partir do Ponto de Medição, conforme definido no(s) referido(s) Contrato(s) de Concessão ou de Partilha de Produção do(s) Campo(s) em Fase de Produção listado(s) no Anexo I deste Contrato de Penhor de Gás Natural, em quantidade equivalente a/ao [inserir "parte" ou "total", conforme o caso] do valor comprometido no(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) conforme listado(s) no Anexo II do presente Contrato.
  2. A [inserir a denominação social da licitante] confirmará, por meio de Boletins Mensais de Medição e do Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE), a Produção de Gás Natural dos campos mencionados no Anexo I, de maneira a manter sempre empenhada quantidade necessária à satisfação integral das obrigações assumidas no presente Contrato em relação ao(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s), no montante definido na Cláusula 9.1.
  3. A [inserir a denominação social da licitante] compromete-se a monitorar o Valor Total Empenhado nos termos da Cláusula 3.3 e apresentar reforço de garantia sempre que houver diferença negativa entre a garantia efetiva e a garantia requerida, ou sempre que solicitado pela ANP.

**CLÁUSULA TERCEIRA – FÓRMULA DE CÁLCULO DO PENHOR EM GÁS NATURAL DO ANEXO I**

3.1 O valor total do penhor em Gás Natural para cada ano seguirá a seguinte fórmula de cálculo:

***Valor Total Empenhado*** *= ∑c* (Produção x PRGN x T)

Onde:

∑c = somatório dos valores para cada campo ofertado em garantia;

Produção = total da produção diária prevista do campo empenhado, considerando o percentual da concessão ou outorga que é de propriedade da [inserir a denominação social da licitante];

PRGN = Preço de Referência do Gás Natural para o campo empenhado, em R$/m3, divulgado pela ANP no mês anterior ao da aferição;

T = prazo máximo, em dias, de execução contratual, conforme Cláusula 4.2.

3.2 A ANP adotará revisão periódica do valor total do penhor em Gás Natural ofertado como garantia, na forma prevista neste Contrato e na Legislação Aplicável.

3.3 Para fins da revisão periódica de que trata a Cláusula 3.2, serão adotados os seguintes parâmetros:

1. Valor Total Empenhado: valor total do penhor em Gás Natural para cada ano, conforme determinado na Cláusula 3.1. Deve, no momento da assinatura do Contrato, ser maior ou igual à Garantia Requerida.
2. Garantia Requerida: é o valor mínimo que a Contratada deve empenhar à ANP para garantir a liquidação das obrigações decorrentes do equivalente a \_\_\_\_% do PEM dos Blocos listados no Anexo II do presente instrumento, que será corrigido pelo IGP-DI nos termos da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Partilha de Produção.
3. Garantia Efetiva(GE): é o valor de mercado da produção efetiva total dos campos empenhados em garantia da liquidação das obrigações decorrentes do PEM, calculado pela seguinte fórmula:

*GE* = QE x Tx PRGN

Onde:

QE = média da produção efetiva do campo no mês anterior ao da aferição;

T = prazo máximo, em dias, de execução contratual, conforme Cláusula 4.2;

PRGN = Preço de Referência do Gás Natural para o campo empenhado, em R$/m3, divulgado pela ANP no mês anterior ao da aferição.

1. Chamada de Margem de Garantia: é a diferença negativa entre a garantia efetiva e a garantia requerida, ou seja, é o valor adicional que a contratada deve empenhar à ANP a fim de atender ao requerimento de margem, caso a variação dos parâmetros adotados no momento da assinatura do Contrato faça com que a garantia efetiva do penhor seja, no momento da revisão periódica, inferior à garantia requerida.

3.4 Somente serão aceitos para fins de cálculo do Valor Total Empenhado campos cujo valor médio da Receita Operacional Líquida Ajustada à Base de Cálculo, por m3, dos quatro trimestres anteriores ao da data de assinatura do Contrato seja positivo.

3.4.1 Para fins desta Cláusula, será considerada a Receita Operacional Líquida Ajustada à Base de Cálculo apurada conforme disposições e definições previstas para preenchimento do Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE), conforme Decreto n.º 2705/98, arts. 25 e 26, Portaria ANP n.º 58/2001 e Resolução ANP n.º 12/2014.

3.5 O Contrato de Penhor de Gás Natural a ser celebrado entre a ANP e a Contratada deverá está associado ao gás monetizável mediante Contratos de Compra e Venda entre a contratada e terceiros, dessa forma o valor da produção deverá levar em consideração volume diário assegurado pelas cláusulas “take or pay” dos contratos de compra e venda.

**CLÁUSULA QUARTA – TRADIÇÃO E DEPÓSITO**

4.1 Nos termos do art. 1.431, Parágrafo Único, do Código Civil Brasileiro, o Gás Natural empenhado continua em poder do devedor, a [inserir a denominação social da licitante], que o deve guardar e conservar, enquanto não iniciada a execução do penhor ou qualquer outra hipótese prevista no artigo 1.436, V do Código Civil Brasileiro. Fica a [inserir a denominação social da licitante] responsável por zelar pela boa manutenção do(s) Campo(s) cuja Produção de Gás Natural ora se oferta como garantia, visando a conservação dos níveis de produção que foram apresentados para mensuração do objeto do presente.

4.2 Como depositária de bens fungíveis, a [inserir a denominação social da licitante] obriga-se a entregar quando demandada pela ANP, bens em quantidade e qualidade iguais aos dos bens empenhados, de forma a assegurar a execução da garantia empenhada, no montante constante da Cláusula 9.1, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da ocorrência de inadimplemento, nos termos do(s) Contrato(s) de Partilha de Produção descrito(s) no Anexo II deste Contrato de Penhor de Gás Natural.

**CLÁUSULA QUINTA – REGISTRO**

5.1 Imediatamente após a assinatura do presente Contrato, a [inserir a denominação social da licitante] deverá promover o seu registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição onde estiver(em) localizado(s) o(s) Campo(s) listado(s) no Anexo I deste Contrato de Penhor de Gás Natural, conforme dispõe o artigo 1.448 do Código Civil Brasileiro, averbando-o, se necessário, na Junta Comercial do [inserir o nome do Estado da Federação], ficando a cargo da [inserir a denominação social da licitante] todos os procedimentos e custos.

**CLÁUSULA SEXTA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

* 1. A [inserir a denominação social da licitante] declara e garante à CREDORA PIGNORATÍCIA que:

1. possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar o presente Contrato e cumprir as obrigações nele assumidas, para tanto tendo obtido a autorização de seus [inserir "sócios" ou "acionistas", conforme o caso];
2. o presente Contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da [inserir a denominação social da licitante], podendo contra ela ser executado de acordo com os seus termos;
3. a assinatura do presente Contrato não constitui, nem constituirá, violação de seu [inserir "Estatuto Social" ou "Contrato Social", conforme o caso] ou de quaisquer outros documentos societários, tampouco de outros contratos ou obrigações assumidas perante terceiros;
4. não é necessária a obtenção de quaisquer outros consentimentos, aprovações ou notificações, com relação: (i) à criação e manutenção do penhor sobre os bens dele objeto; (ii) à validade ou exequibilidade do presente Contrato;
5. não há litígio algum, investigação ou processo perante qualquer tribunal judicial ou arbitral, ou ainda instâncias administrativas, que assuma proporções relevantes sobre bens e direitos afetos a este Contrato;
6. é legítima, única e exclusiva proprietária dos bens dados em penhor, nos termos do(s) Contrato(s) de Concessão ou de Partilha de Produção relacionado(s) no Anexo I deste Contrato de Penhor de Gás Natural, os quais se encontram livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus ou gravames;
7. declara que firmou, previamente à assinatura do presente instrumento, Contrato de Venda de Gás Natural com as INTERVENIENTES ANUENTES, e que estas estão cientes e de acordo com o compromisso ajustado no presente Contrato;
8. garante que, em caso de execução do presente penhor, a ANP terá garantida a preferência para a apropriação dos frutos decorrentes da venda do Gás Natural ora empenhado;
9. abstém-se de instituir qualquer outro gravame sobre os bens ora empenhados, salvo se expressa e previamente aprovado pela ANP;
10. obriga-se a manter, durante a vigência do presente instrumento, Garantia Efetiva suficiente para cobrir sua execução, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, em caso de inadimplemento nos termos dos Contratos de Partilha de Produção descritos no Anexo II deste Contrato de Penhor de Gás Natural;
11. obriga-se, sempre que houver diferença negativa entre a Garantia Efetiva e a Garantia Requerida, ou sempre que exigido pela ANP, a efetuar o reforço da garantia no valor da Chamada de Margem, conforme previsto na Cláusula 6.2; e
12. obriga-se, durante a vigência deste Contrato de Penhor de Gás Natural, a encaminhar à ANP o Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE) referente ao(s) campo(s) constante(s) do Anexo I, conforme arts. 25 e 26 do Decreto n.º 2.705/1998, Portaria ANP n.º 58/2001 e Resolução ANP n.º 12/2014.
    1. A ANP declara à DEVEDORA PIGNORATÍCIA que:
13. as liberalidades autorizadas pela ANP, sob nenhuma hipótese, implicam sua renúncia a algum direito assegurado pela legislação, tampouco constituem extinção do penhor ora celebrado nos termos do artigo 1.436 do Código Civil;
14. poderá efetuar o controle do valor total da Garantia Efetiva, na forma da Legislação Aplicável, conforme previsto na Cláusula Terceira;
15. poderá ocorrer Chamada de Margem, sempre que ocorrer diferença negativa entre a Garantia Efetiva e a Garantia Requerida superior a percentual, definido na Legislação Aplicável, do valor da Garantia Requerida constante da Cláusula 9.1;
16. o valor da Chamada de Margem corresponderá à diferença negativa entre a Garantia Efetiva e a Garantia Requerida, calculadas conforme Cláusula Terceira e nos termos da Cláusula 6.2.c.
    1. Declarações mútuas:
17. declaram as PARTES que o presente Contrato será assinado previamente à assinatura do(s) Contrato(s) de Partilha de Produção descrito(s) no Anexo II deste Contrato de Penhor de Gás Natural, cujo(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) está(ão) aqui garantido(s), a qual dar-se-á até a data de[inserir a data de assinatura do Contrato de Partilha de Produção, no formato dia/mês/ano], conforme previsto no edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção;
18. a ANP consente que a [inserir a denominação social da licitante] permaneça cumprindo o seu Contrato de Venda de Gás Natural às INTERVENIENTES ANUENTES para a venda de parte de sua Produção no(s) campo(s) citado(s) no Anexo I, desde que respeitadas as demais cláusulas e disposições deste Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – EXECUÇÃO DA GARANTIA**

* 1. No caso da ocorrência de inadimplemento, nos termos do(s) Contrato(s) de Partilha de Produção descrito(s) no Anexo II deste Contrato de Penhor de Gás Natural, a ANP poderá se valer da garantia empenhada para determinar a sua alienação, no todo ou em parte, para cobrir os valores garantidos correspondentes às obrigações assumidas pela [inserir a denominação social da licitante] no(s) referido(s)Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s), vedada a sua retenção a qualquer outro título, diante da proibição expressa no artigo 1.428 do Código Civil Brasileiro.

7.1.1 Os valores garantidos serão corrigidos pelo IGP-DI nos termos da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Partilha de Produção, e corrigidos pela SELIC a partir da constituição do devedor em mora.

* 1. Na hipótese de execução do presente Contrato, as INTERVENIENTES ANUENTES declaram estar cientes de que deverão pagar diretamente à ANP o valor correspondente à parcela do gás natural empenhado, informado por meio de correspondência da ANP, independente de prévia autorização da [inserir a denominação social da licitante].

7.2.1. A ANP, nessa hipótese, interpelará os INTERVENINENTES ANUENTES a fim de que cumpram a obrigação decorrente desta Cláusula, indicando o volume da produção a ser considerada e o número da conta para a qual deverá ser feita a transferência para quitação da obrigação, com o que os INTERVENIENTES ANUENTES concordam expressamente.

* 1. Caso, no momento da execução deste Contrato, as INTERVENIENTES ANUENTES não tenham adquirido ou não venham a adquirir no período contratualmente previsto o volume mínimo de gás natural pactuado nos contratos de compra e venda de gás natural extraído do(s) Campo(s) listado(s) no Anexo I, a [inserir a denominação social da licitante] anui, expressa e irrevogavelmente, que as INTERVENIENTES ANUENTES paguem os valores relativos ao compromisso de aquisição dos volumes mínimos contratualmente previstos (cláusulas “take or pay”) diretamente à ANP.

7.3.1 A [inserir a denominação social da licitante] isenta as INTERVENIENTES ANUENTES de qualquer penalidade na ocorrência da hipótese prevista na Cláusula 7.3 acima, o que não será caracterizado como inadimplemento dos contratos de compra e venda de gás natural extraído do(s) Campo(s) listado(s) no Anexo I.

7.3.2. A ANP, nessa hipótese, interpelará os INTERVENINENTES ANUENTES a fim de que cumpram a obrigação decorrente das cláusulas “take or pay” dos contratos de compra e venda de gás natural extraído do(s) Campo(s) listado(s) no Anexo I, indicando a conta e os demais dados necessários para a quitação da obrigação, com o que os INTERVENIENTES ANUENTES concordam expressamente.

* 1. A [inserir a denominação social da licitante] obriga-se a notificar a ANP acerca de qualquer aditamento aos contratos de compra e venda de gás natural extraído do(s) Campo(s) listado(s) no Anexo I, ficando ainda consignado, sob pena de rescisão do presente Contrato, que qualquer modificação nas cláusulas “take or pay” de tais contratos deve ser previamente aprovada pela ANP, mediante anuência prévia por escrito, com o que as INTERVENIENTES ANUENTES acordam expressamente.
  2. Além dos direitos relacionados na legislação concernente à matéria, e dos dispositivos previstos nas Cláusulas Terceira e Sexta deste Contrato, poderá a ANP exigir o reforço de garantia caso os bens se deteriorem ou pereçam sem culpa da [inserir a denominação social da licitante]; obter o ressarcimento de quaisquer danos que porventura venham a ser incorridos; ter a preferência no recebimento do valor cedido, caso haja a Cessão autorizada dos direitos.
  3. Caso a ANP tenha que recorrer a meios judiciais para execução da garantia ora constituída e consequente recebimento de seu crédito, ficará a [inserir a denominação social da licitante] obrigada a pagar, além do principal, juros e cominações contratualmente previstas, as custas judiciais, despesas processuais e honorários advocatícios desde já fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da execução.

**CLÁUSULA OITAVA – ADITAMENTOS E NOTIFICAÇÕES**

* 1. Todo e qualquer aditamento às disposições deste Contrato de Penhor de Gás Natural será válido somente se realizado por escrito e assinado pelas PARTES.
  2. Qualquer aviso, instrução ou outra comunicação exigidos nos termos deste Contrato de Penhor de Gás Natural serão feitos por escrito e transmitidos, por qualquer meio confiável de recebimento, para os endereços abaixo:

1. Se para a [inserir a denominação social da licitante]

[inserir o endereço da licitante]

CEP [inserir o CEP] –[inserir o nome da cidade] , [inserir a sigla da Unidade da Federação]

Fax ([inserir o número do DDD] ) [inserir o número do telefone]

1. Se para a ANP

Superintendência de Exploração – SEP

Av. Rio Branco, 65 – 19º andar – Centro

CEP 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Fax (21) 2112-8129 e (21) 2112-8139

1. Se para as INTERVENIENTES ANUENTES

[inserir o endereço da pessoa jurídica]

CEP [inserir o CEP] –[inserir o nome da cidade] , [inserir a sigla da Unidade da Federação]

Fax ([inserir o número do DDD] ) [inserir o número do telefone]

**CLÁUSULA NONA – TOTAL DA DÍVIDA**

9.1 O total da Garantia Requerida, na data de assinatura do presente Contrato, é de R$ [inserir o valor monetário em números] ([inserir o valor monetário por extenso] reais), e será corrigido pelo IGP-DI nos termos da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Partilha de Produção. Poderá ser reduzida na medida em que forem sendo cumpridos os compromissos relativos ao(s) Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s) constante(s) do(s) Contrato(s) de Partilha de Produção da [inserir a denominação social da licitante], relacionado(s) no Anexo II, mediante termo aditivo ao presente Contrato de Penhor de Gás Natural.

9.2 Constatado pela ANP o inadimplemento da [inserir a denominação social da licitante] no(s) Contrato(s) de Partilha de Produção descrito(s) no Anexo II deste Contrato, relativamente ao Programa(s) Exploratório(s) Mínimo(s), a dívida será considerada vencida e a presente Garantia será executada conforme o disposto na Cláusula Sétima deste instrumento.

9.3 A extinção do presente penhor se faz de acordo com o previsto no artigo 1.436 do vigente Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA – FORO E LEI APLICÁVEL**

10.1 As PARTES elegem o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Rio de Janeiro como competente para dirimir toda e qualquer disputa decorrente do presente Contrato de Penhor de Gás Natural, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

10.2 O presente Contrato de Penhor de Gás Natural e seus Anexos serão regidos e interpretados de acordo com as leis brasileiras.

10.3 Todas as obrigações contidas no presente instrumento serão cumpridas e respeitadas pelas PARTES e seus sucessores a qualquer título.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as PARTES assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que também o subscrevem.

*Rio de Janeiro, [inserir o dia]de [inserir o mês] de[inserir o ano].*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

***\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_***

[inserir o nome do Representante Legal da licitante

[inserir a denominação social da licitante]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

***\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_***

[inserir o nome do Representante Legal da INTERVENIENTES ANUENTES]

[inserir o nome da pessoa jurídica]

***\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_***

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA

*Diretor-geral da ANP*

*Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural*

*e Biocombustíveis – ANP*

Testemunhas:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

Identidade:

CPF:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome:

Identidade:

CPF:

**ANEXO I - Campos em Fase de Produção com Produção de Gás Natural Empenhada**

**Quadro 1 – Campos com Produção de Gás Natural Empenhada**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Campos** | **Item** | **Ano** | | | | | | | |
| **20XX** | **20XX** | **20XX** | **20XX** | **20XX** | **20XX** | **20XX** | **20XX** |
| Campo X | Produção (m3/dia) |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Valor do Campo (R$) |  |  |  |  |
| Campo Y | Produção (m3/dia) |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Valor do Campo (R$) |  |  |  |  |
| Produção Total dos Campos (m3/dia) | |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Valor Total Empenhado (R$)\* | |  |  |  |  |  |  |  |  |

***\**** Valor Total Empenhado*=* ∑c (Produção x PRGN x T), conforme definido na Cláusula Terceira deste Contrato.

**Quadro 2 – Valor Total Empenhado - Detalhamento do Cálculo**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Campo** | **Parâmetros** | **Ano** | | | |
| **20x1** | **20x2** | **20x3** | **20x4** |
| Campo X | Produção média (m3/dia) |  |  |  |  |
| Preço de Referência do Gás Natural (PRGN)/m3 ) |  |  |  |  |
| T = Prazo Máximo | 180 | 180 | 180 | 180 |
| **Valor Empenhado (R$)** |  |  |  |  |
| Campo Y | Produção média (m3/dia) |  |  |  |  |
| Preço de Referência do Gás Natural (PRGN)/m3) |  |  |  |  |
| T = Prazo Máximo | 180 | 180 | 180 | 180 |
| **Valor Empenhado (R$)** |  |  |  |  |
| **Valor Total Empenhado (R$) \*\*** | |  |  |  |  |

**ANEXO II – Contratos de Partilha de Produção da Oferta Permanente de Partilha de Produção Garantidos por este Instrumento**

**Quadro 1 – Contrato(s) de Partilha de Produção Garantido(s) por este Instrumento**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº Contrato(s)** | **Nº Processo(s)** | **Bloco(s)** | **PEM** | **Garantia**  **Financeira (R$)** | **Fase de Exploração (anos)** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

ANEXO XXV – DECLARAÇÃO DA CONTRATADa consorciada sobre as garantias financeiras do programa exploratório mínimo

As licitantes [inserir a denominação social das licitantes], representadas por seu(s) representante(s) credenciado(s), sob as penas previstas na legislação aplicável, declaram que têm plena ciência: (i) do edital da Oferta Permanente de Partilha de Produção e seus anexos; (ii) dos parágrafos 20.2 e 20.2.1 do Contrato de Partilha de Produção; e (iii) de que as obrigações do Programa Exploratório Mínimo – PEM são indivisíveis, cabendo a cada Contratado, solidariamente, a obrigação de ressarcimento em caso de seu descumprimento.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) Representante(s) Credenciado(s) da licitante]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) Representante(s) Credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

ANEXO XXVI – MODELO DE GARANTIA DE PERFORMANCE

A presente Garantia de Performance refere-se ao Contrato de Partilha de Produção n.º [inserir o número do Contrato de Partilha de Produção], relativo ao bloco [inserir o nome/sigla do bloco], celebrado entre a União, a ANP, a PPSA e [inserir a denominação social da contratada], GARANTIDA, [inserir o tipo societário, regulado nos arts. 1.039 a 1.092 do Código Civil] constituída de acordo com as leis brasileiras.

Com referência às obrigações decorrentes do Contrato, ou a este relacionadas, assumidas pela GARANTIDA, ou que possam a ela ser impostas, [inserir a denominação social da garantidora], GARANTIDORA, uma [inserir o tipo societário, regulado nos arts. 1.039 a 1.092 do Código Civil] constituída segundo as leis de [inserir país de origem da Garantidora], uma controladora, direta ou indireta, ou matriz da GARANTIDA, concorda integralmente com as disposições abaixo enumeradas:

1. Os termos escritos em letras maiúsculas e aqui não definidos terão seus significados estabelecidos no Contrato.
2. A GARANTIDORA declara à ANP que: (i) está constituída de acordo com as leis de sua jurisdição; (ii) dispõe das autorizações societárias necessárias e de todos os poderes societários e de representação legal para firmar, apresentar e cumprir esta Garantia; (iii) esta Garantia representa as obrigações legais validamente assumidas pela GARANTIDORA e é contra esta executável, de acordo com os seus termos; (iv) não são necessárias aprovações governamentais quanto à execução, apresentação e cumprimento desta Garantia, salvo as que já foram obtidas e ora estão em vigor; e (v) a execução, apresentação e cumprimento desta Garantia pela GARANTIDORA não violarão qualquer dispositivo de lei ou regulamento existentes aos quais este esteja sujeito, bem como qualquer disposição dos documentos societários da GARANTIDORA ou de quaisquer acordos ou contratos dos quais esta faça parte.
3. A GARANTIDORA, pela presente, garante à ANP, em caráter incondicional, como devedora principal, o cumprimento devido e pontual de todas as obrigações da GARANTIDA em razão do Contrato ou com este conexos.
4. Se a GARANTIDA não cumprir, em qualquer aspecto, suas obrigações assumidas no Contrato ou violar, de alguma forma, as disposições dele constantes, a GARANTIDORA compromete-se, mediante notificação oficial, por escrito, a realizar qualquer medida necessária para o fiel cumprimento das obrigações assumidas no mencionado instrumento contratual, assumindo a responsabilidade por quaisquer perdas, prejuízos, reclamações, custos e despesas resultantes de falha nas operações realizadas pela GARANTIDA ou pela violação do Contrato por parte desta. Eventuais iniciativas da ANP para responsabilização direta da GARANTIDA, a qualquer tempo, não invalidam as obrigações da GARANTIDORA constantes da presente Garantia.
5. Esta Garantia é incondicional e terá força e efeito até que todas as obrigações da GARANTIDA no Contrato, ou em conexão com este, estejam total e irrevogavelmente satisfeitas e extintas, não obstante (a) qualquer aditivo ou término do Contrato; (b) qualquer extensão de prazo, outra tolerância, ou concessão feita pela ANP; ou (c) qualquer atraso ou falha por parte da ANP na obtenção de soluções disponíveis contra a pessoa jurídica GARANTIDA.
6. Será permitida a substituição desta Garantia de Performance no caso de cessão da totalidade da participação indivisa nos direitos e obrigações relativos à contratação, desde que a cessionária assuma expressamente a responsabilidade por todos os deveres anteriores e posteriores à sua entrada no Contrato.
7. A ANP não estará obrigada a recorrer a qualquer outra garantia ou iniciar qualquer ação contra, ou com respeito à Garantia, antes de executar seus direitos decorrentes desta Garantia diretamente contra a GARANTIDORA. À GARANTIDORA, ademais, não será permitida a alegação de que a ANP poderia ter evitado ou tolerado, de qualquer maneira, ou através de qualquer ação, os prejuízos resultantes do descumprimento do Contrato pela GARANTIDA, ou de que esta Agência poderia recorrer a qualquer outra garantia existente em qualquer tempo em seu favor, antes de agir contra a GARANTIDORA em conexão com as obrigações desta, consoante esta Garantia. As obrigações da GARANTIDORA nos termos desta Garantia serão independentes e indivisas e esta não terá direito à compensação ou oposição com relação a quaisquer reivindicações que possa ter contra a ANP.
8. Todas as obrigações da GARANTIDORA aqui estabelecidas obrigarão a GARANTIDORA e seus sucessores. A GARANTIDORA não poderá ceder ou delegar seus deveres e obrigações sem o prévio consentimento oficial, por escrito, da ANP, e qualquer alegada Cessão ou delegação, sem tal consentimento, será nula e sem qualquer valor. A GARANTIDORA confirma que esta Garantia será válida com relação a qualquer cessionária que seja Afiliada da GARANTIDA, nos termos deste Contrato. Ocorrendo a mencionada Cessão, a cessionária será considerada como a GARANTIDA para todos os fins da presente, na extensão das obrigações cedidas.
9. Esta Garantia será regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
10. Qualquer descumprimento, demora ou tolerância da ANP em exercer qualquer direito, no todo ou em parte, em razão deste instrumento, não será entendido como renúncia ao exercício do referido direito ou de qualquer outro.
11. Qualquer aditivo ou alteração desta Garantia somente será válido se feito oficialmente e assinado pela GARANTIDORA e pela ANP.
12. Qualquer controvérsia relativa à interpretação desta Garantia será resolvida, em termos exclusivos e definitivos, mediante arbitragem realizada consoante as Regras da Câmara de Comércio Internacional.
13. Os custos e despesas efetivamente incorridos pela ANP em decorrência da execução desta Garantia, inclusive e sem limitação, as custas e os honorários advocatícios serão pagos à vista pela GARANTIDORA, contra a apresentação das faturas.
14. Todas e quaisquer notificações, pedidos, instruções, renúncias ou outras comunicações relativos a esta Garantia, bem como quaisquer consentimentos nesta previstos, serão redigidos em língua portuguesa e só serão considerados válidos após o recebimento, devendo ser entregues pessoalmente ou remetidos por courier, Sedex ou fax, para os endereços abaixo:
15. Se para a GARANTIDORA:

[inserir a denominação social da Garantidora]

[inserir o endereço da Garantidora]

[inserir o CEP]

[inserir o nome da cidade]

1. Se para a ANP:

Na Fase de Exploração

Superintendência de Exploração – SEP

Avenida Rio Branco, 65 – 19º andar

CEP 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Fax (+55 21) 2112-8419

Na Fase de Produção

Superintendência de Desenvolvimento e Produção – SDP

Avenida Rio Branco, 65- 19º andar

CEP 20090-004 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Fax (+55 21) 3797-6399

Os endereços e números de fax acima de quaisquer das Partes poderão ser alterados, por meio de notificação oficial, por escrito, de uma para outra, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis anteriores à data efetiva de mudança.

Esta Garantia será apresentada em [inserir o algarismo correspondente à quantidade de vias] ([inserir a quantidade de vias por extenso]) vias, sendo qualquer uma de tais vias considerada como original.

Esta Garantia foi devidamente assinada pela GARANTIDORA em [inserir o dia] de [inserir o mês] de [inserir o ano], e terá eficácia e entrará em vigor a partir da data de assinatura do Contrato de Partilha de Produção nº [inserir o número do Contrato de Partilha de Produção].

([inserir a denominação social da Garantidora])

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o nome do representante]

Cargo: [inserir o cargo]

ANEXO XXVII – Termo de Compromisso de Adesão ao Acordo de Individualização da Produção

A [inserir a denominação social da licitante], representada por seu(s) representante(s) credenciado(s), declara seu interesse em participar da Oferta Permanente de Partilha da Produção, cujo objeto é a outorga de contratos de partilha de produção para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil e reconhece os procedimentos e as regras para habilitação, para a licitação em geral e para assinatura de contratos de partilha de produção.

Os blocos que contiverem reservatórios que se estendam para áreas que se encontram sob contrato de concessão, contrato de partilha ou área não contratada, conforme o caso, impõe a adoção de procedimento de Individualização da Produção de petróleo e gás natural, nos termos da legislação aplicável, especialmente a Resolução ANP nº 25/2013, a Resolução CNPE nº 08/2016 e a minuta do contrato de partilha de produção anexa a este edital.

A [inserir a denominação social da licitante] declara, ainda, que se compromete, caso venha a apresentar oferta vencedora na sessão pública de apresentação de ofertas de ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção, ou seja afiliada indicada para assinar o respectivo contrato de partilha de produção, a aderir integralmente, para fins de assinatura de tal contrato, aos termos do correspondente Acordo de Individualização da Produção aprovado pela ANP, quando houver.

Este termo será regido e interpretado em consonância com as leis da República Federativa do Brasil e o foro competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[assinatura]

Assinado por: [inserir o(s) nome(s) do(s) representante(s) credenciado(s) da licitante]

Local e data: [inserir local e data]

ANEXO XXviii – TERMO ADITIVO No [•] AO Acordo DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA JAZIDA COMPARTILHADA ENTRE

**CONTRATO DE Nº [inserir IDENTIFICAÇÃO E número do Contrato de Concessão OU PARTILHA OU ÁREA NÃO CONTRATADA]**

[IDENTIFICAR OS CONTRATOS E/OU ÁREAS CUJOS AIPS ESTÃO APROVADOS E VIGENTES E QUE ESTÃO SENDO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO]

Pelo presente instrumento:

como Partes,

[CONSIDERAR COMO PARTES AS SIGNATÁRIAS DO AIP APROVADO E VIGENTE E AS SIGNATÁRIAS DO CONTRATO DE PARTILHA DA PRODUÇÃO QUE INGRESSARÃO NO AIP]

A [inserir razão social do Contratado], sociedade empresária constituída sob as leis do Brasil, com sede na [inserir endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/ME) sob o nº [inserir número de inscrição no CNPJ], neste ato representada por seu [inserir cargo do representante signatário], [inserir nome do representante signatário]; e

A [inserir razão social do Contratado], sociedade empresária constituída sob as leis do Brasil, com sede na [inserir endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/ME) sob o nº [inserir número de inscrição no CNPJ], neste ato representada por seu [inserir cargo do representante signatário], [inserir nome do representante signatário]; e

[inserir as demais PARTES, se houver],

E, ainda, na qualidade de Gestora do Contrato de Partilha da Produção e Interveniente Anuente,

A **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A.** – **PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A.** – **PPSA**, empresa pública na forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pelo Decreto nº 8.063, de 01 de agosto de 2013, com base na autorização legislativa conferida pela Lei nº 12.304, de 02 de agosto de 2010, com sede no SAUS Quadra 04, Edifício Victoria Office Tower, sala 725, Brasília, DF, e Escritório Central na Avenida Rio Branco, nº 1, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/ME) sob o nº 18.738.727/0001-36, neste ato, na qualidade de Gestora do Contrato de Partilha de Produção e representada por seu Diretor Presidente, [inserir nome];

**CONSIDERANDO:**

1. que, na data de [inserir data], foi celebrado entre [inserir nome(s) da(s) Partes do AIP] e [inserir nome(s) da(s) Partes do AIP] o [Acordo] de Individualização da Produção (doravante designado “AIP de [•]”), por ocasião da jazida compartilhada entre [inserir identificação e número do contrato de concessão ou partilha] e [inserir identificação e número do contrato de concessão ou partilha];

[INSERIR O CONSIDERANDO (ii) APENAS NO CASO EM QUE A PPSA FOR PARTE DO AIP],

1. que, na data de [inserir data], foi celebrado entre a União, representada pela PPSA e [inserir nome(s) da(s) Partes do AIP] o [Acordo] de Individualização da Produção (doravante designado “AIP de [•]”), por ocasião da jazida compartilhada entre [inserir identificação e número do contrato de concessão ou partilha] e a área não contratada;
2. que o [AIP] de [•] foi submetido à aprovação da ANP através de carta datada de [•] e foi aprovado pela Resolução de Diretoria da ANP nº [•], datada de [•], tendo o [AIP] de [•] entrado em efetividade no dia [•];
3. que, em [inserir data de assinatura do Contrato de Partilha de Produção], foi celebrado, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, Contrato de Partilha de Produção do bloco de [inserir o nome do bloco] na Bacia de [inserir a identificação da bacia] (doravante designado “Contrato de Partilha de Produção”);
4. que, nos termos da Cláusula Quinta do Anexo X do Contrato de Partilha de Produção, a PPSA não tem participação indivisa nos direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Partilha de Produção; e
5. que, em decorrência da celebração do Contrato de Partilha de Produção e das alterações por ele promovidas nas relações jurídicas decorrentes do [AIP] de [•], faz-se necessária sua adequação à nova realidade jurídica, conforme autorizado pelo parágrafo único do art. 21 da Resolução ANP nº 867/2022.

**RESOLVEM** celebrar o presente Termo Aditivo nº [•] ao [AIP] de [•] (doravante denominado “Termo Aditivo”), que será regido pelos seguintes termos e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**DO OBJETO**

1.1 Por este Termo Aditivo, as Partes decidem alterar as Partes do [AIP] de [•], para inclusão do(s) novo(s) Contratado(s), em virtude da assinatura do Contrato de Partilha de Produção, bem como a inclusão da PPSA, na qualidade de Gestora do Contrato de Partilha da Produção e Interveniente Anuente, conforme abaixo descrito:

Na condição de Parte

[inserir as PARTES],

Na condição de Gestora do Contrato de Partilha da Produção e Interveniente Anuente

[inserir PPSA]

**CLÁUSULA SEGUNDA**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

* 1. *Publicidade*. A ANP fará publicar no Diário Oficial da União o texto integral ou extrato dos termos deste Termo Aditivo, para sua validade erga omnes.
  2. *Vigência*. As disposições deste Termo Aditivo passam a vigorar a partir da data efetiva, considerando-se esta como o primeiro dia do mês subsequente da ciência da Operadora da Jazida Compartilhada sobre a aprovação da ANP deste Termo Aditivo.
  3. *Ratificação*. Todos os demais termos, cláusulas e condições do [AIP] de [•] que não expressamente alterados pelo ou conflitantes com o presente Termo Aditivo, são, neste ato, expressa e integralmente ratificados pelas Partes, sem qualquer ressalva, permanecendo inalterados e em pleno vigor e eficácia.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

**DA LEI APLICÁVEL E DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

* 1. O presente Termo Aditivo será executado, regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
  2. Quaisquer disputas, controvérsias ou demandas resultantes ou relacionadas a este Termo Aditivo, ou a seu descumprimento, término ou invalidade, serão dirimidas de acordo com os termos e condições acordados na cláusula do [AIP] de [•] que versa sobre Resolução de Conflitos.

[restante da página deixado intencionalmente em branco. Páginas de assinaturas a seguir]

OBS: As assinaturas não poderão ficar isoladas na última página do Termo Aditivo. (Apagar este trecho ao preencher o Termo Aditivo).

POR ESTAREM DE ACORDO, as Partes e a PPSA, na qualidade de Gestora do Contrato de Partilha da Produção e Interveniente Anuente, assinam este Termo Aditivo em [número de vias igual ao número de signatários] vias, de igual teor e forma, e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Rio de Janeiro, [deixar em branco - data da assinatura]

**[nome da signatária 1]**

**[nome do representante]**

[cargo]

**[nome da signatária 2]**

**[nome do representante]**

[cargo]

[inserir demais signatárias (incluindo indicação de seus representantes e dos respectivos cargos), se houver]

Na qualidade de Gestora do Contrato de Partilha da Produção e Interveniente Anuente:

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA**

**[nome do representante]**

[cargo]

Testemunhas:

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  RG:  CPF:  SIAPE: | Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  RG:  CPF: |

ANEXO XXix - MINUTAS DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

1. O art. 4º do Decreto n.º 9.041/2017 estabelece regras a serem observadas pela Petrobras para eventual composição de consórcio com a licitante vencedora nos blocos para os quais manifestou interesse em atuar como operadora. Tais regras variam em função do percentual de excedente em óleo ofertado para a União. [↑](#footnote-ref-1)
2. As licitantes devem sanar, previamente à expiração do prazo para apresentação dos documentos para qualificação, estabelecido pela CEL para cada ciclo, eventuais pendências que lhes sejam atribuíveis para a emissão dos documentos. [↑](#footnote-ref-2)
3. Os FIPs devem sanar, previamente à expiração do prazo para apresentação dos documentos para qualificação, estabelecido pela CEL para cada ciclo, eventuais pendências que lhes sejam atribuíveis para a emissão dos documentos. [↑](#footnote-ref-3)
4. O termo de compromisso de constituição de consórcio constante do modelo de capa de envelope de oferta contém o seguinte texto:

   A(s) pessoa(s) jurídica(s) abaixo relacionada(s), habilitada(s) para a Oferta Permanente de Partilha de Produção promovida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), representada(s), neste ato, por seu(s) representante(s) credenciado(s) perante a ANP, caso seja(m) vencedora(s) da licitação referente ao bloco indicado neste envelope, compromete(m)-se, nos termos da Lei n.º 12.351/2010, a constituir consórcio para a assinatura do Contrato de Partilha de Produção com a seguinte composição, sendo-lhes permitido delegar a assinatura de tal contrato para suas afiliadas, nas mesmas condições aqui estabelecidas:

   a) licitante(s) vencedora(s); e

   b) PPSA.

   O termo de compromisso de constituição de consórcio constante do modelo de capa de envelope de oferta contém o seguinte texto:

   A(s) pessoa(s) jurídica(s) abaixo relacionada(s), habilitada(s) Oferta Permanente de Partilha de Produção promovida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), representada(s), neste ato, por seu(s) representante(s) credenciado(s) perante a ANP, caso seja(m) vencedora(s) da licitação referente ao bloco indicado neste envelope, compromete(m)-se, nos termos da Lei n.º 12.351/2010, a constituir consórcio para a assinatura do Contrato de Partilha de Produção com a seguinte composição, sendo-lhes permitido delegar a assinatura de tal contrato para suas afiliadas, nas mesmas condições aqui estabelecidas:

   a) licitante(s) vencedora(s);

   b) PPSA; e

   c) Petrobras, caso esta não seja vencedora da licitação e, no exercício do direito de preferência para atuar como operadora, integre tal consócio.

   O item 4.3.1 traz o conceito de grupo societário para fins deste edital [↑](#footnote-ref-4)
5. As licitantes devem sanar, previamente à expiração do prazo para apresentação dos documentos para assinatura do contrato de partilha de produção, estabelecido pela CEL para cada ciclo, eventuais pendências que lhes sejam atribuíveis para a emissão dos documentos. [↑](#footnote-ref-5)
6. As afiliadas devem sanar, previamente à expiração do prazo para apresentação dos documentos para qualificação, estabelecido pela CEL para cada ciclo, eventuais pendências que lhes sejam atribuíveis para a emissão dos documentos. [↑](#footnote-ref-6)
7. Emitido por auditor independente ou contador responsável, se aplicável. [↑](#footnote-ref-7)
8. The Face Amount in US dollars is equivalent to the Reais (R$) converted at the rate indicated in the Section 7.2 of the Tender Protocol for the Open Acreage Production Sharing Modality. [↑](#footnote-ref-8)
9. Não alterar este campo. A modalidade “Licitante” deve ser a escolhida, com base nos critérios de classificação dos seguros garantias definidos pela Susep. [↑](#footnote-ref-9)
10. Inserir o último dia da Fase de Exploração para a qual a Carta de Crédito foi emitida. [↑](#footnote-ref-10)
11. The Face Amount in USD (US$) is equivalent to the Face Amount in Reais (R$) converted at the rate indicated in the Section 10.2.4 of the Tender Protocol for the Open Acreage Production Sharing Modality. [↑](#footnote-ref-11)
12. Enter the last day of the Exploration Phase for which the Standby Letter of Credit was issued. [↑](#footnote-ref-12)
13. Não alterar este campo. A modalidade “Executante” deve ser a escolhida, com base nos critérios de classificação dos seguros garantias definidos pela Susep. [↑](#footnote-ref-13)
14. Inserir o valor nominal da Apólice. [↑](#footnote-ref-14)